



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL

**MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CERRADO GERAIS DA CHAPADA
GAÚCHA – MG: UM ESTUDO DE CASO EM BURAQUINHOS**

THAÍS HALL OLIVEIRA

Brasília
2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL

**MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CERRADO GERAIS DA CHAPADA
GAÚCHA – MG: UM ESTUDO DE CASO EM BURAQUINHOS**

THAÍS HALL OLIVEIRA

ORIENTADORA: DRA. REGINA COELLY FERNANDES SARAIVA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
RURAL**

Brasília
2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

OOL48m Oliveira, Thaís Hall
Modernização conservadora no Cerrado Gerais da
Chapada Gaúcha - MG: um estudo de caso em
Buraquinhos / Thaís Hall Oliveira; orientador Regina
Coelly Fernandes Saraiva. -- Brasília, 2016.
156 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente
e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília,
2016.

1. Cerrado Gerais. 2. Modernização conservadora.
3. Povos tradicionais. 4. Norte de Minas. I.
Saraiva, Regina Coelly Fernandes, orient. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

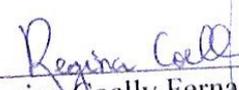
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Termo de Aprovação

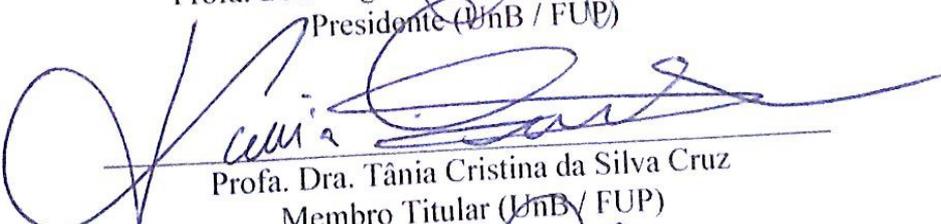
“MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CERRADO GERAIS DA CHAPADA
GAÚCHA - MG: UM ESTUDO DE CASO EM BURAQUINHOS”

Thais Hall Oliveira

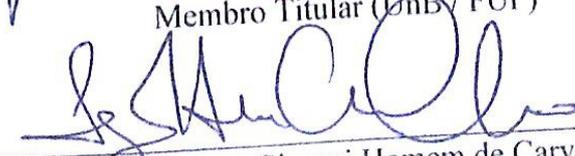
Banca Examinadora



Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva
Presidente (UnB / FUP)



Profa. Dra. Tânia Cristina da Silva Cruz
Membro Titular (UnB / FUP)



Prof. Dr. Igor Simoni Homem de Carvalho
Membro Externo (UFRRJ)

À minha família, que sempre acreditou em mim.

*À comunidade Buraquinhos, que alimentou em mim
a força e a persistência.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me encorajam a seguir e me apoiam em todas as circunstâncias. Obrigada, mãe, por estar ao meu lado nas atividades de campo e por todo cuidado diário. Gratidão, pai, pelos dias cansativos de trabalho visando sempre investir na nossa educação, minha e do irmãozinho.

Ao meu irmãozinho, André Vinícius, pelos momentos de incentivos e pelo auxílio na produção dos mapas em seu papel de engenheiro (orgulho). Você é a minha metade.

Ao meu grande amor, Vinícius, por acreditar em mim e ser um exemplo de profissional a seguir. Pelos telefonemas e mensagens de incentivo, eu sou melhor com você.

A minha família, Hall e Oliveira, pelas palavras de incentivo.

A família Bispo, pela acolhida e momentos de descontração.

Aos amigos da vida, em especial aos que escutaram os meus lamentos e as minhas empolgações, que em momentos de desânimo indiretamente me reanimavam. Imensa gratidão pela amizade e torcida: Marina, Camilla, Lídia, Mayara, Gabriel L., Bruno, David, Carol e Iago.

Aos colegas do MADER, pelos momentos de descontração e angústias divididos. Em especial a Nádia, Juliana e Lidiane.

Aos professores do MADER e da FUP, pelo conhecimento e pelos momentos de críticas construtivas e incentivos. Em especial ao prof. Irineu Tamaio, que me inspirou durante a graduação e direcionou o meu olhar aos povos tradicionais.

A prof^a. Regina, pela orientação, dedicação e paciência ao longo deste estudo. Pela persistência em sempre querer o meu melhor e por dividir comigo os seus saberes e os momentos de viagem. Obrigada pela acolhida e correções.

Aos moradores de Buraquinhos, por confiarem as suas memórias e por inspirarem a enxergar o lado bom e simples da vida. Em especial, agradeço a Maria, Tico e sua família pela estada e acolhimento.

Aos funcionários que me auxiliaram em Chapada Gaúcha, nos seus diversos órgãos. Em especial ao secretário do transporte, Neiva, que sempre facilitou as minhas idas à comunidade. Ao Adão, motorista que me acompanhou em duas das atividades e dividiu comigo histórias locais ao longo do caminho. À Felícia, bibliotecária, que me indicou bons materiais e se dispôs a ajudar. A todos os amigos que fiz no município.

Aos funcionários da Faculdade UnB Planaltina, pela disposição e paciência.

A CAPES, pela bolsa de demanda social e, conseqüentemente, apoio financeiro para que eu me dedicasse inteiramente à pesquisa.

A todos aqui mencionados e outros que por motivo de emoção e (pouca) memória não foram citados. Aos que se fizeram presentes e aos anjos que me inspiram do céu. Os meus sinceros e emocionados agradecimentos!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo identificar e compreender as mudanças no modo de vida tradicional da comunidade Buraquinhos (Chapada Gaúcha – MG) a partir do processo de modernização conservadora na região, especialmente no que se refere às formas de produzir e às práticas extrativistas. O atual quadro de devastação instalado no Cerrado está, em larga medida, relacionado à ocupação do seu espaço geográfico e à consolidação do modelo agropecuário produtivista que se tornou hegemônico a partir do processo conhecido como modernização da agricultura, elemento central da modernização conservadora no bioma. Neste território cerratense ameaçado, vive a comunidade de Buraquinhos constituída por 25 famílias recentemente certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como quilombolas. Com as mudanças introduzidas com a modernização conservadora, moradores de Buraquinhos revelam, em suas narrativas, dicotomias criadas pelo modelo de ocupação territorial e modernização da agricultura; especialmente em sua postura de concentração de poderes e terras, desapropriação do território e impactos socioculturais e ambientais. Para tanto, a pesquisa trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa. Os instrumentos previstos e utilizados na pesquisa foram a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada. As atividades de campo foram realizadas nos períodos de novembro de 2014, junho, agosto, setembro e novembro de 2015. A pesquisa demonstrou que a modernização conservadora no Cerrado Gerais da Chapada Gaúcha, precisamente em Buraquinhos, ocasionou diversas mudanças: nas práticas tradicionais/econômicas de se produzir e se alimentar; no meio ambiente, devido à contaminação do rio Pardo de uso da comunidade Buraquinhos, à degradação hídrica e à diminuição da sua disponibilidade; na paisagem e nas suas formas de uso, ao longo dos caminhos percorridos historicamente por essa população; no estabelecimento de estratégias, como resistência ao avanço da modernização sobre o território tradicional, através da autoidentificação como quilombola.

Palavras-chave: Cerrado Gerais, Modernização conservadora, Povos tradicionais, Norte de Minas.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify and understand changes in the traditional way of life of the Buraquinhos community (Chapada Gaúcha – MG) from the conservative modernization process in the region, especially with regard to ways of producing and extractive practices. The current devastation board installed in the Cerrado is largely related to the occupation of their geographical space and the consolidation of the productivist agricultural model that became hegemonic from the process known as modernization of agriculture, a central element of conservative modernization in the biome. In this cerratense territory threatened, lives Buraquinhos community consists of 25 families recently certified by the Palmares Cultural Foundation (FCP) as quilombolas. With the changes introduced with the conservative modernization, residents of Buraquinhos reveal in their narratives, dichotomies created by the territorial occupation model and modernization of agriculture; especially in its posture of concentration of power and land, expropriation of land and socio-cultural and environmental impacts. For this, research it is a case study of qualitative approach. The instruments provided and used in the research were the documentary research, literature review, semi-structured interview. Field activities were carried in the periods november 2014, june, august, september and november 2015. Research has shown that the conservative modernization in Cerrado Gerais of Chapada Gaúcha, precisely in Buraquinhos, caused several changes: in traditional/economic practices to produce and feed; the environment due contamination of Pardo river of Buraquinhos community, water degradation and reduced availability; the landscape and its forms of use, along the paths taken historically by this population; the establishment of strategies, such as resistance to the advance of modernization on the traditional territory through the quilombola self-identification.

Key-words: Cerrado Gerais, Consertive Modernization, Traditional people, Norte de Minas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diversidade de cultivos em Buraquinhos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição comunidades quilombolas

Quadro 2 – Complexo gerais-veredas

Quadro 3 – Planos e programas de desenvolvimento durante o governo militar

Quadro 4 – Crescimento da produção em áreas dos Cerrados no intervalo de 1975 a 1985

Quadro 5 – Prodecer: número de projetos, área e investimento por estado

Quadro 6 – Quadro síntese dos aspectos da modernização conservadora e as mudanças em Chapada Gaúcha/Buraquinhos

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Moradia em Buraquinhos

Foto 2 – Folia de Reis nas comunidades Buraquinhos e Buracos

Foto 3 – Casal à sombra da mangueira em quintal de Buraquinhos

Foto 4 – Roça de café em Buraquinhos

Foto 5 – Fornos à lenha da casa de farinha em Buraquinhos – MG

Foto 6 – Área de extrativismo da comunidade Buraquinhos ocupada pela modernização conservadora

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mesorregião Norte de Minas

Mapa 2 – Biomas brasileiros

Mapa 3 – Área nuclear do Cerrado

Mapa 4 – Localização do município de Chapada Gaúcha e Buraquinhos no norte mineiro

Mapa 5 – Hidrografia da região de Chapada Gaúcha

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 – Áreas de monocultivo que se expandem até as áreas próximas aos povos tradicionais

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.P. – Antes do Presente

CF – Constituição Federal

COOAPI – Cooperativa Agropecuária Pioneira

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMGOPA – Empresa Agropecuária do Estado de Goiás

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais

FBC – Fundação Brasil Central

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUNATURA – Fundação Pró-Natureza

FUP – Faculdade UnB Planaltina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

IEF – Instituto Estadual de Florestas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JK – Juscelino Kubitschek

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba

PADSA – Programa de Assentamento Dirigido a Serra das Araras

PARNA GSV – Parque Nacional Grande Sertão Veredas

PESA – Parque Estadual Serra das Araras

PIN – Programa de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PRODECER – Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UC – Unidade de Conservação

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	11
BURAQUINHOS: POVO TRADICIONAL QUILOMBOLA NO CERRADO GERAIS	11
1.1. Gerais: ambiente, paisagem e ocupação.....	11
1.1.1. Ocupação do Cerrado Gerais do norte mineiro	16
1.2. Povos tradicionais: categoria, atribuições e politização	19
1.2.1. Identidade quilombola	24
1.2.2. Identidade geraizeira e veredeira.....	29
1.3. Buraquinhos: povo tradicional no seu jeito de ser e viver.....	32
CAPÍTULO 2	51
MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A OCUPAÇÃO MODERNA DO CERRADO GERAIS.....	51
2.1. Modernização no Cerrado: a contínua expansão.....	57
2.2. Modernização conservadora no norte mineiro: o universo de Chapada Gaúcha	65
2.2.1. Preservação ambiental em Chapada Gaúcha diante da modernização conservadora.....	72
CAPÍTULO 3	75
DESDOBRAMENTOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM BURAQUINHOS: MUNDOS ANTAGÔNICOS E RESISTÊNCIA	75
3.1. Extrativismo e conflitos socioambientais	76
3.2. Mudanças nas práticas tradicionais de produção.....	86
3.3. Ser quilombola.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

O Brasil possui seis biomas continentais em seu território: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. O bioma Cerrado corresponde à cobertura vegetal onde predominam formações com fitofisionomias savânicas, localizando-se na porção central do país, dominada por amplos planaltos, cujos solos são profundos e bem drenados.

O Cerrado é reconhecido por suas características ecológicas, sua riqueza social e cultural. Seus ecossistemas compõem espaços de vida, produção e reprodução social para uma multiplicidade de povos tradicionais, indígenas, quilombolas que encontram a base de vivência material e simbólica no uso sustentável de seus recursos (SAWYER, 2000).

A despeito de sua relevância social e ambiental, ainda incide sobre o Cerrado uma lógica depreciativa e de desvalorização, especialmente em relação a outros biomas, considerados como mais importantes. O Cerrado é visto por grande parte da sociedade brasileira como um espaço desprovido de valor, que destaca com relevância para a produção de *commodities* advindas da agropecuária voltada para a exportação (SILVA, 2009). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011), o Cerrado é o bioma que mais sofreu alterações com a ocupação humana nas décadas recentes e um dos que estão mais ameaçados em termos de perda de cobertura vegetal, com aproximadamente metade da sua área original transformada em pastagens plantadas.

O atual cenário de devastação retratado no Cerrado está, em maioria, relacionado ao modelo agropecuário hegemônico no seu modo de ocupação do espaço geográfico e à consolidação do modelo agropecuário produtivista a partir do processo conhecido como modernização da agricultura, elemento central da modernização conservadora no bioma.

A modernização da agricultura, parte da ocupação moderna do Cerrado, nos revela que, por meio de processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital e, conseqüentemente, os sujeitos que se relacionam com ela também. Povos tradicionais foram sendo excluídos da terra, permanecendo uma elite agrária comprometida com o modelo hegemônico de produção. Como afirma Sauer (2008), os modos de produção modernos delimitam os modos de vida do campo, impondo a utilização de meios tecnológicos e ações com características que não se ajustam aos modos de vida tradicionais vivenciados pelos povos tradicionais do Cerrado e outros grupos sociais excluídos da modernização.

Segundo Graziano Neto (1985), o processo de modernização da agricultura brasileira foi um processo conservador, pois, ao mesmo tempo em que se modernizou, manteve também

estruturas históricas vigentes como a concentração de terras, a exclusão social de segmentos das populações locais e a degradação ambiental. “Fica evidente que a chamada modernização da agricultura não é outra coisa (...) que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).

Sauer (2008) apresenta que o processo de modernização também é consequência de imposições ideológicas e simbólicas sobre a maioria da população rural. Famílias que viviam e produziam no Cerrado foram convencidas a acreditar na dominação das formas modernas de produção e na inutilidade do seu conhecimento tradicional, já que, no mundo moderno, não havia mais espaço para formas distintas. Além disso, a modernização conservadora desencadeou também passivos sociais e ambientais (MELO, 2013).

Este trabalho contextualiza resultados da modernização conservadora na porção norte do estado de Minas Gerais, na Chapada Gaúcha, região originalmente ocupada por povos tradicionais, como a comunidade Buraquinhos.

Neste território cerratense¹ ameaçado, vive a comunidade de Buraquinhos constituída por 25 famílias recentemente certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como povo quilombola². A comunidade está situada no Corredor Ecológico Vão dos Buracos, um gigantesco cânion que conecta a área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA GSV) à do Parque Estadual Serra das Araras (PESA), área ambientalmente protegida pela sua riqueza ambiental e que garante que práticas e saberes tradicionais relacionados ao meio ambiente ainda estejam vivos na região³.

Para chegar à Chapada Gaúcha são 363 km, saindo de Brasília. O caminho passa inicialmente por pequenas cidades do estado de Goiás, Formosa e Cabeceiras, até a chegada na divisa do estado de Minas Gerais, na sua porção norte. Nesse trecho a paisagem se transforma, o relevo de planície sede às áreas de chapadas; é um caminho de transição da paisagem.

Saindo de Brasília em direção a Formosa o contraste da paisagem ainda não é tão visível. Longos trechos de Cerrado continuam presentes à margem da BR 020, no entanto, em Formosa, a presença de intenso comércio voltado para investimentos agrícolas já são notáveis

¹ Cerratense é a expressão que refere-se a tudo aquilo que é proveniente do Cerrado, termo cunhado por Paulo Bertran em sua obra História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal.

² A certidão expedida à comunidade pela Fundação Cultural Palmares teve a data de publicação no Diário Oficial da União no dia 10 de Abril de 2008.

³ Região denominada como Gerais, a qual será referida no trabalho também como Cerrado Gerais para indicar o norte mineiro onde está situada a comunidade Buraquinhos. Os seus aspectos físicos e culturais estão indicados ao longo do estudo, principalmente no capítulo 1.

ao longo da estrada. Ali temos uma primeira marca da modernização agrícola, também presente nessa região.

O caminho em direção à Chapada Gaúcha segue pela GO 346. Esta estrada já se diferencia quanto à paisagem e relevo e, as áreas de Cerrado já são mais escassas nas superfícies planas, tendo maior incidência nas veredas que vão surgindo. Passando por Cabeceiras, já no estado de Minas Gerais (Rodovia MG 202), a área não é mais caracterizada por árvores tortuosas, mas por “mares verdes” de monocultivos do agronegócio que vão até a área limite da rodovia. O município seguinte é Arinos. A cidade dispõe de comércio variado, bancos e faculdades. Arinos possui forte interdependência com a população de Chapada Gaúcha. Vínculo que se estreitou com a construção da estrada que liga esses dois municípios, no final do ano de 2012.

Não só uma divisa de estados é cruzada naquele local, mas também estradas que cortam as chapadas com veredas, às margens e a perder de vista. Após Arinos, chegando a LMG 606 (conhecida como via Guimarães Rosa) o município de Chapada Gaúcha se aproxima, cerca de 100 km de distância, e com ele a presença de extensas áreas de agricultura, em contradição com a mensagem: “Preserve a natureza”.

A Chapada Gaúcha nasceu da experiência da antiga Vila dos Gaúchos, um município marcado por contrastes, diversidade e divisões culturais. Logo na chegada apresenta uma rua simples que se divide com grandes empreendimentos agrícolas e, galpões de armazenamento de colheitas e grãos. Apresenta moradas simples e casas com construções modernas; uma grande praça é o ponto cultural e de referência do município; e tem um comércio bem simples, que por vezes, não atende às necessidades da população, sendo necessária a ida aos municípios próximos; e outro comércio agrícola bem consolidado e com alto investimento em infraestrutura.

Chapada Gaúcha apresenta uma distinção dentre os onze municípios do projeto Urucuia Grande Sertão. O município se destaca pelas particularidades sociais, econômicas, culturais e ambientais. No âmbito social, a população é composta por nativos mineiros e migrantes, mais expressivamente, gaúchos. Economicamente, Chapada Gaúcha é um dos municípios mais ricos da região do norte mineiro⁴, com altos índices de produção agrícola.

A experiência da antiga Vila dos Gaúchos, povoada inicialmente por dez famílias gaúchas fortalecida com a chegada de novos moradores pelos processos de ocupação da região,

⁴ Com disparidade entre os grupos componentes do município, tendo uma minoria que representa a riqueza econômica expressa em Chapada Gaúcha – MG.

a partir do Programa de Assentamento Dirigido a Serra das Araras (PADSA), teve como características evidências da modernização agrícola, comprometida com o agronegócio.

A Vila, que foi reconhecida como município no ano de 1995⁵, sendo renomeada para Chapada Gaúcha, importou para o Cerrado um modelo de exploração baseado na monocultura e no plantio linear de grãos (SALGADO, 2010).

O município abrange inúmeros territórios tradicionais, com um número em torno de 83 comunidades tradicionais que formavam o território originalmente. Quanto ao aspecto ambiental, o município é um dos portais de entrada para o PARNA GSV, a maior unidade de conservação nos domínios do Cerrado, abrangendo também o PESA e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável⁶ (RDS) Veredas do Acari, a primeira de Minas Gerais. Além destas, possui Unidades de Conservação de domínio particular como o caso da Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia.

O interesse central deste estudo é compreender a potencialidade da modernização da agricultura, que traz a marca do progresso associado à ideia de desenvolvimento, em detrimento dos aspectos socioculturais das populações tradicionais que vivem na região entre serras e vãos, mais especificamente em relação à comunidade Buraquinhos. Quais foram os desdobramentos da modernização frente às práticas tradicionais de produção e extrativismo das famílias de Buraquinhos? A modernização conservadora contribui em algum aspecto para essa comunidade? Quais são as estratégias de resistência desenvolvidas pela comunidade? Existem conflitos socioambientais entre os atores sociais locais, como os migrantes sulistas, os ambientalistas responsáveis pelas Unidades de Conservação e povos tradicionais, especificamente a comunidade Buraquinhos?

O objetivo geral do trabalho é identificar e compreender as mudanças no modo de vida tradicional da comunidade Buraquinhos a partir do processo de modernização conservadora na região, especialmente no que se refere às formas de produzir e às práticas extrativistas.

São objetivos específicos do estudo:

⁵ Tanto a Chapada Gaúcha como o distrito de Serra das Araras faziam parte do município de São Francisco. Após a união de lideranças locais, no ano de 1995, fizeram com que Chapada Gaúcha fosse emancipada como município com a promulgação da Lei 12.030 de 21 de dezembro.

⁶ Segundo a Lei nº 9.985 de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o art. 20 afirma que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica e; tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

1. Identificar e registrar as especificidades históricas e culturais da comunidade Buraquinhos e seu processo de autoidentificação como comunidade quilombola;
2. Identificar os modos tradicionais de produção e as práticas extrativistas da comunidade Buraquinhos e compreender a importância destas práticas;
3. Analisar os impactos do processo de modernização nas práticas tradicionais de produção e nas práticas extrativistas da comunidade Buraquinhos;
4. Identificar conflitos socioambientais existentes entre os distintos atores sociais na relação com a comunidade Buraquinhos;
5. (Re)conhecer estratégias de resistência apontadas pela comunidade diante do contexto em que vive atualmente.

As hipóteses norteadoras deste estudo são de que as práticas produtivas e extrativistas tradicionais da comunidade Buraquinhos preservam e valorizam o ambiente e a biodiversidade do Cerrado, resultando em uma contribuição sociocultural a partir da herança com o meio ambiente local. Ainda, acredita-se que a difusão do padrão monocultural instituído pela modernização conservadora na região reduz a agrobiodiversidade do território quilombola, restringe o acesso aos recursos naturais, dissocia saberes tradicionais e condiciona a comunidade de Buraquinhos à perda de elementos de sua identidade diante das mudanças impostas nos seus modos de vida.

Metodologia da pesquisa

Anterior a este estudo, já havia tido a oportunidade de explorar um pouco da diversidade do município de Chapada Gaúcha e realidade vivenciada pelas comunidades tradicionais da região. O contato se deu por meio de trabalho realizado com comunidades veredeiras atingidas com a criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA GSV). O estudo foi realizado como trabalho de conclusão de curso para o título de licenciatura em Ciências Naturais⁷. Aquele momento foi possível perceber que esses povos precisavam ser ouvidos e ter mais visibilidade diante das dificuldades na sua luta para manter seu rico modo de vida tradicional.

No retorno ao município, para um estudo exploratório de viabilização de continuidade de pesquisa na região, a rápida expansão da agricultura em larga escala e a forma como os

⁷ Pela Faculdade UnB Planaltina/Universidade de Brasília, em dezembro de 2013, com o título “Parque Nacional Grande Sertão Veredas: um estudo de caso sobre o papel da população tradicional na conservação do bioma Cerrado”.

desdobramentos da modernização atingem aqueles povos tradicionais me chamou a atenção, em especial a comunidade Buraquinhos.

Por se tratar de um estudo de caso, o corpo da pesquisa, que começou ainda rudimentar, foi se definindo à medida que se aprofundaram os estudos. Questionamentos iniciais tenderam a modificações, ora firmando-se e incorporando-se, segundo a pertinência, ao caso e a relevância do estudo. Mais que uma opção metodológica, a eleição pelo estudo de caso trata-se de uma escolha do objeto a ser estudado, na medida em que a questão fundamental é o conhecimento apreendido e derivado ao estudar o caso.

Para André (2005), o estudo de caso é especialmente valorizado pela capacidade de lançar novos olhares sobre o fenômeno estudado a partir da ampliação de seus significados, possibilitando a emergência de novas relações e variáveis para a expansão no entendimento da situação estudada. Yin (2005, p.32) define o estudo de caso como uma “investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Para tanto, Gil (2009) traz que este tipo de estudo apresenta um recorte unitário da pesquisa, com profundidade no estudo e adoção de distintos métodos de coleta de dados.

Por tratar-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, a pesquisa esteve aberta a modificações desde o primeiro momento, na medida em que essas fossem necessárias para atingir os objetivos propostos.

A escolha pelas técnicas e instrumentos metodológicos utilizados deu-se após a realização de estudo exploratório na região e a partir do contato com moradores da comunidade Buraquinhos. Os instrumentos previstos e utilizados na pesquisa foram a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada. As atividades de campo foram realizadas nos períodos de novembro de 2014, junho, agosto, setembro e novembro de 2015. A coleta de dados se deu especialmente através de entrevistas semiestruturadas (Apêndices A e C).

Junto com o estudo exploratório, realizou-se pesquisa bibliográfica a fim de levantar as principais teorias e conceitos para a proposição e elaboração da pesquisa e, mais especificamente, da proposta metodológica que poderia atender os objetivos e compreender as necessidades de coleta de dados da comunidade Buraquinhos. A pesquisa bibliográfica se deu por meio de publicações, tais como teses, livros, artigos e outros dados sobre a área de estudo.

A pesquisa documental teve início ao mesmo tempo em que o estudo exploratório. A análise de documentos⁸ se caracterizou a partir do levantamento de dados ainda não organizados ou formatados pelas instituições municipais de Chapada Gaúcha, como dados históricos de ocupação da porção do Cerrado do município, publicados pela Prefeitura Municipal; os documentos de relatos das atividades desenvolvidas em territórios de povos tradicionais a partir de ações municipais, como imagens cedidas pela Secretaria de Cultura e outros dados acerca do histórico de Chapada Gaúcha e as questões pertinentes à pesquisa.

O mês de novembro de 2014 compreendeu a etapa do estudo exploratório. Foram levantados os órgãos que poderiam contribuir para a pesquisa e feitos os primeiros contatos com Buraquinhos. A autorização para a pesquisa na comunidade foi conquistada com o presidente da Associação Comunitária Quilombola de Buraquinhos, e a vivência e formação de rede de contato no município, estimulada.

Em junho de 2015, a pesquisa documental se deu em órgãos como a Secretaria de Agricultura, o escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a prefeitura municipal, a biblioteca e o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

As entrevistas semiestruturadas apresentam perguntas prévias e parcialmente idealizadas pelo pesquisador, caracterizadas por flexibilidade e natureza interativa, pois são passíveis de aprofundamento em determinados aspectos, de acordo com a conversa com o entrevistado e com o próprio desenvolvimento da pesquisa (ROSA e ARNOLDI, 2008). Para o estudo, o objetivo principal na realização desta técnica foi elaborar uma caracterização geral da comunidade: no perfil da população, infraestrutura, atividades produtivas, formas de uso e ocupação das terras, identificar os modos tradicionais e as práticas extrativistas e a vida em comunidade.

Quanto ao roteiro da entrevista, era informada ao entrevistado a opção de responder ou não quaisquer das questões realizadas. Também foi explicado que as entrevistas seriam gravadas, conforme autorização, para que pudesse facilitar os procedimentos posteriores. Foram mapeadas 25 unidades familiares e 22 famílias, das quais 16 foram entrevistadas ao longo do período da pesquisa em campo (dados do perfil dos entrevistados no apêndice B). O grupo total compreende cerca de 82 moradores de Buraquinhos. Hoje residem na comunidade aproximadamente 117 pessoas entre adultos, jovens e crianças.

⁸ Segundo Marconi e Lakatos (2012), considera-se como documento todo e qualquer material ou base de conhecimento fixado materialmente, ainda não elaborado e que possa convir como fonte de conhecimento para a pesquisa científica.

Agosto de 2015 teve como objetivo a exploração e o (re)conhecimento da área da comunidade de Buraquinhos, assim como o processo inicial das entrevistas semiestruturadas realizadas com três famílias, especialmente para o levantamento dos aspectos socioeconômicos e culturais da comunidade.

A seleção do público para a realização das entrevistas semiestruturadas se deu por meio de amostra ao acaso. Por se tratar de uma comunidade dispersa, com casas distando em média 200 a 300 metros, a abordagem para a entrevista deu-se na casa do presidente da associação de moradores, como figura representativa da comunidade, e em cada casa foi feita a apresentação da pesquisa e os interesses com a mesma. Após a identificação, era iniciada a entrevista com os moradores presentes, considerando-se um indivíduo como representante familiar responsável para responder às demandas da entrevista, não inibindo a participação dos demais ao longo dos questionamentos. Ao término, o entrevistado era questionado sobre as demais famílias possíveis a serem entrevistadas, onde a abordagem já era realizada segundo referência da família anterior que as havia indicado. Essa metodologia é descrita por Marotti e Santos (2001) como “bola de neve”, que consiste no mapeamento das lideranças de destaque para serem as primeiras entrevistas e sempre ao término das entrevistas, solicitam-se ao informante sugestão de outros nomes importantes a se entrevistar, comparando com a lista dos sujeitos indicados até que se esgotem a indicação de novos nomes, tornando-as recorrentes, confirmando-se então a legitimidade da amostra.

No mês de setembro de 2015 foram feitas treze entrevistas em diferentes unidades familiares e elaborado de forma coletiva com os alunos da Escola Municipal Santa Terezinha, instituição local, um mapa de Buraquinhos (Apêndice G). Nesse período foram identificados os moradores que contribuiriam para os relatos de memória, sendo selecionados 6 integrantes que compõem a 2ª geração no território quilombola, interesse que subsidia a exploração da memória para o levantamento de dados históricos da comunidade.

O último mês de atividade de campo foi novembro de 2015; nele teve-se como objetivo a aplicação de um roteiro, que orientou o trabalho de memória, em conversa com os moradores selecionados. Na perspectiva apresentada por Benjamin (1987), é a memória que “arranca a tradição do conformismo”, procurando no passado e nas tradições, sementes de outra história possível. Para ele, a memória é a redenção da história.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz o contexto do bioma Cerrado, um dos mais ricos e ameaçados do planeta. O breve histórico do bioma apresenta as características físicas e gerais, sua natureza e seus recursos. Os aspectos de

ocupação humana estão direcionados à região do norte mineiro. De modo a apresentar a região de estudo, o Cerrado Gerais é visto em suas formas de relevo, clima e diversidade, em suas formas de ocupação e os povos que reúne, referenciado nesse estudo segundo pesquisas de Dayrell (1998), Ribeiro (2005), Mazzeto (2009), Nogueira (2009), Silva (2009) e outros. Nesse capítulo, são dedicadas atribuições e discussão acerca da categoria povos tradicionais e sua politização, bem como a apresentação e a formação da identidade quilombola mediante termos e legislação. Uma parte descritiva é dedicada à comunidade Buraquinhos: em sua forma de organização, características socioeconômicas, práticas de produção e modos tradicionais de vida. Essas informações puderam ser organizados a partir das atividades de campo e escolhas metodológicas, principalmente a partir da entrevista semiestruturada (Apêndice A).

O segundo capítulo apresenta uma sistematização teórico-conceitual sobre a modernização conservadora. Num primeiro momento a modernização é apresentada, ao passo que segue para a exploração do termo e a abordagem da modernização conservadora em sua forma de ocupação territorial e modernização da agricultura. Discussão esta que está relacionada com as formas de ocupação do Cerrado através de programas de desenvolvimento agrícola, dentre os quais se destaca o PADSA como forma de ocupação do município em estudo, e os contrastes que apresenta no território de Cerrado Gerais dos povos tradicionais.

O terceiro capítulo está dedicado à análise e discussão dos dados, que são referentes à memória do roteiro elaborado (Apêndice C). Destaca-se que as explanações deste capítulo dedicam-se, principalmente, a trechos de relatos dos moradores, dada a importância de apresentar as expressões dos sujeitos deste estudo e sua categorização. Ressaltando que, as narrativas estão fidedignas ao que foi gravado e foram reproduzidas e degravadas conforme a pronuncia dos moradores. O corte geracional apresentado nessa discussão está relacionado com a gama para a exploração do histórico da comunidade e as mudanças ocorridas ao longo dos anos na ocupação do território tradicional. Tornando claro que, quando apresentado o interesse de participação de outros membros que acompanhavam as entrevistas, a voz da discussão gerada também foi considerada para pautar o que foi transcrito nesse estudo. A comunidade apresenta coesão e concordância na partilha dos conhecimentos e anseios, como se pode inferir a partir do conhecimento das crianças ao produzir o mapa de organização/disposição de Buraquinhos (Apêndice G). O capítulo está dividido em subtítulos que retratam os desdobramentos da modernização conservadora na comunidade Buraquinhos enquanto conflitos socioambientais referentes às mudanças nas práticas tradicionais de produção e

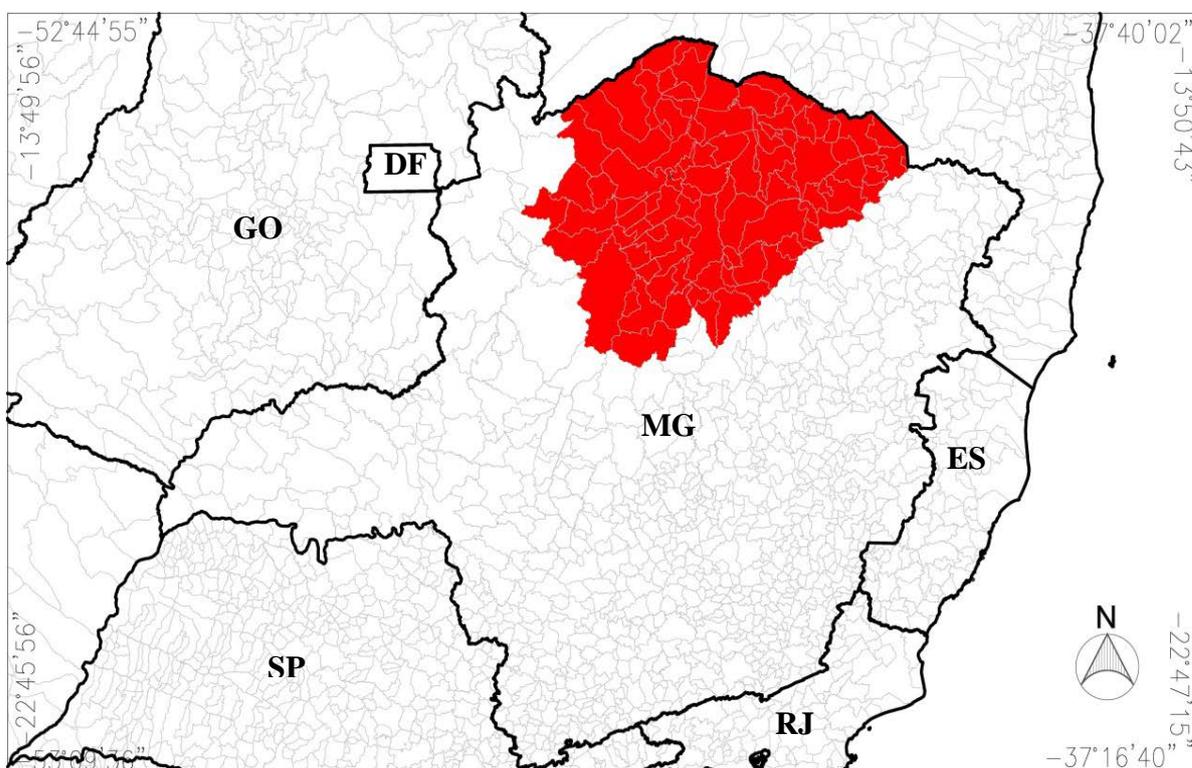
extrativismo; e as estratégias de resistência frente à ocupação territorial e modernização da agricultura local.

CAPÍTULO 1

BURAQUINHOS: POVO TRADICIONAL QUILOMBOLA NO CERRADO GERAIS

1.1. Gerais: ambiente, paisagem e ocupação

Em Minas Gerais, a zona nuclear do bioma Cerrado compreende vasta área do território, cerca de 57% segundo o IBGE (2004), principalmente nas porções das regiões do norte e oeste. Para efeito deste estudo, tratar-se-á da mesorregião mineira conhecida como Norte de Minas⁹ (Mapa 1).



Mapa 1 - Mesorregião Norte de Minas em destaque.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

O Cerrado possui a segunda maior área entre os biomas brasileiros e ocupa cerca de 25% do território nacional, com uma área aproximada de 2 milhões de km² (IBGE, 2007), considerando a área nuclear do bioma localizada na região central do Brasil. Quando considerada sua área central e as áreas de transição, a área total de incidência do Cerrado é de cerca de 3 milhões de km², representando 37% da superfície brasileira (SILVA, 2009).

⁹ Há referências locais de que o município em estudo está situado no Norte-Noroeste Mineiro. No entanto, tratar-se-á principalmente da mesorregião do Norte de Minas, onde o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) localiza o município de Chapada Gaúcha, na microrregião de Januária.

Essa área compreende todo o Centro-Oeste do país. Precisamente, estende-se a oeste do Mato Grosso (40%) e recobre o Distrito Federal (100%) e a maior parte dos estados do Mato Grosso do Sul (61%), Goiás (97%), Minas Gerais (57%), Tocantins (92%), Bahia (27%) e Piauí (37%), assim como boa parte do Maranhão (65%), São Paulo (33%) e uma pequena parte do Paraná (2%) (BERTRAN, 2011; MMA, 2007). Nogueira (2009) destaca que, além da área contínua, o Cerrado apresenta também área de transição e de fragmentos isolados nos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Amapá e Roraima.

Segundo Nogueira (2009, p. 29), “o nome atribuído ao bioma deve-se provavelmente às características de sua vegetação enrascada em alguns trechos, que tornam “cerrado” o caminho de quem nele adentra”. No entanto, o Cerrado tem codinomes que variam nas regiões de sua distribuição, que, segundo a autora, podem ser anteriores à própria categoria “cerrado”.

Representando a diversidade das denominações regionais, considera-se nesse estudo Cerrado em seu termo com letra maiúscula para indicar o bioma ou a sua área de abrangência. Assim como a apropriação e junção do termo *Gerais*, que segundo Nogueira (2009, p. 23) é a denominação utilizada no Norte de Minas (presente também no Leste dos estados de Goiás e Tocantins, Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Norte do Piauí), designada pela população local a “topos de serra, planaltos, encostas e vales dominados por Cerrado”. O termo Cerrado Gerais foi concebido no intuito de enfática representação da região Gerais do norte mineiro, como porção do bioma, e, que diz respeito à história de povos na sua relação com a natureza e por ela moldados, trazendo devido destaque, também, ao Cerrado enquanto denominação e representatividade de diversidade e concepções a ela designados.

Acerca dos gerais e suas formas de organização e populações que o habitam, Martins e Júnior (2009) apontam:

O modelo de natureza de quem vive nos Gerais é complexo e é composto de pelo menos três nuances: a) as chapadas; b) as encostas e c) as veredas. Cada um desses domínios exerce uma influência e tem uma função direta na vida da gente dos cerrados. As chapadas são terras mais altas, que na gramática local se chama “Gerais”. A vegetação que cobre essas áreas é de porte arbustivo, os solos são rasos e arenosos. Devido ao sistema técnico das populações locais não há cultivo nessas áreas e as encostas são espaços de intermediação entre as chapadas e as veredas, nesse lugar é que se constroem as casas, bem como se desenvolve alguns cultivos. Nas encostas é onde se cria os animais, as veredas são espaços singulares, têm tempo e temporalidade próprias. Os solos são mais férteis e ricos em água, o que permite uma diversificação de usos.

Quem forja um território nas chapadas é “geralista” ou Geraizeiro. O homem que cria um laço de vida com a vereda é o veredeiro. À medida que as feições geocológicas ganham evidência nas dinâmicas de produção e reprodução das sociabilidades, traços e tramas de uma territorialidade ganham relevo. (MARTINS e JÚNIOR, 2009).

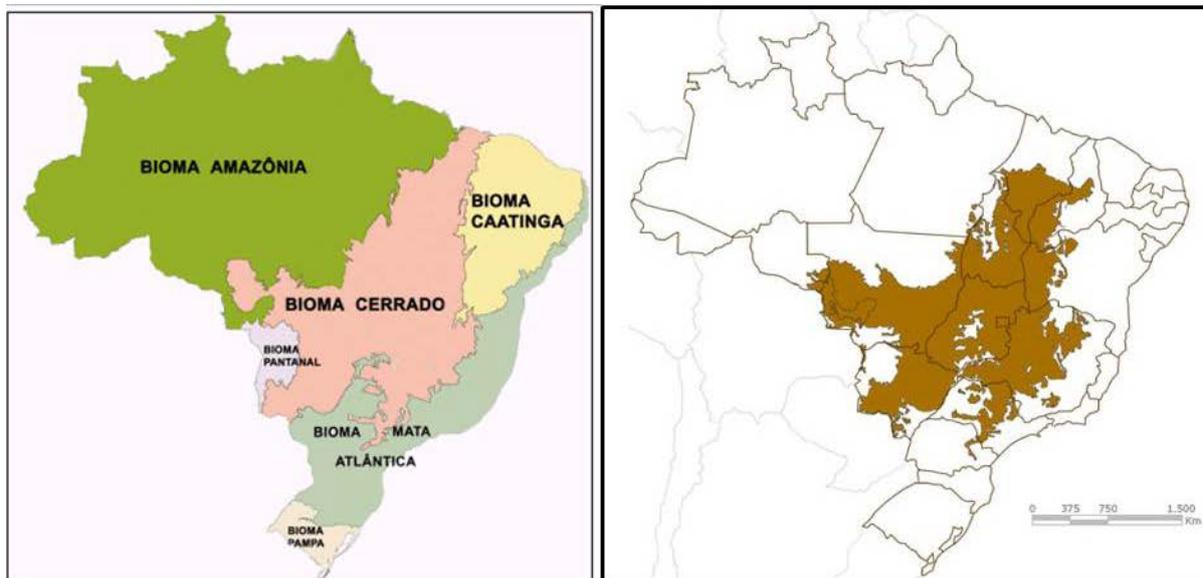
De modo geral, existem inúmeras classificações das fitofisionomias do Cerrado. Diversos estudos realizados se destacam como referência na caracterização do bioma: Eiten (1972), Coutinho (1976), Silva (2000), Nogueira (2005), Mazzeto (2009), Batalha (2011), Bertran (2011) e outros não menos importantes destacados, ou não, ao longo dessa pesquisa.

Eiten (1972) define as fitofisionomias em cinco classificações: cerradão, cerrado, campo cerrado, campo sujo e campo limpo. Coutinho (1976, p. 11) discute que as influências de aspectos geomorfológicos, topográficos, das queimadas e da qualidade dos solos do bioma são as responsáveis pela caracterização da vegetação e define o Cerrado como “um complexo de formações oreádicas”, representando verdadeiros ecótonos de vegetação entre as formas florestais (cerradão) e campestres (campo limpo). Para Silva (2000), as formas de vegetação se apresentam com camadas herbáceas e arbustivas, camadas arbóreas e formações florestais (denominadas matas de galeria).

Em toda sua complexidade de classificação e denominação, Nogueira (2009) utiliza-se do estudo de Ribeiro e Walter (*apud* NOGUEIRA, 2009) para afirmar que são reconhecidos 11 (onze) tipos fitofisionômicos nos Cerrados: mata ciliar, mata de galeria, mata seca, cerradão, cerrado senso estrito, parque de cerrado, palmeiral, vereda, campo sujo, campo rupestre e campo limpo. Portanto, “não se pode falar de um único e homogêneo Cerrado, mas num imenso mosaico de diferentes paisagens naturais” (NOGUEIRA, 2005, p. 57).

Corroborando com a afirmação acerca da diversidade de paisagens, Mazzeto (2009) contribui definindo o Cerrado como um bioma de contato, pois dispõe inúmeras áreas de transição, já que está na posição central do território brasileiro e compartilha áreas com os demais biomas – dando origem a paisagens como a da região de Chapada Gaúcha, que traz uma transição entre o Cerrado e a Caatinga. O mapa 2 situa a distribuição espacial dos biomas brasileiros e faz referência ao contato com demais vegetações, como afirmado por Mazzeto.

Mapas 2 e 3 - (1) Biomas brasileiros, Cerrado na porção central e em contato com os demais; (2) Área nuclear de Cerrado.



Fonte: (1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; (2) WWF – Brasil.

Para Batalha (2011) existem três sentidos para o uso da palavra cerrado: Cerrado enquanto sentido de domínio fitogeográfico do Cerrado (*sensu lato* e os outros tipos vegetacionais), cerrado enquanto campo vegetacional (do campo limpo ao cerradão) e o cerrado *sensu stricto* (fisionomias savânicas do cerrado *sensu lato*).

Apesar da diversidade de categorias fitofisionômicas, a vegetação do bioma destaca-se com característica lenhosa em todas as formas, ramificação retorcida e trançada, casca grossa e profundamente estriada e pela alta frequência de reprodução vegetativa (ANDERSON e POSEY, 1985). Silva (2000) observa que a origem da vegetação está relacionada a aspectos como as “deficiências” químicas do solo e fatores geomorfológicos, climáticos e antrópicos, não tendo qualquer relação com a água como um fator que limitasse de forma decisiva a caracterização da diversidade fisionômica do Cerrado, como alguns estudos afirmavam.

Assim como a vegetação, os solos do Cerrado trazem o estereótipo de impróprio e pobre, como era visto anteriormente; principalmente, para o campo do agronegócio, devido à baixa concentração de matéria orgânica e nutrientes e à alta concentração de alumínio e ferro (MAZZETO, 2009).

Segundo o MMA (2004) o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, sendo considerado como um *hotspot* mundial de biodiversidade, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas. Nele existe uma grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies entre diferentes fitofisionomias. Cerca de 199

espécies de mamíferos são conhecidas, e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Os números de peixes (1200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies) também são elevados.

Entretanto, o Cerrado não é importante apenas em termos ambientais. Sua grande relevância deve ser atribuída à diversidade social e cultural existentes em seu território. Neste aspecto, especial atenção é dispensada ao grande número de povos tradicionais, indígenas, quilombolas, dentre outros, que, a despeito das precárias condições de conservação ambiental que o bioma apresenta atualmente, permanecem habitando o mesmo e têm, no uso de seus recursos naturais, a base de existência cultural e material, sendo algumas populações protagonistas e pioneiras no histórico de ocupação humana do bioma (SAWYER e LOBO, 2008).

Segundo o IBGE, o Norte de Minas é a maior das mesorregiões mineiras. Ela abrange cerca de 89 municípios, agrupa 07 microrregiões, totalizando uma área de 128.454,108 km² e abrigando cerca de 1.610.413 habitantes. Na região, a bacia do Rio São Francisco se encontra com as bacias do Jequitinhonha e do Rio Pardo.

O Norte de Minas se encontra em uma das fronteiras de área nuclear do Cerrado, destacando uma faixa de transição entre o bioma com a Caatinga, um de seus biomas vizinhos, sendo que essa transição se estende até o Oeste da Bahia (NOGUEIRA, 2009). Dayrell (1998) observa que os distintos agroambientes e nichos ecológicos podem ser explicados pelo fato da região estar situada numa área de transição e contato de diversos ecossistemas, que se interpenetram numa ampla faixa, correlacionados com diferentes formas de relevo. A região, que é marcada pela transição ecológica, potencializa a biodiversidade regional, e diversidade de paisagens, assim como variada flora e fauna, onde se estabeleceram diversos grupos que passaram a conhecer e a manejar os diferentes ambientes.

No âmbito de suas transições, o clima é considerado tropical semiúmido para semiárido, com um predomínio de um regime pluviométrico marcado por uma estação úmida e uma estação seca que duram cerca de seis meses, o que impõe, em parte, limitações às atividades econômicas (GONÇALVES, 2000).

Referindo-se às características do relevo da região do Norte de Minas, Nogueira (2009, p. 29) observa que a região é formada por chapadas, com “formações topográficas planas e maciças, cobertas por cerrados, cerradões e campos que, via de regra, descem até a base das vertentes, cedendo lugar no fundo aluvial dos vales às florestas de galeria”.

Bertran (2011) destaca a descrição de Joseph de Mello sobre as chapadas:

Massas elevadas de saibro, pedregulho, argila vermelha ou branca, assoalhadas por um capim quase uniforme intercalado de arbustinho... um delicioso pomar onde os homens e os animais encontram a mangaba, a corriola, a pitanga, a guariroba, a cagaiteira... (BERTRAN, 2011, p. 74).

Os topos das serras, chapadas e planaltos centrais comportam-se como reservatórios naturais das águas das chuvas. Estes imensos reservatórios naturais, localizados nas regiões serranas e de chapadas abastecem durante o ano, e nos períodos críticos da seca, as milhares de nascentes, veredas e cursos d'água que cortam o território norte mineiro (DAYRELL, 1998).

Por sua posição geográfica e relevo, Nogueira (2005) observa que alguns autores se referem ao bioma como “caixa d'água” do país, sendo o maior armazenador e dispensor de águas. Possui em seus territórios diferentes nascentes de grandes bacias hidrográficas, como do São Francisco, Tocantins-Araguaia e Paraná, além de partes consideráveis do Amazonas, do Atlântico Norte-Nordeste e Atlântico Sudeste.

A importância que a região do Cerrado possui na dispersão hídrica nacional fica mais evidente quando considerada a desigual distribuição espaço-temporal dos recursos hídricos pelo Brasil. 73% da disponibilidade hídrica nacional está concentrada somente na bacia Amazônica, região onde atualmente há baixa densidade demográfica (ela abriga hoje somente 5% população brasileira). Assim, somente 27% dos recursos hídricos nacionais estão disponíveis para 95% da população brasileira que habita os demais biomas. Então, ao se excluir da análise a bacia Amazônica, 43% da disponibilidade hídrica do país provém do Cerrado. Destes números, a maior contribuição hídrica recai sobre as bacias do Tocantins, do São Francisco e do Paraguai, regiões onde a concentração populacional e a demanda por recursos hídricos são bastante significativas (LIMA e SILVA, 2005).

As estações do Cerrado dividem-se, basicamente, em duas: a seca e a chuvosa. A duração da estação seca é de aproximadamente cinco meses, de meados de maio a outubro, quando praticamente não chove. Essa realidade tem se modificado e tornado instável e sem frequência nos últimos anos.

Todas as características da região, principalmente o relevo e riqueza de fauna e flora, bem como os aspectos que foram destacados, fizeram com que a ocupação e a exploração agrícola fossem facilitadas.

1.1.1. Ocupação do Cerrado Gerais do norte mineiro

O Cerrado é um bioma singular, especialistas consideram ser uma das formações vegetais mais antigas do país. Há algumas décadas, extensas áreas do Brasil Central eram

cobertos pelos cerrados, sendo a flora deste bioma considerada como a mais rica dentre as savanas do mundo. (DAYRELL, 1998).

A ocupação humana da região do Cerrado é muito antiga, 12.000 anos é a datação mais antiga de presença do homem no Brasil Central (BERTRAN, 2011). Dayrell (1998) apresenta alguns elementos que podem ter auxiliado a ocupação no bioma:

Os recursos oferecidos pelos cerrados como fibras, madeira, folhas ásperas e palhas que poderiam ser utilizadas como lixas, utensílios, ferramentas, coberturas e abrigos, além de uma grande variedade de frutos comestíveis, associado a fauna peculiar, sem dúvida devem ter colaborado na fixação das populações humanas relativamente homogêneas durante determinados períodos na história da ocupação deste bioma. O ambiente aberto da vegetação, que facilitava a circulação e abundância de nascentes, córregos e rios caudalosos também eram fatores que teriam favorecido a localização dos inúmeros abrigos pré-históricos identificados em amplos espaços dominados pelos cerrados (DAYRELL, 1998, p. 59).

Na região norte mineira do Cerrado, os primeiros povos que habitaram, ainda no período pré-colonial, foram os do tronco linguístico Macro-Jê, segundo Ribeiro (2005). O autor também destaca a presença de outros sete grupos indígenas: Cataguá, Araxá, Guaianá, Kaiapó, Bororo e, principalmente, no norte-mineiro, dos Xakriabá e Akroá.

No entanto, os povos originários e o ambiente sofreram transformações marcantes pelas expedições dos bandeirantes, a partir do século XVI. Segundo Nogueira (2009), a Serra do Espinhaço era uma referência estratégica de ocupação da paisagem do Norte de Minas. A Serra corta o estado de Minas Gerais desde a região central ao Norte da Bahia, dividindo águas e biomas.

Brito (2013) descreve brevemente as primeiras ondas de ocupação no território norte mineiro:

As terras apropriadas no norte de Minas Gerais, no início do século XVI, pertenciam à coroa portuguesa, que buscou consolidar a colonização por meio do que denominou capitânicas hereditárias, concessões de vastos territórios para nobres portugueses. Eles tinham o dever de defender e de desenvolver suas áreas e, nelas, a autoridade para governar em nome do rei e o poder de conceder terras a outros. Eram chamadas de sesmarias e tanto elas quanto as capitânicas eram propriedades do rei. As capitânicas foram extintas em 1754, permanecendo o regime de sesmarias. As sesmarias geraram dois tipos de domínios territoriais: os engenhos de cana-de-açúcar nas faixas litorâneas e as fazendas de gado, visando à penetração do sertão (BRITO, 2013, p. 22).

As transformações na região foram representadas pela colonização e a expulsão dos indígenas que, conforme Ribeiro (2005), estavam fadados à aniquilação ou à resistência a partir de estratégias diversas. O povoamento do território norte mineiro segue, a partir de então, uma

nova lógica, a de caráter mercantil, embora, no seu interior, as relações internas à produção nem sempre possuíssem este mesmo perfil (DAYRELL, 1998).

A apropriação do Cerrado no Norte de Minas se deu inicialmente a partir da necessidade de expansão do colonialismo, servindo como suporte a pecuária extensiva, principal atividade econômica desse período (MARTINS, 2009). Bertran (2011) aponta que nos anos de 1600 tem-se a atuação de fazendeiros na região, onde a pecuária também antecede a mineração. O autor afirma que “tanto pelos sertões do Tocantins quanto pelos são-franciscanos, desenvolveram-se movimentos muito antigos de colonização pela pecuária (BERTRAN, 2011, p. 138)

Gonçalves (2000) destaca a ocupação característica do Vale do São Francisco:

O Vale do São Francisco foi palco dos maiores latifúndios da história, como os da família D'Ávila. No entanto, se houve uma apropriação desigual que se legitimou juridicamente houve, também, enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente e que ensejaram a possibilidade de um sistema de uso da terra que está subjacente à diversidade cultural da região, inclusive, ao regime alimentar. E mais, contribuiu de tal forma para plasmar a identidade política e cultural de Minas que lhe emprestou seu caráter de Gerais (GONÇALVES, 2000, p. 24).

O processo de ocupação do Norte de Minas se deu por meio da ocupação de grandes porções de terras. A partir deste modelo é que foi se configurando o perfil geográfico, social e cultural da região. No entanto, o acesso à terra pelas pessoas mais simples e sem recursos ocorreu de forma limitada. Dayrell (1998) descreve a trajetória desses grupos em busca de áreas mais produtivas em meio à ocupação do território:

Já nas áreas de gerais, cujas terras de baixa fertilidade ainda eram pouco cobiçadas pela grande fazenda, este povo miúdo saiu à cata de terrenos mais férteis e úmidos, localizados em estreitas faixas ao longo das nascentes, lagoas, veredas e pequenos cursos de água que abundavam nos terrenos mais elevados dos planaltos e das serras do Espinhaço (DAYRELL, 1998, p.70).

Uma sociedade muito singular emergiu da articulação de indígenas, paulistas, baianos, mineiros e europeus. Grupos humanos foram construindo, em diferentes espaços do território regional, modos de vida específicos, vinculados à forma de apropriação dos diferentes ambientes naturais. Os vários usos sertanejos dos diversos ecossistemas dessa região alteraram a paisagem e permitiram a constituição de uma sociedade com características próprias (BRITO, 2013).

A região ficou reconhecida pelos diferentes perfis identitários dos diferentes ecossistemas, como “os Geraizeiros e Chapadeiros, habitantes das faixas de cerrado; os

Caatingueiros, localizados nas áreas de caatinga; os Vazanteiros, das áreas de vazantes dos rios locais; e os barranqueiros, das margens do São Francisco” (CARVALHO, 2007).

Nesses ambientes, ocupados e explorados desde a colonização, os povos tradicionais encontravam alternativas de produção para criarem um tipo de alimentação característica e garantir-lhes sobrevivência, criando condições de autossustentabilidade. Esses sujeitos procuravam conhecer as potencialidades do ambiente e passaram a valorizar e usufruir dos inúmeros recursos disponibilizados pela natureza.

1.2. Povos tradicionais: categoria, atribuições e politização

A construção da categoria povos tradicionais foi elemento de mudança na realidade dos próprios grupos que a formam, pois a valorização desses grupos “baseada no lugar e nos significados de uso particulares que esses grupos fazem dos recursos disponíveis” tomou dimensão cultural e política, vinculando cultura e território (NOGUEIRA, 2009, p. 193).

Na verdade, existem diversas atribuições para a definição conceitual de povos tradicionais. Alguns autores se baseiam na perspectiva do uso do território, outros na condição específica do processo produtivo e nos saberes tradicionais. Vale destacar que a escolha para a denominação da comunidade Buraquinhos como povo tradicional, ao longo deste trabalho, corrobora com a posição de Little (2002).

Para o autor, a opção pela palavra “povos” direciona esse conceito ao debate sobre direitos dos povos, “onde se transforma num instrumento estratégico nas lutas por justiça social” (LITTLE, 2002, p. 23). Brandão (2012) observa que passando do estigma identitário imposto pelos que chegaram aos territórios tradicionais, pessoas e grupos humanos indígenas, mestiços, quilombolas e ademais grupos étnicos, reapresentam-se como povos de direitos ancestrais, que foram desqualificados em um passado reconhecidos como “entrave do progresso”, considerando-os pobres e marginalizados. E o termo “tradicional” é utilizado por Little (2002, p. 23) em referência à Sahlins, ao observar que “as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação”.

Autores que exploram o estudo dessa categoria relacionam alguns critérios para caracterizá-la. Diegues e Arruda (2001) relatam onze atribuições – sem que haja uma relação hierárquica entre elas – para definir e identificar esses povos:

1. Pela relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*;
2. Pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;

3. Pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
4. Pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
5. Pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
6. Pela reduzida acumulação de capital;
7. Pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
8. Pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;
9. Pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
10. Pelo fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
11. Pela autoidentificação ou identificação alheia de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Os autores permeiam aspectos cultural, ambiental, social e econômico, que, frequentemente se inter-relacionam. Os critérios listados trazem consigo uma referência aos aspectos históricos que perpassam gerações; que constrói relações de pertencimento com os territórios e a natureza; que constitui culturas e modos de vida que criam laços sociais e ambientais em seus territórios. Não vetando a percepção de que as transformações também ocorrem em meios tradicionais (LITTLE, 2002; NOGUEIRA, 2009; BRANDÃO, 2012).

A categoria povos tradicionais – também associada a comunidades, populações, sociedades, culturas e sempre acompanhadas dos adjetivos “tradicionais”, “rurais” e “locais” (LITTLE, 2002) – está amplamente disseminada em meios governamentais e não governamentais, de dimensão internacional e nacional, apesar de ser um conceito relativamente recente e com poucas décadas de discussão (NOGUEIRA, 2009). A denominação traz consigo a problemática da abrangência e diversidade dos grupos aos quais ela deve se referir (LITTLE, 2002). Para a completa compreensão da categoria é preciso levar em consideração as especificidades de cada povo, cada um com seu histórico cultural, modos de vida e resistência. Saraiva (2006, p. 146) observa que “reconhecer as condições humanas e experiências específicas de cada cultura favorece a percepção de que populações tradicionais não podem ser conceituadas como grupos homogêneos”.

A origem histórica da categoria povos tradicionais traz alguns momentos propulsores na sua projeção Little (2002) destaca que as pressões frente aos movimentos migratórios, a partir da década de 1930 no Brasil, e que acompanharam grandes investimentos em

infraestrutura, transformaram as relações fundiárias existentes até então no país. Movimentos estes que se difundiram pelo território nacional e atingiram, de uma ou outra forma, os povos tradicionais: e que reforçaram, em maioria, a sua situação de invisibilidade social (LITTLE, 2002).

O autor também afirma que a consolidação destas novas categorias territoriais só tornou-se possível com o surgimento dos movimentos sociais, nas décadas de 1970 e 1980, e com o apoio de organizações não governamentais (ONGs). Paralelamente a isso, Little (2002) observa que, com o fim da ditadura militar e a instalação de governos civis, também surgiram novos meios de atuação política para os povos tradicionais. Como corrobora e destaca Nogueira (2009, p. 191), a ampliação do espaço político da sociedade civil, no contexto de redemocratização do Brasil, “favoreceu a mobilização social de segmentos étnicos (indígenas e negros) em torno de reivindicações territoriais e culturais”.

Diante do cenário de mudanças, os povos tradicionais passam a ser vistos como conhecedores importantes do ambiente natural e dos meios de utilizá-lo frente à emergência da problemática ambiental, o que contribuiu para a revalorização dos estilos considerados até então como “tradicionais” e para a ressignificação da capacidade de suporte do meio ambiente à ação humana (NOGUEIRA, 2009). Nogueira (2009) observa que, diante da discussão do termo desenvolvimento sustentável¹⁰, na década de 1980, as populações tradicionais passaram a ser definidas:

(...) em oposição às sociedades urbano-industriais, mas também como grupos historicamente excluídos e vitimados pelo modelo de desenvolvimento capitalista excludente. Assim, passam a ser reconhecidas socialmente (ao lado da natureza) como vítimas de processos de degradação, mas também como potenciais aliadas na construção de caminhos alternativos para o desenvolvimento, com base em seus conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente (NOGUEIRA, 2009, p. 189).

Além da percepção ambientalista atribuída à categoria – quando os “povos tradicionais” emergem a partir da necessidade de preservacionistas na defesa de seus territórios frente à expansão de fronteiras, mas também como forma de aproximação destes distintos grupos com os socioambientalistas que identificaram as suas formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais (LITTLE, 2002) – o multiculturalismo destaca-se como elemento do surgimento histórico desta categoria. Nogueira (2009, p. 191) refere-se ao multiculturalismo

¹⁰ Segundo o inciso III do artigo 3º do Decreto 6.040/07 como o “uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”.

como “a virada histórica, após a Segunda Guerra Mundial, em que questões identitárias adquiriram dimensões globais, em razão de acontecimentos diversos”.

Alguns marcos globais são destacados por Nogueira (2009) e Little (2002) como motores para o debate, em especial, a Convenção 169 aprovada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1989, sobre “Povos indígenas e tribais em países independentes”, que estabelece o respeito e a proteção das culturas, costumes e leis tradicionais destes povos. Essa Convenção teve o texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de Junho de 2002 e apresenta em seu artigo 2º as ações que deveriam ser assumidas pelos governos, que inclui medidas:

- a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;
- b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultura, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;
- c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças socioeconômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida.

Em nível nacional, a Constituição Federal de 1988 reconhece os “direitos coletivos a povos indígenas e quilombolas, assegurando-lhes direitos territoriais e especiais, à diferença e ao reconhecimento de sua identidade” (NOGUEIRA, 2009, p. 192).

Em seu artigo 215, lê-se o texto constitucional afirmando que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, além de estar destacado em seu inciso I a proteção das manifestações culturais dos povos tradicionais: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Constituindo-se como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216, CF).

O reconhecimento político da categoria povos tradicionais é reforçado no artigo 3º, inciso I, do Decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e

econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Os territórios tradicionais também são reconhecidos pelo Decreto 6.040 e tem atribuições como:

Espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e o 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Além da discussão acerca do território, Almeida (2008, p. 30) destaca que é “o fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo”. Daí a necessidade de se ressaltar a relação já citada anteriormente, de cultura e território. Como afirma Almeida, Diegues, Arruda e Little (*apud* NOGUEIRA, 2009):

Outra característica apontada na literatura empenhada na definição das populações tradicionais, refere-se ao vínculo territorial ou à noção de pertencimento a um lugar específico, como fundamento da própria identidade desses grupos, sendo a comunalidade apontada, frequentemente, como um dos principais aspectos de distintividade de suas condutas territoriais (NOGUEIRA, 2009, p. 195).

No entanto, em algum momento, um povo tradicional existiu ou conviveu com uma situação de fronteira – como é o caso de Buraquinhos no norte mineiro. De forma que, aquele que desde muito ou algum tempo “ali” estava e vivia *versus* aquele que chegou a um suposto lugar vazio, desocupado e desabitado, como aquele que veio de longe para ocupar, conquistar e colonizar esse “vazio” e trazer para “ali” o progresso e o desenvolvimento (BRANDÃO, 2012).

Como revela Brandão e, ainda, como pode-se inferir essa realidade nos dias atuais, “a história das fronteiras em expansão no Brasil é uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí” (BRANDÃO, 2012, p. 4). Cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos, processos que surgiram nesses contextos de conflitos. O autor ainda afirma que o território de um grupo social determinado, incluindo os comportamentos territoriais que o subsidiam, pode se modificar no decorrer do tempo, conforme as forças históricas exerçam pressão sobre ele. Brandão (2012, p. 5) acrescenta que “esses múltiplos, longos e complexos processos resultaram na criação de territórios dos

distintos grupos sociais e mostram como a constituição e a resistência cultural de um grupo social são dois lados de um mesmo processo”.

O debate sobre povos tradicionais insere em seu contexto as comunidades remanescentes dos quilombos, sendo sua identidade reconhecida como quilombola. Como apresentado, a comunidade Buraquinhos foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola. No entanto, para fins desse estudo, também serão consideradas as categorias identitárias geraizeiros e veredeiros, pois representam, respectivamente, a porção norte mineira dos Gerais onde Buraquinhos se situa e o local de habitação em meio as veredas do Cerrado. Destacando que essa autoidentificação não foi atribuída pela comunidade Buraquinhos, mas relacionada no trabalho assimilando a relação com a região.

1.2.1. Identidade quilombola

Atualmente, as comunidades quilombolas localizam-se em 24 estados da federação, sendo que a maior parte está nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. São estimadas 214 mil famílias e 1,17 milhão de quilombolas em todo o Brasil segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SPPIR, 2013). Ainda, de acordo com o guia de políticas públicas para comunidades quilombolas do programa Brasil Quilombola da SPPIR, a origem dos territórios de povos remanescente de quilombos se deu em diferentes situações, como:

Doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão. Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos (SPPIR, 2013, p. 14).

Os conceitos – quilombo, enquanto território, e quilombola, como identidade – são dinâmicos e abarcam um debate pelos órgãos do Estado, destacando as decorrências na definição dos direitos e territórios desses povos. Atualmente, os quilombos e seus povos são reconhecidos oficialmente pelo Estado brasileiro, sendo considerada uma “categoria de *status* jurídico próprio” (NOGUEIRA, 2009), tendo políticas que garantem a cidadania, identidade e território, com destaque a partir da Constituição Federal de 1988, bem como a importância dos artigos 215 e 216 citados anteriormente. No entanto, o debate acerca dessa categoria não é recente.

Para um levantamento e construção histórica da identidade e território quilombola, faz-se necessário um levantamento de estudos que remetem às primeiras definições que envolvem esses povos. Em um desses estudos sobre a definição dos locais que os quilombolas habitavam, Almeida e Pereira (s.d.) relatam de forma minuciosa a origem da expressão e o significado de quilombo. Os autores remetem ao ano de 1740, quando o quilombo era visto como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA e PEREIRA, s.d., p. 231).

No exercício de questionar essa colocação, os autores subdividem cinco elementos que podem ser discutidos e ainda vistos em algumas definições atuais: o primeiro, é a associação de quilombo com fuga – “habitação de negros fugidos”; o segundo, reitera que o quilombo sempre esteve associado à uma quantidade mínima, “que passem de cinco”; o terceiro, é a localidade geográfica dada como “despovoada”, o que caracteriza grandes distâncias e isolamento; a quarta, refere-se às moradas como “ranchos”, estereotipando-as como se não houvesse qualquer benfeitoria; e, por fim, o quinto elemento seria a premissa de que não se encontram pilões nessas áreas devido ao fato de que possuir um pilão remete para a fixação no lugar de quem pode produzir e transformar.

Também em oposição ao discurso de 1740, Little (2002) diz que o conceito de remanescentes das comunidades dos quilombos não deve ser restringido a casos de fuga, compactuando com o posto por Almeida e Pereira (s.d.), mas que o mesmo precisa incorporar o amplo leque de situações no qual, em vez de grandes deslocamentos por parte dos escravos, houve a apropriação efetiva das grandes propriedades que entraram em decadência ou faliram, assim “aquilombando a casa grande” (LITTLE, 2002).

No decorrer do período escravista no Brasil, os povos quilombolas foram formados inicialmente no Estado de Minas Gerais, com maior incidência no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha; tal fato se deu devido ao advento do ciclo do ouro no estado mineiro, que estabeleceu novas formas de alforria e que possibilitou a ocupação de áreas pouco povoadas e atrativas, do ponto de vista econômico, porém consideradas como zonas favoráveis de comercialização (MOREIRA e ARAÚJO, 2014).

Nas buscas pela definição ou referências aos quilombos/quilombolas, Almeida e Pereira (s.d., p. 234) são incisivos quando dizem que “tudo que aparecer nessa definição de 1740, vamos encontrar durante o período imperial. Não há mudanças”: e pode-se inferir que, em algumas referências atuais, também não há ainda grandes mudanças. Talvez por não apresentar mudanças no decorrer da história, entende-se como desnecessário manter o termo e

definição de “quilombo” na Constituição, “então quilombo desaparece por cem anos! Só aparecerá em 1988 (...) Como pensaremos, com instrumentos totalmente defasados, essa sociedade escravista?” (ALMEIDA e PEREIRA, s.d., p. 234). E veja que quilombo deixar de existir juridicamente a partir de 1889, um ano após a abolição da escravatura, é como se o problema houvesse acabado após esse marco.

As Constituições de 1891, 1933, 1934 e 1967 não mencionam “quilombo” e o reconhecimento legal das comunidades quilombolas se deu somente mediante a publicação da Constituição de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Apesar disto, segundo Little (2002), a regulamentação dessa modalidade territorial demorou sete anos e só em 1995 a Comunidade Boa Vista, em Oriximiná, no Vale de Trombetas (PA), foi o primeiro remanescente de quilombo a ser reconhecido pelo Estado sob a figura jurídica da nova Constituição.

O Decreto 4.887, de 20 de Novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Para fins deste Decreto, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Além das considerações apresentadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em seu decreto, existem outras definições para as comunidades quilombolas, como as seguintes expressas por entidades relacionadas a esse universo:

Quadro 1. Definições comunidades quilombolas

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)	Fundação Cultural Palmares (FCP)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Em 1994 eram considerados quilombolas toda a comunidade negra rural que agrupa descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado (UNGARELLI, 2009).	Quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos.	As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana -, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Fonte: Adaptação de VÉLEZ ECHEVERRY, 2014, p. 43.

Sobre os regimes de propriedade dos quilombos, as diversas “terras de preto” e as comunidades cafunas possuem diferenças marcantes em relação aos povos indígenas, mas ainda se mantêm dentro da ampla categoria de formas de propriedade comum (LITTLE, 2002). Sobre as várias “comunidades negras rurais”, Bandeira afirma (1991, p.8): “o controle sobre a terra se faz grupalmente sendo exercido pela coletividade que define sua territorialidade com base em limites étnicos fundados na afiliação por parentesco, coparticipação de valores, de práticas culturais e principalmente da circunstância específica de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos”.

Para Costa Filho (2010), os quilombos são caracterizados por espaços de liberdade, ou seja, territórios que não se aliam com relações de subordinação. Ainda, complementando essa ideia, o Caderno da Associação Brasileira de Antropologia sobre Terra de Quilombo (1995) expressa que a ocupação da terra é realizada predominantemente em seu uso comum, não sendo feita em termos de lotes individuais. Usos que obedecem à sazonalização das atividades sejam agrícolas, extrativistas ou outras, e tomam por base laços de parentesco e vizinhança, firmados em relações de solidariedade e reciprocidade. Além disso, deve-se considerar a dimensão simbólica dos territórios, onde estão registrados os acontecimentos e fatos históricos que mantém viva a memória desse grupo étnico. Nesses territórios estão enterrados os seus ancestrais, como afirmam alguns moradores no caso de Buraquinhos.

Eis como se refere Oliveira (2002), em seu estudo com uma comunidade no Quilombo do Laudêncio – ES, município de São Mateus, acerca do território como quilombo:

O quilombo é uma organização social e política dinâmica, pois a comunidade se transformou num quilombo na medida em que os conhecimentos foram sendo transmitidos dos mais velhos para os mais novos pelo processo de mobilização e conscientização (...). O grupo volta ao passado por meio dos conhecimentos transmitidos por seus avós para reelaborar o significado do presente e de sua identidade étnica (OLIVEIRA, 2002, p. 157).

Sobre os seus territórios, fica estabelecido no artigo 3º, do Decreto 4.887, que Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considerada longa e burocrática, figurando entre uma das principais reivindicações do movimento quilombola¹¹.

¹¹ Segundo o INCRA (2014), existem 171 títulos expedidos às comunidades quilombolas em 129 territórios, beneficiando 218 comunidades, ou seja, 13.087 famílias. Isto em uma área de 1.008.947,6181 hectares nos Estados

Segundo a FCP (2014), desde o ano de 2004 até o ano de 2014 foram certificadas 2.431 comunidades, sendo que o Estado de Minas Gerais apresenta um número de 223 comunidades remanescentes de quilombos e segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹² (2014), no município de Chapada Gaúcha existem 10 comunidades quilombolas. Uma das comunidades certificadas pela FCP é a comunidade de Buraquinhos.

Algumas iniciativas legais e de representação social quilombola surgiram após a politização da categoria. Vélez Echeverry (2014) destaca o documento elaborado após a realização do I Encontro Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas e com a criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a partir de 1995, reivindicando a regularização de seus territórios e a implantação de políticas para a categoria.

O Programa Brasil Quilombola se destaca como outro avanço político e de iniciativa nacional. O Programa foi lançado em março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituído o Decreto 6.261, de 20 de Novembro de 2007, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa e oferece outras providências, com ações voltadas ao acesso à terra, à infraestrutura e qualidade de vida, à inclusão produtiva e desenvolvimento local e à cidadania dos povos quilombolas.

Segundo a SPPIR (2013), outros destaques na base legal no histórico dos povos quilombolas são a Portaria nº. 98 da Fundação Cultural Palmares, de novembro de 2007, que institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. Também, a Instrução Normativa INCRA nº 49, de 29 de Setembro de 2008, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A politização da categoria trouxe visibilidade aos povos e seus territórios e essa consequência teve relação direta com a mobilização pela organização sociopolítica do movimento quilombola, que assumiu sua própria representação (VÉLEZ ECHEVERRY,

de Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Amapá, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

¹² Esse levantamento é resultado da consolidação de informações de vários órgãos que atuam junto às comunidades quilombolas. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/gestao-municipal/processo-de-cadastramento/arquivos/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>

2014). A ameaça aos seus territórios, e demais territórios tradicionais, também se caracterizaram frente à expansão da agricultura, acompanhada da modernização dos anos 70.

Em Buraquinhos, a comunidade se autodefine remanescente de uma história não de escravidão, mas de ocupação de terras para o desenvolvimento das práticas tradicionais, como a agricultura de subsistência; a reprodução da identidade, em suas manifestações culturais; e, mais recentemente, como um processo de resistência às mudanças em seus territórios tradicionais, buscando reparação de direitos, nos dias atuais, através de políticas públicas

Atualmente, Buraquinhos segue apenas com a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, sem que seu território tradicional tenha sido demarcado pelo órgão responsável, fato que fragiliza a comunidade devido as pressões territoriais diante da modernização conservadora local. Segundo o Ministério Público Federal (MPF) em Minas Gerais, em 30 de junho de 2015 uma ação civil pública foi dada entrada contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para obrigá-lo a elaborar os Relatórios Antropológicos e os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTDI) da comunidade quilombola Buraquinhos, além da comunidade São Félix. Para o MPF, “a mora da autarquia é injustificada e traz graves consequências às comunidades quilombolas. Sem a titulação da terra, a insegurança jurídica permeia naqueles povos tradicionais, sujeitando-os a pretensões externas de posse, alienação a non domino, usucapião e penhora”. Sem a propriedade definitiva das terras, os quilombolas ainda ficam privados do acesso às políticas públicas direcionadas a eles. A ação está em trâmite, segundo dados do processo 1207-36.2015.4.01.3818, em 01 de dezembro de 2015 consta que foi movimentada para setor jurídico da Procuradoria da República no Município de Paracatu/Unai.

1.2.2. Identidade geraizeira e veredeira

No Norte de Minas escutam-se com frequência os povos fazerem referências a outros ou a eles mesmos, como sendo chapadeiros, catingueiros, vazanteiros, barraqueiros, geraizeiros/geralistas¹³ ou veredeiros. Para compreender as duas últimas categorias, e aqui exploradas, deve-se destacar as distinções entre gerais e veredas que são descritas por Guimarães Rosa (2003):

¹³ O termo varia conforme os autores, segundo um dos pesquisadores locais, Xiko Mendes, a identidade também pode ser identificada como geraizeiros ou baiangoneiros. Considerando-os como um grupo social expressivo que pode torna-se hegemônico, uma vez que hoje não exercer protagonismo enquanto parte da sociedade civil nos processos decisórios locais e regionais.

Mas, por entre chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há veredas.

(...) A vereda é um oásis. Em relação às chapas, ela são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros.

As encostas que descem das chapadas para as veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado chão claro), porejando aguinhas: chamam-se resfriados. O resfriado tem só uma grama rasteira, é nítida a mudança de aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a vereda. Em geral, as entradas, na região, preferem ou precisam de ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas pelo resfriado, de vereda em vereda. (Aí, talvez, a etimologia da designação: vereda). Há veredas grandes e pequenas, compridas ou largas. Veredas com uma lagoa; com um brejo ou pântano; com pântanos de onde se formam vão escoando e crescendo as nascentes dos rios; com brejo grande, sujo, emaranhado de matagal (marimbú); com córregos – para aumentar nossa confusão.

Em geral, os moradores do ‘gerais’ ocupam as veredas, onde podem plantar roça e criar bois. São os veredeiros. Outros, moram mesmo no alto das chapadas, perto das veredazinhas ou veredas altas, que, como disse, também há, nas chapadas: estes são os ‘geralistas’ propriamente ditos. Quem mora nos gerais, seja em vereda ou chapada, é geralista (GUIMARÃES ROSA, 2003, p.40-42).

Nogueira (2009, p. 83) afirma que “os gerais e as veredas são unidades espaciais que integram diversos ambientes, que são estratificados pelo Geraizeiros de acordo com o relevo, cor, textura e pedregosidade do sol, além das espécies nativas presentes em cada um”. O quadro 2 relaciona os diversos ambientes das unidades espaciais em estudo, assim como as atividades predominantes e vegetação em destaque.

Quadro 2 - Complexo gerais – veredas

Unidade espacial	Ambientes	Vegetação nativa	Atividades predominantes
Gerais = Terras de campo	Chapada	Pequi, panã, rufão, mangaba, cagaita, tingui, jatobá Capim agreste	Extrativismo Gado na solta
Veredas = Terras de cultura	Vazante Brejo Beira de Lagoa	Milho de Santana, feijão, arroz, cana, banana Aroeirinha, mutamba, capitão, pau pobre, landim, buriti	Agricultura

Fonte 1: Adaptação de NOGUEIRA (2009)

Diversos autores têm resgatado os usos destes termos pelas comunidades locais. Sobre geraizeiros (ou geralistas), Pereira (*apud* Pierson, 1972) faz referência à existência desses habitantes no Nordeste do Vale do São Francisco:

Os geralistas ou habitantes das imensas campinas, são caçadores e agricultores em escala muito limitada, porquanto os enormes areiões apresentam-se quase sempre estéreis. Suas cabanas eram feitas, e ainda o são, de buriti. Alguns habitantes locais eram mangabeiros na ocasião, isto é, indivíduos que faziam longas jornadas pelos Gerais, que conhecem intimamente, em busca de látex, usado na fabricação de borracha (Pierson, 1972, p.12)

Segundo Dayrell (1998), chapadeiro, geralista, geraizeiro são termos que encontram-se em diferentes regiões no Norte de Minas e que fazem referência a um tipo de população que se diferencia das demais, que, na maioria dos casos, configuram-se em locais de transição entre ambientes distintos, como no caso dos Cerrados e da Caatinga – retrato de Chapada Gaúcha – MG.

No que se refere aos geraizeiros, o autor afirma:

Geraizeiros, como cultural e contrastivamente são assim denominados, os habitantes dos gerais desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d'água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves, o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal. E são nestas áreas, denominadas genericamente como gerais, que vão buscar suplemento para garantir a sua subsistência: caça, frutos diversos, plantas medicinais, madeiras para diversos fins, mel silvestre, etc. Os produtos que levam para o mercado – farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas, plantas medicinais, artesanato – refletem o ambiente, o modo de vida, as possibilidades e potencialidades dos agroecossistemas onde vivem (DAYRELL, 1998, p.74)

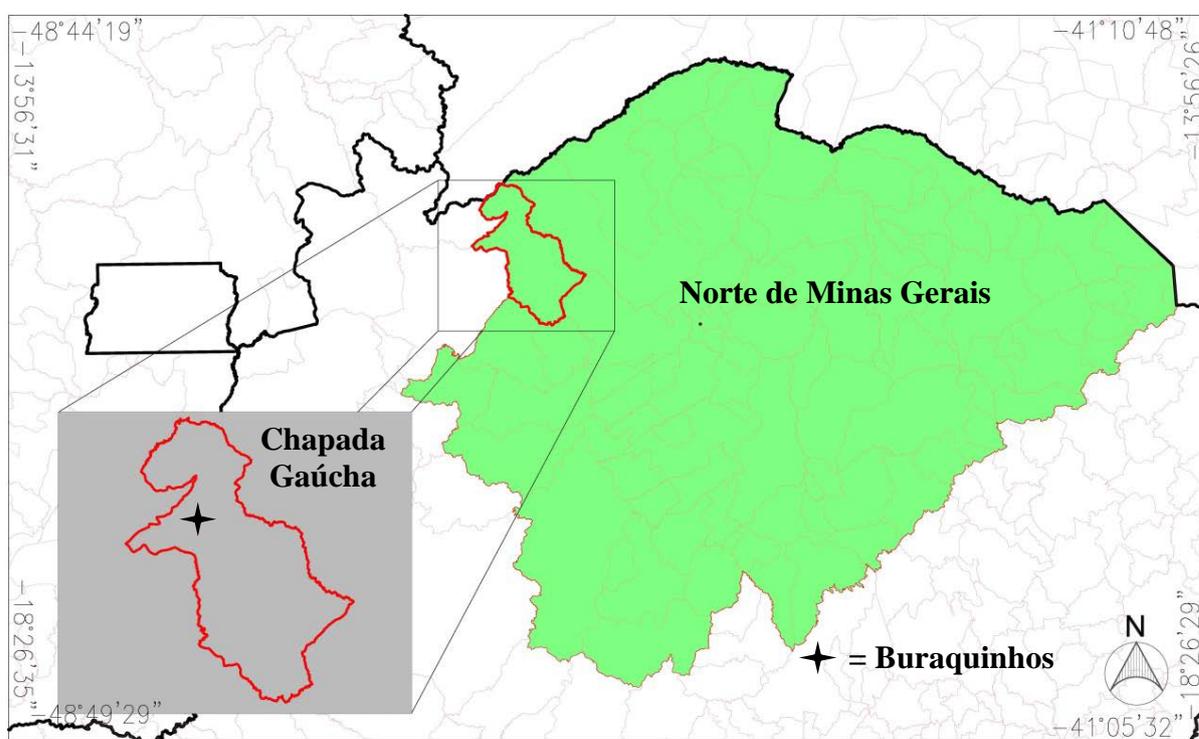
Segundo Nogueira (2009, p. 82), a criação de gado nos gerais é propícia devido a distribuição das árvores, variado de 4 a 5 metros de distância entre elas: “o gado se misturava, solto nos gerais”. Para Guimarães Rosa (2003, p. 89), “o chapadão – onde tanto boi berra. Daí, os gerais, com o capim verdeado. Ali é que vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açôite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoada trovoando. Vaqueiros todos vaquejando”.

As veredas, por sua vez, localizadas nas partes mais baixas da paisagem, são “próximas aos cursos d'água, nascentes, grotas ou margens dos rios, as veredas são de terras mais úmidas e férteis, onde predominam também as madeiras de uso para a construção de casas, cercas,

móveis e utensílios domésticos” (NOGUEIRA, 2009, p. 85). A autora afirma que “veredas e gerais são unidades que se definem uma em relação à outra”

1.3. Buraquinhos: povo tradicional no seu jeito de ser e viver

Localizada na zona rural do município de Chapada Gaúcha, a comunidade de Buraquinhos é reconhecida regionalmente por sua beleza paisagística e pela riqueza cultural de seus moradores. Na paisagem predominam os campos de buritis (*Mauritia flexuosa*), formados pela palmeira típica das veredas do Cerrado Gerais brasileiro; contemplam necessidades da fauna e dos moradores da comunidade; orientam o curso do Rio e a distribuição hídrica do território.



Mapa 4 – Localização do município de Chapada Gaúcha no norte mineiro; e da comunidade Buraquinhos.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Uma estrada de chão, de aproximadamente 27 km de distância, liga a sede do município da Chapada Gaúcha à comunidade Buraquinhos. Um caminho que impressiona, com áreas em grande extensão de monocultivo e galpões de armazenamento de sementes.

O céu em contraste com o “mar verde” dos dois lados da estrada de terra e cascalho é a paisagem comum nesse trecho, que, durante o dia, tem uma temperatura elevada, especialmente em períodos de seca.

Ao se aproximar de Buraquinhos, ilhas de Cerrado proporcionam um clima diferente, úmido e fresco, característico das regiões de veredas. Há uma diferença climática e de paisagem notável, especialmente ao se aproximar da serra de acesso à comunidade, de difícil acesso, mas tida como conquista pelos moradores.

Chegando à comunidade depara-se novamente com o Cerrado, agora com características marcantes de veredas, rodeado de chapadas. Verifica-se um ambiente de elevada umidade, com faixas de campo limpo e vegetação pouco densa, tipicamente arbórea, de palmeiras e gramíneas. A cobertura de solo é arenosa, com camadas profundas de solo argiloso.

A comunidade tem organização geográfica coesa e tipicamente rural, com casas dispostas ao longo do Rio Pardo e guardadas à devida distância de segurança contra as cheias do rio.

O primeiro contato visual quando se chega a Buraquinhos é com uma casa simples, pequena e cercada. A entrada se dá em meio a um portão improvisado, com cuidados para inibir o acesso de animais de grande porte. Letras maiúsculas e um pouco apagadas apresentam a única escola da comunidade “Escola Municipal Santa Terezinha”.

As unidades familiares estão distribuídas ao longo do povoado, com maior concentração no início deste. As demais unidades se localizam em pequenos agrupamentos de três a quatro casas que ficam mais distantes. A área destinada à construção de cada unidade doméstica obedece a uma demarcação de áreas familiares. Em algumas residências observa-se a construção de cercas, que são opcionais, mas que impedem que os animais maiores cheguem até o limite da morada.

As casas são construídas em sua maioria (69%) de barro e madeiras, tais como ipê, mata-cachorro e pimenta de macaco. As madeiras utilizadas são coletadas na área da comunidade e são todas espécies de Cerrado. Possuem telhas de amianto ou palhas de buriti na cobertura, agora em minoria, e com variações quanto aos tamanhos (Foto 1). Muitas são feitas de adobe (tijolos ecológicos) construídos com o material do próprio local. Tijolos, cimento e ferros, quando necessários, são adquiridos no comércio de Chapada Gaúcha, atendendo ao novo perfil de moradia da comunidade.

Segundo dados coletados, apenas 6% das moradias são construídas com adobe sem reboco e palha de buriti. A mudança no tipo de cobertura das casas, que parece ter sido “imposta”, não foi muito bem vista pelos moradores de Buraquinhos.

Aqui é o seguinte, a gente podia tirar muita palha do buriti, mas aí esses órgãos do Ibama exigiram pra gente não usar mais as palhas. Então, as pessoas que tiveram mais condição acabaram trocando por essa telha (amianto), mas eu achei ruim por demais.

É muito quente, você debaixo de uma casa de palha era o mesmo que estar debaixo de um pé de árvore desse aí. Mas com essa telha não.. Não pode nem comparar. Você não aguenta ficar dentro no correr do dia (Relato de morador, 62 anos, Buraquinhos).

A justificativa para a mudança é apresentada por uma moradora:

Telha atura mais, palha no máximo em quatro anos tem que estar trocando. Eu arrependi e não arrependi. Essa telhinha esquenta demais. Olha, no correr do dia ninguém aguenta, pra isso tem que ficar debaixo das árvores mesmo. Mas entenda, as palhas ficaram perigosas porque veio a luz, aí é ruim, com medo de fogo (Relato de moradora, 67 anos).

As moradas das famílias não diferem em sua decoração, limpeza e aconchego. As casas são, em sua maioria, com o “chão batido”, móveis característicos e resultantes de madeiras do Cerrado de veredas, como sofás e bancos feitos de buriti. A televisão está sempre ligada nas notícias, novelas ou desenhos; alguns quadros de santos e outras imagens católicas nas paredes e prateleiras são bastante frequentes. Percebe-se nos moradores de Buraquinhos uma religiosidade de cunho popular que valoriza muito os santos, como Santa Luzia, Santo Expedito, Santo Antônio e outros.

As janelas estão sempre abertas com uma vista para o Cerrado, ou para roupas estendidas nos varais. As portas interiores das casas são representadas por lençóis, sempre



limpos e coloridos. Na cozinha, o fogão a lenha, a geladeira, um filtro de barro, apoiado em uma esteira de buriti e um copo de alumínio ao lado.

Todas as famílias possuem energia elétrica em Buraquinhos, concedida a partir do programa federal Luz para Todos no ano de 2008. Relatos de um morador expressa a burocracia, as mudanças e a expectativa pela chegada da energia na comunidade.

De primeira, a gente iluminava com querosene, depois foi com óleo diesel. A gente fazia os candieiros e botava o óleo, isso iluminava a casa toda. Hoje deixa a luz faltar pra você ver, a gente coloca uma velinha e olha o tanto que a gente acha ruim (risos). Eu não acreditava que ia chegar luz aqui não, sempre era uma promessa de que: “vai vir energia... agora não vai ter como vir mais”. Sempre assim! Até um momento que disseram “vamos fazer a picada, vocês vão ter que ajudar mostrando onde que vai passar a rede”. Logo eu pensei: “ô meu Deus do céu, com essa gente aqui a gente vai ter que matar frango. Como que dá pra eles só feijão com arroz?!”. ..

Aí fizemos a picada; logo eu pensei “é já que nós temos energia na casa, vai ser bom demais”. Depois disso, passou um ano e nada, até que se passaram 4 anos e aí eles disseram “nesses dias vão vir fazer a faixa de rede da energia”. Eu pensei “agora a luz vem mesmo”. Então, pediram pra gente ir ajudar a turma que vinha trabalhar. Receber lá na cascalheira pra ir mostrar a picada que a gente tinha feito há 4 anos atrás. Mas aí cadê a picada? Já tinha quase que acabado. Só a gente mesmo que sabia onde estava, e olha que eles estavam com os papéis todinhos.

Fomos lá recebê-los. Chegamos lá e eles já estavam tirando no lugar errado, aí a gente deu atenção pra onde era o lugar certo e assim fomos trabalhando juntos. Aí prometeram que na outra semana iam por os postes, foi aí que a gente acreditou que vinha mesmo a luz. Então instalaram as luzes dentro das casas, os postes e tudo por aqui. Quando deu um mês de instaladas as luzes, disseram que a tarde ia ligar pra gente a energia. Eu pensei “será, meu Deus, que vão ligar essas luzes?”. Quando foi

Foto 1 – Moradia em Buraquinhos: tijolo, reboco, telha de amianto, madeiras do Cerrado na estrutura, um banco à sombra e a chapada ao fundo.

Fonte: Elaboração da autora, 2015.

meio-dia... As lâmpadas clarearam tudo! Ô menina, quando iluminou, até foguete nós soltamos (Relato de morador, 64 anos).

Em 2014, outra mudança chegou na comunidade, não tão esperada quanto a chegada da energia. Foram construídos módulos sanitários em todas as propriedades a partir de um programa municipal.

Disseram pra gente: “Vai sair banheiro pras casas, todo mundo vai ter um banheiro”. E eu pensei cá comigo “Ô gente, pra quê esses banheiros na roça?”, mas ninguém nem falou nada pra eles não, né?! Vieram e fizeram, então depois que fez todo mundo achou bom. Mas olha... Nem todo mundo usa não viu. Não vou dizer que eu uso o meu sempre, eu “banho” lá, mas eu banho mais é no Rio Pardo. Uso o banheiro mesmo no tempo da chuva que a água vem suja de areia (Relato de morador, 64 anos).

Em toda a comunidade, apenas três casas não possuem os banheiros, pois foram construídas após a instalação do benefício. Os dejetos humanos de todas as casas que possuem banheiro são destinados à fossa séptica.

No território veredeiro de Buraquinhos, os cursos d'água se destacam. O córrego Buraquinhos e o rio Pardo estão entre os caminhos da comunidade, assim como o rio Inhumá que se encontra quase no fim do território. Com orgulho, um dos moradores de Buraquinhos expressa sobre o rio Pardo:

O rio nosso é ativo, ele não mostra a água que ele tem tudo. A gente passa e vê aquela água pouca, você que é só aquilo ali, mas não é não. A maioria da água dele está debaixo do chão, você pode bater a cavadeira aí que você vê a água do rio. Quem olha o olho d'água que é a nascente não acha que é esse rio aqui, porque aqui tem uns córregos que desce nele, vai fortalecendo ele e quando ele já vai chegando lá em São Joaquim ele já está um “rião” perigoso. Ele chega no São Francisco, disse que quando ele está cheio ele corta o São Francisco até no meio (Relato de morador, 65 anos).

O acesso à água para o consumo doméstico é feito por bombas de captação (87,5%) ligadas aos trechos do Rio Pardo e depositadas nas caixas das respectivas propriedades. A maioria (69%) trata a água para o consumo no filtro de barro, típico das casas de Buraquinhos.

Os usos do Rio Pardo sinalizam a continuidade de atividades tradicionais desenvolvidas no território, como a lavagem de roupas, de utensílios domésticos, ou ainda, para o banho e uso da casa. Uma das moradoras relata a importância do uso do rio: “tem esses tanques aqui que construíram com o banheiro, mas lá no Rio é muito mais rápido. Também fiz isso a vida toda lá. Eu ajudava a minha mãe e hoje as minhas três meninas que vão comigo para ajudar” (Relato de moradora, 34 anos).

No território de Buraquinhos existem duas áreas de uso comunitário: a casa de farinha e o campo de futebol. A maior casa de farinha da comunidade está situada em uma das primeiras propriedades da comunidade.

O campo de futebol que fica próximo a escola é considerado de maior uso; mas ao longo da comunidade, no solo arenoso do Cerrado de Buraquinhos. As famílias afirmam utilizar o campo de futebol para a realização de campeonato anual.

Para o lazer, a simplicidade parece ser o suficiente, a mesa de sinuca situada no bar de um dos moradores da comunidade, os banhos no rio Pardo nos fins de semana, sem horário estabelecido, no Rio Pardo para as crianças e, de um modo geral, as folias e os encontros culturais.

Nas folias, todos são estimulados a participar desde a infância. Segundo um dos moradores, de 65 anos:

“Todo mundo participa pra organizar. Aqui, quando tem folia, não sai só homem não. Sai mulher, menino, quem quiser acompanhar. Tem dias de folia que têm 60, 70

“pessoas andando com a gente, mulher com criança pequena, mulher buchuda... É bom demais, é muito divertido”.

A comunidade Buraquinhos é católica (94%) e ativa nas manifestações culturais e religiosas desta e de outras comunidades próximas: a Folia de Reis, com ampla participação da comunidade (Foto 2); a Festa de Santo Antônio, na Serra das Araras; e o Rezado de Nossa Senhora Aparecida são tradicionais. Um evento de importante destaque para a comunidade sempre mencionado é o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas¹⁴, que acontece na Chapada Gaúcha e reúne povos tradicionais de diversas áreas do município, tendo sua organização realizada vezes por uma ONG local, Rosa e Sertão, e, mais recentemente, pela Prefeitura Municipal.



Foto 2 - Parte dos integrantes da Folia de Reis das comunidades de Buraquinhos e Buracos.

Fonte: Acervo da Prefeitura de Chapada Gaúcha – MG.

¹⁴ Realizado na fase de Implementação das Ações Planejadas pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) no projeto Grande Sertão Veredas, sendo uma atuação no entorno para valorização das tradições culturais por meio de ações junto às comunidades locais e da realização anual do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas.

Os meios de transporte de Buraquinhos também simbolizam a simplicidade das famílias. Os principais meios utilizados são as bicicletas, as motocicletas, a charrete, utilizada como transporte das crianças para a escola. Apenas algumas famílias dispõem de mais de uma bicicleta ou motocicleta, outras nem as possuem. Um ônibus circula próximo à comunidade e faz a linha para a Chapada Gaúcha, de segunda à sábado.

No que se refere à escolaridade, os mais velhos da comunidade, em sua maioria, não frequentaram a escola e poucos receberam alguma formação. “Naquele tempo que era para estudar, eu não estudei. O estudo meu foi a roça, a valência mesmo, pai que me ensinou a trabalhar” (Relato de morador, 64 anos). O ato de aprender a ler e escrever é lembrado por um morador como um desejo e reflete as dificuldades encontradas pelos mais idosos de Buraquinhos com o letramento básico. Os mais velhos relatam que o que sabem foi aprendido com os pais ou com os irmãos mais velhos, ou aprenderam porque tiveram oportunidade de frequentar a escola.

Eu fiquei com aquela vontade de aprender, aí eu peguei e comprei um caderno e uma caneta. Pedi para um cara lá em São Joaquim, ele era negociante e no tempo negociava mais meu pai, aí eu falei “Ô Zé Pinto, você faz meu nome aqui com o meu sobrenome?” Ai ele pegou e fez, eu montei no cavalo e saí de São Joaquim. A estrada fazia uma curva e quando eu fiz essa curva, eu desci do cavalo e peguei o caderno e a caneta e fui olhando lá e desenhando cá. O trem foi saindo, mas um pouco fora do rumo sabe?! A cabeça esquentava, doía e eu montava e tornava a romper e quando chegava mais adiante, a cabeça esfriava e eu tornava a desapiar. Fui mexendo nisso e pelejando, aí chegando aqui em casa eu falei com meu irmão e ele foi me dando a lição que ele tinha na escola... Até que eu aprendi a assinar o meu nome. Aí ele falou “agora você capricha pra aprender a ler”, ele pegou os livros que eles estudaram e passou pra mim. No meio do livro tinha uma história desse tamaninho assim (sinalizando com as mãos como se fosse um pequeno trecho) e até hoje eu tenho ela gravada, essa história falava assim “Xô passarinho, sai fora do meu arroizal”. Por fim, os livros que meus irmão leram, eu li tudinho. Aí graças a Deus, eu aprendi a ler um pouco e a escrever. Não precisava estar pedindo pra ninguém fazer nada pra mim. Se eu recebesse uma carta eu não precisava pedir pra ninguém ler pra mim, eu mesmo lia tudo (Relato de morador, 65 anos).

Recentemente, os adultos afirmam ter tido alguma instrução a partir da frequência no programa, conhecido por Brasil Alfabetizado, realizado na escola da comunidade. Entre os adultos, o registro de maior incidência é do ensino fundamental incompleto.

A comunidade possui apenas uma escola. A Escola Municipal Santa Terezinha é uma escola rural e multisseriada, disponibiliza à comunidade o ensino do 1º ao 5º ano do ciclo fundamental. No momento, conta com um quadro de profissionais contendo apenas dois funcionários: o professor responsável pela classe e um auxiliar de serviços gerais.

Sua estrutura física foi recém-formada, mas ainda é precária. Possui três cômodos, dos quais um é destinado à sala de aula, outro à cantina, que também funciona como dispensa para

os produtos alimentícios e de limpeza utilizados na escola, e o terceiro é o banheiro. A sala de aula disponibiliza de cerca de vinte carteiras distribuídas entre os dezenove alunos, que não dispõem de uniformes escolares. Os livros e os materiais didáticos são fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e ficam dispostos em algumas caixas e armários. Recentemente, a escola recebeu dois computadores, com acesso à internet, do programa Mais Educação.

Os recursos são disponibilizados para os alunos regulares e também para os demais, que estão matriculados em escolas de outras comunidades. No entanto, apesar dos relatos de melhora, a estrutura física da escola não apresenta área de lazer e não dispõe de outras dependências, como sala para acomodar o corpo docente e sala de leitura/estudos.

As crianças maiores de 5 anos de idade já estão matriculadas e frequentam a escola no ciclo fundamental (30%); entre os jovens, poucos já concluíram o ensino médio (9%) e os demais o estão cursando (9%); apenas um membro da comunidade cursa o ensino superior, sendo ele o professor que atua na escola local.

A escola não oferece as demais séries por determinação da Secretaria de Educação, que justifica a falta de condições físicas do espaço. Os alunos que precisam seguir com seus estudos, a partir do 6º ano do ensino fundamental, se deslocam para a escola de outra comunidade, em Ribeirão de Areia, comunidade a alguns quilômetros de distância de Buraquinhos. A prefeitura disponibiliza um ônibus para o transporte dos alunos, que passa às 11 horas diariamente em uma parada improvisada no “topo da serra”, local que ainda dá acesso a veículos grandes. Todos os dias os alunos caminham, cerca de 30 minutos, até o local indicado para pegar o transporte. No entanto, depois de tantas dificuldades, e sem perspectivas atuais de aprimoramento profissional, os alunos que concluem o ensino médio não usufruem de cursos técnicos profissionalizantes para continuarem os estudos.

A geração mais velha conserva a liderança na comunidade, com funções ativas, tanto na gestão do processo de produção, quanto nas relações familiares e sociais. As questões políticas da comunidade são representadas pela Associação Comunitária Quilombola de Buraquinhos e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Situações de maior relevância a serem decididas, e que envolvem um número maior de famílias, são discutidas nas assembleias que ocorrem mensalmente no espaço da escola, com frequência no último domingo do mês. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que tem escritório em Chapada Gaúcha, é apontado como o órgão responsável pela aposentadoria de moradores, emissão de declarações de posse, quando necessárias, e articulação com as demais comunidades.

Quanto à ocupação profissional, existe certa diversidade na comunidade. Todas as famílias são caracterizadas por mais de uma ocupação profissional. Entre as 16 famílias entrevistadas: 11 assumem-se com agricultores entre seus componentes; 8 famílias têm membros aposentados; 1 família possui morador com ocupação de brigadista de fogo e charreteiro; 1 família conta com um professor entre as profissões familiares; e outra com um funcionário do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Além das mulheres, que são, em maioria, donas de casa, e os jovens, estudantes.

A renda das famílias de Buraquinhos advém da aposentadoria e de benefícios governamentais, como o “bolsa família” Além deste recurso, o complemento financeiro se reproduz para algumas famílias como parte da fonte de renda, como moradores que afirmam a prática de “bicos”, executados dentro ou fora de Buraquinhos, como serviços de construção.

A maioria das famílias recebe pagamentos inconstantes de suas vendas, na forma de “venda fiada” (principalmente na venda da farinha de mandioca). Essas vendas podem ser alteradas conforme calendário de atividades de cultivo e produção, pois a comercialização de produtos da roça está diretamente relacionada ao período de plantio, colheita e processamento. O valor atual de uma “saca” de 50 kg tem o valor médio para a venda nos mercados de R\$ 180,00.

Além disso, a variação da renda pode ser alterada também por dificuldades de transporte e comercialização dos produtos da roça, pois não é com frequência que o comércio do município de Chapada Gaúcha compra, principalmente, a farinha de mandioca produzida pelas famílias de Buraquinhos. De acordo com dados coletados, a média da renda familiar das famílias é dividida desta forma: 37% vivem com menos de um salário mínimo, 50% têm renda familiar acima de um salário mínimo e 13% recebem um salário mínimo.

A venda de produtos, como base da renda familiar, é trazida por um morador em seu relato:

Quando, em São Joaquim, ainda não tinha muito mercado, as pessoas vendiam em Januária. Pra lá eram de oito a dez dias de carro de boi, levava nele a farinha de mandioca, o arroz pilado e o toucinho do porco. Quando dava na época de venda, as minhas irmãs já se preparavam pra pilar o arroz. Aí eles faziam tudo nessa ida, trocavam e compravam. A compra era mais do tecido, porque de primeiro não existia uma blusa pronta, do arame e o restante das coisas eram na troca de coisas que levava, pegava alguma rapadura, o sal, café, querosene... Depois de Januária já foi aparecendo mercado em São Joaquim, aí já eram dois ou três dias de viagem pra ir e voltar. Depois, na Serra das Araras, já melhorou com os negociantes e a gente já levava as coisas em um dia e meio pra ida e volta, levando sempre a nossa farinha, por isso demorava mais porque o carro de boi é mais demorado, mas se fosse à cavalo era até mais rápido. Depois foi a Chapada, que agora a gente só vende e compra de 15 em 15 dias, umas 2 horas de viagem (Relato de morador, 62 anos).

Com entusiasmo, o morador de 64 anos traz em trecho do seu relato a interação entre as comunidades locais e os novos comércios que surgiam, destacando a forte relação com a produção da farinha de mandioca e demonstrando as dificuldades e mudanças:

Ô menina, era longe viu... O primeiro comércio da minha família era em São Joaquim. Nós vendia a farinha. A gente passava pra quem tinha o carro de boi, que de primeira eram 6 ou 8 bois, e pagava o frete. Assim, eles vendiam pra gente e vinham com o dinheiro. A gente pegava o animal e ia lá comprar alguma coisa. Quando não era assim, quantas vezes a gente não foi a pé viu?! Quando as coisas estavam poucas, a gente botava uma farinha no animal e ia do lado. Lá eram dois dias: um dia pra ir e outro pra vir, saía cedinho daqui e chegava à noite, assim também voltava. A gente levava muita farinha e o toucinho do porco. Aí chegava lá era tudo a troco de outras coisas, porque naquele tempo não tinha de tudo. A gente preferia pegar rapadura, que é a nossa açúcar de hoje, o sal, o café e o tecido, naquele tempo não tinha roupa feita não, a gente fazia as nossas era aqui na roça. Aí depois de São Joaquim, apareceram uns mercadinhos em Serra das Araras. Esse era mais perto, já dava pra ir e voltar no mesmo dia. Mas imagina que era a mesma peleja, aí lá levava farinha e feijão catador, já dava pra gente levar a carne do porco porque eles já compravam as bandas. A gente matava o porco, arriava dois cavalos e botava as bandas e ia, chegava lá tudo pingando gordura. Era o mesmo jeito de levar, mas aí já dava pra vender outras coisas que não estragavam porque era mais perto. Daqui um pouco chegou a Chapada. Agora com a Chapada melhorou demais, a gente já vai em umas horas e volta (Relato de morador, 64 anos).

Uma das estratégias econômicas da comunidade está relacionada à criação de animais, como frangos e porcos. Esta criação serve para retribuir favores, realizar trocas, economias com a alimentação e garantir a segurança alimentar das famílias, por serem animais criados em seus territórios e que não têm uso de insumos utilizados nas criações em larga escala, um dos principais destaques de importância para os moradores. Um dos relatos remete à preocupação com o consumo de produtos industrializados e ressalta a importância do uso dos produtos do quintal:

Outro dia mesmo, nós indo pra Chapada e a soja já madura, com alguma secando aqui ou acolá. No outro dia, eles estavam batendo veneno, de um dia pro outro quando a gente voltou de lá, já estava tudo seca pra colher. Eu falei pros meninos lá de casa: “tá vendo? Vocês não gostam de comer com a gordura de porco e olha aí a soja do óleo que vocês gostam de fritar as coisas. Tá vendo como são as coisas? A importância das nossas coisas lá do quintal, que não têm veneno nenhum?” (Relato de morador, 64 anos).

A importância da criação de animais de pequeno e médio porte nos quintais ou áreas adjacentes às unidades domésticas mostra que estes são bens estratégicos, utilizados em ocasiões diárias ou específicas. Segundo Menezes (2001), a presença em torno das casas mostra a maneira multifacetada com que as famílias manejam seus recursos, sendo essencial nesse processo a participação de mulheres e crianças para desenvolver o que se considera como

produção invisível, produções destinadas ao consumo familiar, podendo também ser utilizada em trocas e negociações.

Ao referir-se a essas unidades domésticas e recursos do Cerrado, deve-se procurar entender as várias dimensões relacionadas a serviços, redes de consumo e valor simbólico do bioma para os moradores de Buraquinhos. No que concerne à conservação¹⁵ e ao uso do Cerrado, um dos entrevistados destaca:

Olha, esse Cerrado é rico pra gente. Aqui a gente também cuida. Eu mesmo não gosto de ver a minha área queimada. A gente daqui usa muita coisa, mas tudo no seu tempo, a gente usa pra saúde mesmo da gente um pau com nome pimenteira, que uns chamam de pimenta de macaco, usa pra azia e gastrite. O pacari também, se fizer um chá uns dias, conforme for, pode comer o que for que não sente azia. Aqui o que mais a gente toma é chá, tem muito pau que a gente usa (Relato de morador, 62 anos).

O entorno das casas de Buraquinhos se caracteriza por quintais limpos, com árvores frutíferas novas e algumas que já dispõem de sombras. Os bancos, produzidos pelas famílias, também estão presentes nesse cenário. Os trechos de descampados arenosos dos quintais contrastam com as roças de mandioca, que estão sempre separadas por ser um cultivo de maior quantidade.

Atrás ou ao lado das residências encontra-se o jirau¹⁶ sempre abaixo da sombra de uma árvore, os banheiros, algumas pequenas construções de madeira com cobertura de palha de buriti destinadas a galinheiros, viveiros ou barraquinhas para o condicionamento de ferramentas utilizadas na roça. A imagem abaixo representa parte dos quintais de propriedades de Buraquinhos.

¹⁵ Na virada do século XIX, o ambientalismo americano se dividiu em dois campos: preservacionista e conservacionista. Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável (McCORMICK, 1992). Este estudo corrobora com os usos pautados para a conservação do bioma, tornando-se legítimo o fato de que a conservação da biodiversidade pode e deve ser feita com a presença, principalmente, de povos tradicionais, como em Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas.

¹⁶ Segundo um dos moradores (62 anos), o jirau é uma armação de madeira, no seu caso madeira típicas do Cerrado, semelhante ao estrado e que pode ser utilizado como cama, banco e secador de frutas e outros produtos.



Foto 3 – Casal à sombra da mangueira, no jirau confeccionado com a madeira do buriti, com uma rede à sombra do seu quintal e os adobes empilhados utilizados para a reforma da casa.
Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Os quintais ou terreiros são ambientes de domínio das famílias, que lhes permitem localizar cada espécie de árvore plantada, cada utensílio, construção e suas respectivas funcionalidades.

Em Buraquinhos, o domínio sobre o ambiente a partir de um conhecimento tradicional se verifica também na preparação de adubos a serem utilizados em pequenas plantações, hortas e roças, na elaboração do adubo orgânico que pode ser feito com a coleta do material acumulado no sobressolo, conhecido como biomassa, e no processo de limpeza do terreno, quando se queima o material orgânico e retiram-se as cinzas para a adubação.

O maior envolvimento e concentração dos moradores destinam-se ao tempo de trabalho que se volta para o preparo das roças. Estas representam uma das práticas mais antigas elaboradas como estratégia de territorialidade dos grupos étnicos de Minas Gerais (Almeida,

2008), bem como a importância do cultivo para economia e, principalmente, para a subsistência das famílias de Buraquinhos.

No cultivo de roças, a rotina se sustenta com a participação direta de homens, mulheres e crianças. Eles executam tarefas contínuas, que vão desde a preparação da terra ao consumo ou venda dos cultivos. Nos meandros de cada etapa, as crianças executam serviços complementares ou mais simples, ao mesmo tempo em que aprendem e reproduzem o conhecimento em um processo de ensino e aprendizagem passado de pai para filho. Através do relacionamento com o meio em que vivem, os moradores adaptaram as técnicas de cultivo, de modo a permitir a continuidade da sua estratégia no tempo e no espaço.

A maioria das famílias (94%) possui roças nos quintais (Foto 4) de suas propriedades e todas mantêm o **cultivo da mandioca**. Ressalta-se que, na maioria dos casos, as roças de mandioca são separadas das demais, pois seu cultivo é em maior proporção que as outras culturas comumente produzidas, tais como feijão de arranca, milho e abóbora.

Aqui a gente desmata só a rocinha, aqui nós não desmatamos com o trator, aqui a máquina nossa é foice, machado e inchada e a gradezinha de tocar boi, pra manejar mais o serviço pra gente, mas todo mundo aqui monta as roças pequenas porque ninguém aqui tem braço pra muito, a maior que tem mesmo é a de mandioca (Relato de morador, 65 anos).

A produção e comércio da farinha de mandioca é um dos elementos centrais de economia da comunidade, “a farinha de mandioca que foi sempre o forte dessa terra” (Relato de morador, 64 anos), assim como dos aspectos socioculturais de reprodução das famílias, pois representa centralidade (Figura 1) por ser um cultivo que gera renda, resgata saberes e memória e fortalece a identidade.



Foto 4 - Roça de café em Buraquinhos.
Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Além da mandioca, as famílias dispõem de espécies do Cerrado, como o coco babaçu, a palmeira, o baru, a favela, o urucum e hortaliças, que são cultivadas em “hortas” com maior concentração de matéria orgânica, como couve, alface, coentro e outros representados na figura abaixo:

Figura 1 – Diversidade de cultivos em Buraquinhos com destaque para o de maior produção e importância, o cultivo de mandioca.



Fonte: Elaboração da autora, 2015.

Sobre os fatos que envolvem a produção da farinha de mandioca, um dos moradores afirma:

Eu cultivo feijão de arranca, mandioca e milho. A mandioca é em uma roça separada. De todos, o que eu vendo é a farinha da mandioca, que faz lá naquela oficina lá de cima. Aquilo lá era menor, era do avô de Ana e Maria, mas a Funatura teve um projeto e melhorou lá. Sabe aquela roda que ainda tem? Era nela que fazia, tudo era no braço. Mas aí nós arrumamos o motor, uma carroça e arrumamos a casa lá. Lá é uma casa comunitária, quase todo mundo de mim pra lá usa aquela casinha. Agora eu já estou preguiçoso pra sair e estou fazendo uma aqui mesmo, no quintal daqui de casa. E tudo que eu planto é aqui na porta. Eu uso os bois para levar as coisas lá na serra ou para apanhar as coisas que estiverem lá para trazer (Relato de morador, 65 anos).

A casa de farinha em referência possui dois fornos tradicionais (Foto 5) e seu uso é acordado para evitar uso mútuo no preparo da farinha, sendo a limpeza do local de responsabilidade do morador que utilizar o espaço. Algumas famílias não usam esta casa de farinha devido à distância e à inexistência de transporte para deslocar as raízes de mandioca, pois nem todas possuem “carros de boi”. Por isso, outras duas casas de farinha foram

construídas com estruturas mais simplificadas por duas famílias. A mandioca pode ser cultivada por um grupo e processada em farinha por outro, seguindo o sistema de “meia” e com os devidos lucros divididos entre os envolvidos.



Foto 5 - Fornos à lenha da casa de farinha em Buraquinhos – MG.

Fonte: Elaboração da autora, 2015.

O cultivo de roça entre as famílias de Buraquinhos se assemelha muito ao das gerações anteriores. O manejo das culturas foi aprendido com os pais, avós, tios e familiares que viviam naquele território. “A minha mãe trabalhou aqui nessa terra e me ensinou tudo, ela tinha as mesmas coisas plantadas. Trabalhou muito aqui e morreu com quase 90 anos” (Relato de morador, 65 anos).

As formas de apropriação dos recursos em terras tradicionalmente ocupadas não podem ser entendidas a partir de uma visão homogeneizante e estática, baseada em pré-conceitos e estigmas que negam os distintos processos de territorialização (ALMEIDA, 2008).

Para entender as modalidades de uso dos recursos naturais na comunidade quilombola, convém primeiramente apresentar o **extrativismo**¹⁷ como prática tradicional dos moradores de Buraquinhos.

O extrativismo é uma prática de exploração de recursos naturais úteis, que são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, tanto de origem mineral, como animal ou vegetal, e destinados ao consumo ou à venda em distintos comércios (DRUMMOND, 1996; DINIZ, 2008). Homma (1989) afirma que o extrativismo é a atividade humana mais primitiva, tendo grande participação na formação econômica, social e política brasileira. Ainda, o autor descreve a atividade segmentada em quatro fases relativas a sua evolução natural: expansão, estabilização, declínio e domesticação. Homma (1989) classifica o extrativismo em dois tipos: o de coleta e o de aniquilamento. No primeiro, a taxa de extração do recurso é menor ou igual à taxa de regeneração, de forma que, a extração pode ser considerada sustentável. Já o segundo tipo provoca a destruição da planta-matriz, pois a quantidade extraída é superior à de regeneração, fato que pode ocorrer, também, caso as formas da atividade sejam inadequadas, de forma que não garanta a regeneração do recurso.

No extrativismo não é necessário um investimento prévio na aquisição de terras, no cultivo das espécies e na alocação de insumos, e, em geral, os povos dominam os processos tecnológicos da atividade (ALLEGRETTI, 2002). Trata-se de uma atividade de pequena escala, em geral realizada com conhecimento ecológico tradicional. Para Sawyer (*et al.*, 1999), a relação que é estabelecida no extrativismo entre os usos da flora nativa e o conhecimento tradicional fortalece os laços culturais com a biodiversidade. Ainda, ecologicamente, a atividade em seu viés sustentável dos recursos, principalmente vegetal, tem permitido e colaborado com a conservação de florestas (ALLEGRETTI, 2002).

Em Buraquinhos, essa prática está relacionada, principalmente, a duas espécies do Cerrado, o buriti (*Mauritia flexuosa*) e a favela (*Dimorphandra mollis*). Os usos do buriti revelam a criatividade e os cuidados dos moradores de Buraquinhos para com os produtos resultantes do extrativismo, que exploram ao máximo, de forma que não haja desperdícios.

O trem da favela é muito fácil né?! É uma coisa que você não planta, não vai tratar dela, só ir lá e colher a semente que o Cerrado dá pra gente na época certa, então fica muito fácil; e a gente investia muito nisso. A gente começa a colher no mês de abril até enquanto estiver verde, porque quando começa a madurar já não serve mais para vender (Relato de morador, 62 anos).

¹⁷ Para fins desta pesquisa, o termo extrativismo será utilizado para designar, principalmente, o extrativismo vegetal, entendido como coleta racional dos recursos florestais nativos como frutos, folhas, flores, sementes e madeiras.

As esteiras e as peneiras eram da palha, da casca e do talo do buriti. A gente aproveitava tudo. A carocha é uma capa que a gente faz para chuva, que antigamente não existiam essas capas que a gente vê hoje, esses plásticos... não tinha. Então, o pessoal fazia assim, tirava o olho do buriti e destalava e fazia a capa, saia nas Folias de Reis cada um amarrado com uma na garupa do cavalo. Mas aí também pode a água cair do jeito que chover, que não molha de maneira nenhuma (Relato de morador, 65 anos).

Referindo-se aos produtos, um dos moradores expressa sua importância econômica, tanto na fabricação de artigos para a venda, quanto na confecção de produtos de uso doméstico:

Aqui em casa a gente tem banco, jirau, esteira... Tudo do buriti! A minha mulher mesmo fazia muita esteira, era tudo por encomenda. Às vezes ela cobria com os plásticos que a gente traz do mercado, que já diminuía o nosso lixo, mas a palha pra usar tem que ser sempre antes da chuva, que ainda está limpinha (Relato de morador, 52 anos).

O modo tradicional de vida de Buraquinhos revela dimensões de uso comum e coletivo da terra. Na comunidade, se estabelece a obediência às regras coletivas como meio de compartilhar e preservar os bens comuns. No entanto, várias práticas de usos sociais dos recursos naturais se encontram em transformações devido ao processo de escassez dos mesmos, o que alerta a comunidade, inclusive, provocando a reelaboração de estratégias de controle e preservação.

O conceito de uso comum utilizado neste trabalho comunga com as considerações de Almeida (2008) ao assinalar que o mesmo encontra-se demarcado juridicamente para resguardar o direito à propriedade comum em caso de populações tradicionais e contempla a diversidade de significados, simbologias e relações sociais estabelecidas no território.

Apreende-se então que os usos do território e dos recursos naturais manifestam a interação entre os agentes sociais e as condições materiais ou físicas disponíveis no meio, que se desdobram em expressões identitárias de pertencimento e que têm o uso comum como fator simbólico que orienta as ações no território. Sobre a reprodução de modos tradicionais de uso, um dos moradores revela sobre os tempos de extrativismo da favela:

A colheita da favela tem muitos anos, desde o tempo de pai. A gente apanhava e vendia pra Valdemar. E hoje a gente está vendendo pros Otila ali da Serra. Antigamente eles não gostavam de favela muito madura não, hoje não tem mais isso. Começa em fevereiro, de fevereiro pra março. A gente apanha ela ainda molinha e bota pra secar, aí ela fica assim como um papel e acaba que pra um quilo tem que apanhar bastante. Agora tem uma coisa, pagam baratinho demais. Valia a pena quando a gente tinha muito. Olha, pagam 0,70 centavos no quilo da favela, até que não demora não pra juntar porque hoje já aceitam madura (Relato de morador, 64 anos).

A favela, diz-se que eles fazem um remédio dela e também esses produtos de perfume, dá o remédio e dá o perfume. A gente pega ela, tira ela e seca todinha e o comprador vem buscar naquela casinha lá em cima da serra, aí bota lá e vende, tem as firmas que vêm comprar (Relato de morador, 65 anos).

O faveiro é uma árvore pequena ou mediana com até 15 metros de altura com copa horizontal densa. A casca é grossa, cinza-avermelhada, áspera, seca, fragmentando-se em pequenos pedaços ao longo do tronco (SANTOS, 2006). Os frutos de *Dimorphandra mollis* apresentam mesocarpo farináceo, matéria prima extrativa de rutina, alto teor de galactomanano, um tipo de açúcar complexo, usado como espessante de iogurtes e sorvetes ou como cápsulas de medicamentos (FAPESP, 2006). No Brasil, a produção de rutina atinge cerca de 100 toneladas anuais e a maior parte é destinada à exportação (RIBEIRO *et al.*, 2005), sendo que a fabricação nacional tem a Merck S.A. como representante em destaque na indústria farmacêutica. Gomes (1998) observou que além da rutina e da quercetina, do faveiro extrai-se também a ramnose, um aditivo alimentar que participa da síntese de furaniol e é utilizado pelas indústrias alimentícias como aromatizante.

CAPÍTULO 2

MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A OCUPAÇÃO MODERNA DO CERRADO GERAIS

A concepção de modernização enquanto desenvolvimento tem suas vertentes históricas na promoção do sistema capitalista e no conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. A discussão teórica ganha projeção no período pós Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, devido um cenário de contraste mundial (SCOTTO, 2010).

Segundo Sauer (2010), o termo modernização foi definido por sociólogos idealistas norte-americanos como método no qual as sociedades atrasadas e tradicionais se desenvolveriam aos moldes das sociedades modernas. O moderno foi associado à indústria e modernização passa a ser sinônimo de urbanização, já que é a cidade o lugar onde existem indústrias, comércios e serviços. As transformações da modernidade deveriam gerar modos de vida que eliminassem todos os tipos tradicionais de ordem social. No modo de vida moderno não haveria mais lugar para a existência de valores e modos de vida distintos e tradicionais (SAUER, 2010).

A noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi disseminada com a associação entre industrialização e modernização. As cidades tornaram-se símbolo do progresso, enquanto as sociedades majoritariamente rurais e com baixo grau de industrialização foram consideradas como “atrasadas” e “subdesenvolvidas” (DELGADO, 2010). Logo, durante a segunda metade dos anos 1950, a industrialização passa a dominar a economia brasileira. Independente da diversidade dos governos neste período, essa ideia foi tida como o principal objetivo de política econômica brasileira (DELGADO, 2010).

Como características marcantes do padrão de industrialização instalado no país, pode-se ressaltar a importância decisiva do Estado para sua implantação e o caráter conservador do processo desde os anos 1950. Conservador, no sentido de que não representou qualquer rompimento com as elites agrárias e esteve baseado na manutenção de salários reduzidos e da pobreza (DELGADO, 2010).

Segundo o autor, a emergência deste modelo no Brasil se deu no início da década de 1960 com a aceleração da inflação e a perda de capacidade do Estado de manter a articulação de seu pacto de poder político com as elites agrárias, o que abalou os mecanismos tradicionais de financiamento do modelo de industrialização vigente e suas frentes de expansão.

O nacionalismo, a reforma agrária e o crescimento dos salários e do mercado interno tornaram-se bandeiras políticas e econômicas. Acreditava-se que assim seria possível superar o pacto de poder que sustentava historicamente a industrialização, através das elites agrárias, tornando-a menos excludente e dependente e mais democrática (DELGADO, 2010).

Porém, em 1964, o golpe militar foi decisivo para encerrar esses debates. No intuito de recompor o pacto político tradicional com as elites agrárias, os movimentos sindical e camponês, assim como os intelectuais e os partidos de esquerda, sofreram forte repressão política e o governo militar mudou a estratégia defendida pelos movimentos sociais e passou a adotar o discurso afirmando que a industrialização poderia ganhar novo impulso sem a necessidade de realizar a Reforma Agrária, o que aumenta a participação de empresas multinacionais, contendo os salários reais e promovendo o aumento do crédito para o consumo da classe média (DELGADO, 2010).

O objetivo passou a ser a “modernização” do meio rural, que compreenderia a urbanização e a industrialização da agricultura, com enfoques na elaboração e difusão da nova concepção de agricultura fundamentada na Revolução Verde (MELO, 2013).

Esse processo vai se caracterizar como modernização conservadora, vinculada ao avanço das forças produtivas capitalistas e à modernização da agricultura como uma categoria política-econômica, mas também identitária, na medida em que afeta territórios de povos tradicionais. Como afirma Mazzeto (2009, p. 99), no caso do Cerrado: “o processo de desenvolvimento no Cerrado gera, junto com a erosão genética oriunda da perda de biodiversidade, uma erosão cultural, dos modos de vida e de apropriação da natureza”.

Pires e Ramos (2009) observam em seu estudo que o termo *modernização conservadora* foi cunhado primeiramente por Moore Junior, em 1975, para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Nesse sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

Os autores afirmam que a modernização conservadora e as “Revoluções Vindas de Cima” tiveram como principal característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe das elites rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo

de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, arraigada, contudo em uma estrutura de dominação (PIRES e RAMOS, 2009).

Entre os pensadores nacionais destacados por Pires e Ramos (2009) está o trabalho inaugural que apresentou o conceito “modernização conservadora”, de autoria de Alberto Passos Guimarães.

Para Guimarães (*apud* PIRES e RAMOS, 2009) “a estratégia de modernização conservadora, é assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária”. No entanto, a argumentação do autor leva em consideração apenas o elemento técnico do processo de modernização conservadora, uma vez que caracteriza o processo como a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola, sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional.

Azevêdo (*apud* PIRES E RAMOS, 2009) contribui com a discussão, preocupando-se com o aspecto histórico e político do processo de modernização conservadora. Para Azevêdo, “dependendo das circunstâncias históricas e nacionais, a burguesia pode desempenhar um papel reacionário ou revolucionário, aliar-se às velhas classes dominantes e promover uma modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo a transformação pelo alto”.

No Brasil, a ocupação territorial está ligada ao processo de colonização, pautada pela dominação social, política e econômica de latifundiários. Esse modelo, ao longo da história brasileira, recebeu estímulos expressos de políticas governamentais que modernizaram e asseguraram a sua reprodução (BALSAN, 2006).

Na metade do século XX, a grande mudança no cenário da modernização ocorreu no nível das tecnologias de produção: foi gerado um novo padrão de agricultura, baseado na seleção vegetal e no desenvolvimento de novas variedades de altos rendimentos, conhecido como Revolução Verde. A mudança no modo de produzir teve como característica principal a mecanização das atividades e o aporte de insumos sob a estrutura do latifúndio (FARIA, 1998).

A ideologia que concebeu e difundiu a Revolução Verde tinha como argumento social o agravamento da fome no mundo, sobretudo nos países menos desenvolvidos. Essa “revolução” foi concebida nos moldes da “ciência moderna”, ou seja, no domínio do homem sobre a natureza, ignorando seus limites e efeitos (FARIA, 1998). Não foram consideradas as consequências que tais práticas, intensivas e expansionistas, teriam socialmente e nem sobre o meio ambiente.

Segundo Graziano da Silva (1997), ao se referir a Revolução Verde:

O problema não estava no uso dos "fatores de produção" disponíveis, mas sim que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de "novos fatores" que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos, é claro (GRAZIANO SILVA, 1997, p. 02).

Os ganhos via aumento de insumo fizeram parte de um processo de intensificação por meio do emprego de inovações técnicas como fertilizantes, máquinas e defensivos por unidade de área cultivada (FARIA, 1998). Compreende-se a expansão do capital no campo por meio de seu caráter modernizante.

Na agricultura brasileira, esse processo ocorreu de forma acelerada após a segunda metade da década de 1960, como opção de desenvolvimento econômico, sob o escudo do Estado (FARIA, 1998). Salim (1986) destaca que a transformação na agricultura significou principalmente a mudança nos sistemas de uso e manejo da terra, que decorreu de uma maior capitalização da propriedade fundiária, favorecida pelas condições excepcionais de financiamento que cobriam praticamente todas as etapas da produção, como o preparo, a correção, a adubação do solo e a aquisição de máquinas.

Duarte e Theodoro (2002) chamam a atenção para as disparidades das políticas públicas voltadas ao setor agrícola, identificável quando comparadas aos investimentos destinados à manutenção ou conservação dos recursos naturais. Os autores destacam também que os modelos de desenvolvimento apoiados por essas políticas caracterizaram claramente as contradições do governo brasileiro, no que se refere a desenvolvimento e sustentabilidade. Salim (1986) confirma a desigualdade na distribuição do crédito agrícola, com os subsídios nele implícitos ao capital produtivo, como um dos principais motores que constituiu o processo de modernização conservadora.

As elites dominantes permaneceram arraigadas na estrutura do poder político nacional, determinando os caminhos do desenvolvimento capitalista nacional, que se objetivou “na manutenção do monopólio da terra dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável” (AZEVEDO, 1982, p. 28).

A adoção das inovações após a Revolução Verde ocasionou mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, alterando as paisagens regionais e tornando-as altamente

tecnificadas e integradas ao “progresso”. Na década de 1970, as regiões de Cerrado transformaram-se na área de maior potencial agrícola do país. Segundo Saraiva (2004), a agricultura, especialmente a de soja, dominou a paisagem da última fronteira agrícola disponível das Américas e “o Cerrado passou a ser identificado como o celeiro do Brasil” (SARAIVA, 2004, p. 83), com ações que projetaram impactos socioculturais e ambientais irreparáveis ao bioma e seus povos.

A região do Cerrado foi o alvo central dos programas de ocupação econômica do bioma, como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), e o Prodecer (Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado), que, segundo o relatório de avaliação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2002), tem objetivos subjacentes como: a abertura de áreas agrícolas, produção agrícola eficiente, administração estável da propriedade, desenvolvimento/difusão de tecnologias agrícolas e consolidação da agricultura, dando-se “ênfase à proteção do meio ambiente”.

A introdução, no Cerrado, de culturas como soja, café e trigo, e a implantação da infraestrutura, elevaram o preço das terras. Nesse sentido, o Polocentro transformou-se em reforço às condições estruturais de desigual distribuição de terras e de renda nas regiões onde atuou (PIRES, 2000).

Sobre a introdução do agronegócio nas áreas do Cerrado, Mendonça (2004) afirma que:

As tradicionais áreas de cerrado, como os extensos chapadões com topografia plana até então pouco utilizados passam a ser intensamente aproveitados, mediante a disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas), de tecnologia (desenvolvimento de pesquisas científicas) e do apoio na construção de infraestrutura pelo Estado brasileiro, como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional e transnacional (MENDONÇA, 2004, p.5).

As transformações no campo ocorreram de forma heterogênea entre as classes sociais, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, eram características de desigualdades e privilégios para os latifundiários (BALSAN, 2006), como ocorreu com a ocupação moderna no estado de Minas Gerais e a chegada de novos empreendimentos nas regiões onde predominavam populações rurais, onde todo um modo de vida foi diretamente impactado, seja em sua organização socioeconômica ou na questão ambiental.

Sob a justificativa de geração de emprego e de desenvolvimento local, a monocultura se expandiu em inúmeras regiões do estado, sendo, nas últimas duas décadas, um empreendimento lucrativo organizado por grandes empresas, incluindo multinacionais

(MOREIRA e ARAÚJO, 2014). Segundo Costa Filho (2010, p. 3), “boa parte dos conflitos socioambientais em Minas Gerais resulta da invasão de seus territórios tradicionais e do impacto direto ou indireto sobre tais comunidades”.

Delgado (2010) destaca algumas características da modernização conservadora da agricultura brasileira:

(1) o crédito agrícola subsidiado concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária (houve uma queda do número de estabelecimentos com menos de 50 ha); (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/preços dos produtos alimentares, provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamava de “complexo agroindustrial”, a montante e a jusante, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também chamado de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) é impensável sem a conjuntura internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e (5) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

Dentre as consequências sociais e ambientais geradas pelas ações da modernização, Carvalho (2007) utiliza de diversos estudos para destacar:

A poluição, a degradação e a erosão dos solos; a poluição e a redução da disponibilidade dos corpos d’água; a redução da agrobiodiversidade, por meio da homogeneização das variedades de cultivos e desvalorização das variedades crioulas; a perda de biodiversidade, principalmente pelos desmatamentos e modificação drástica dos *habitats* naturais; a redução dos postos de trabalho no campo e expulsão de comunidades locais de seus territórios; a desvalorização do patrimônio cultural rural, levando à perda de tradições e conhecimentos; a concentração fundiária e de renda; e a exclusão e violência no meio rural (CARVALHO, 2007, p. 14).

Segundo Veronezzi (2014), as mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro favoreceram latifundiários, sem fomentar uma transformação que viesse alterar a propriedade da terra e que beneficiasse os trabalhadores rurais. Para o autor, os principais efeitos do processo de modernização da agricultura foram “a expropriação; a industrialização do campo; a formação de um proletariado rural caracterizado pela exploração; a mecanização das atividades e da (re)concentração da propriedade da terra, como principais efeitos desse processo.” Desse processo resultaram: a separação do trabalhador rural da terra; seu meio de produção e reprodução de vida; e a exploração e a apropriação do seu trabalho.

Graziano Neto (1982) destaca os impactos nas relações sociais de produção que a modernização conservadora introduz:

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas substituídas por técnicas ‘modernas’ [...] Modernização, porém, significa mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele processo técnico da agricultura, vai se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

O aspecto ideológico da modernização não pode ser negligenciado ao analisar os impactos desse modelo. Segundo Alentejano (2012), a modernização não é imposta apenas pelo mercado, mas também pelos meios de comunicação, pela ação do extensionismo rural e pela propaganda. Ainda, além de reforçar a expropriação econômica, os impactos da modernização representam uma forma de expropriação do saber, pois torna os trabalhadores rurais dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e os processos produtivos. O caráter socialmente excludente das transformações designou diversos adjetivos a este modelo, como modernização dolorosa (Silva, 1982), modernização desigual (Gonçalves Neto, 1997), ou, de forma mais ampla, modernização conservadora.

O Brasil possui uma estrutura fundiária fortemente marcada pelo seu caráter concentrador. O processo de expansão do capital e a consequente modernização da agricultura a nível de agronegócio, em larga escala, se deram com apoio de políticas que subsidiaram a alteração das bases técnicas de produção que, além de propiciar o aumento da escala de exploração, concentrou terras e mudou culturas até então existentes (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Leroy (2003, p. 53), ao analisar as condições impositivas da modernização conservadora e seus impactos sobre o meio ambiente, observa que “o credor é primeiramente a população diretamente afetada hoje, bem como as gerações futuras, que estão sendo privadas das alternativas oferecidas por esses recursos que não existem mais”. São eles os principais “afetados na sua qualidade de vida, no seu futuro e na possibilidade de usufruir corretamente o seu patrimônio coletivo”. É necessária uma reflexão sobre os credores da dívida ecológica-social, atendendo principalmente às populações que dependem diretamente do uso sustentável dos recursos naturais, como os povos tradicionais.

2.1. Modernização no Cerrado: a contínua expansão

A topografia do Cerrado apresenta boas possibilidades para o emprego de práticas agrícolas mecanizadas, visto que o relevo é, em geral, plano ou de ondulações suaves (DINIZ,

2006). Segundo o autor, o principal obstáculo à agricultura diz respeito à baixa fertilidade natural dos solos e os seus demais aspectos químicos, mas isto não passou de apenas um entrave corrigido com a incorporação de pacotes de tecnologias de mecanização e insumos químicos oriundos da Revolução Verde.

A região dos Cerrados teve sua expansão da agricultura baseada em um amplo espectro de políticas públicas, objetivando a ocupação econômica da área a partir da década de 70. Diniz (2006) destaca alguns marcos como referência, tais como: a implantação e expansão dos sistemas de transporte ferroviário e rodoviário; a Marcha para o Oeste; a transferência da capital federal para Brasília; as políticas de incentivo fiscal; os programas de colonização; e as políticas de indução às transformações tecnológicas, que viabilizaram a ocupação agrícola e produtiva dos Cerrados.

Foi com Vargas que tiveram início os novos programas de colonização agrícola e os povoamentos das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (DINIZ, 2006). A ocupação da área central do país, a partir dos anos 30, intensificou-se devido ao desenvolvimento do setor industrial aliado ao processo de urbanização, com o conseqüente crescimento da demanda de alimentos e matérias primas (SILVA, 2000).

Schallenberger e Schneider (2010) afirmam que:

A estratégia de desenvolvimento nacional almejado pelos governos a partir de 1930 passou pela incorporação de novas terras e pelo incentivo à ocupação de áreas de fronteira, até então pouco habitadas e exploradas. Surge então, o movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”. A “Marcha para o Oeste” proposta pelo governo Vargas, era formada por um conjunto de ações governamentais bastante variadas que iam desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e de construção de hospitais. O grupo que comandou o Estado a partir de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, tinha a percepção de um modelo de desenvolvimento fundado na concepção de um capitalismo nacionalista. Assim, a nação poderia libertar-se das demais, através do desenvolvimento e do fortalecimento do seu próprio parque industrial e da sua agricultura, formando seus técnicos e regularizando as relações entre o capital e o trabalho. (SCHALLENBERGER e SCHNEIDER, 2010, p. 206 e 207).

Foi durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) que houve uma das primeiras intervenções do Estado no Cerrado, através do Projeto de Colonização nos Cerrados, com o estabelecimento de colônias agrícolas no Goiás e em Mato Grosso (DUARTE E THEODORO, 2002; SCHALLENBERGER E SCHNEIDER, 2010).

A porção central do Brasil ocupou posição relevante no paradigma nacionalista, que estava de acordo com a proposta varguista de desenvolvimento do país. O processo de integração nacional fundou cinco colônias agrícolas, três na Amazônia e duas no Centro-Oeste,

em Ceres no Goiás (1941-1946) e em Dourados no Mato Grosso do Sul (1943-1955) (DINIZ, 2006).

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás colaborou com a vinda de vários migrantes, sendo, em sua grande maioria, mineiros. Formada por onze áreas, com sede em Ceres, a Colônia era próxima ao local onde estava sendo construída Goiânia. Com o objetivo de englobar terra fértil ao norte de Goiânia e Anápolis, elas foram ligadas, pelo governo federal, por uma estrada de rodagem aberta (DINIZ, 2006).

No governo Vargas, dois órgãos de expressão foram veículos da intervenção federal no âmbito regional no Centro-Oeste: a Fundação Brasil Central (FBC) e, posteriormente, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) (ARAÚJO, 2009). A FBC, criada em 1943, tinha como interesse promover a urbanização e a modernização econômica e sociocultural da região (ARAÚJO, 2009). A FBC existiu por quase 25 anos, até ser extinta no regime militar, em 1967. O mesmo decreto que extinguiu a FBC criou a SUDECO (Lei n. 5.365 de 01 de dezembro de 1967), que atuou no sentido de explorar ao máximo as riquezas naturais de uma região dada como inexplorada no território nacional (ARAÚJO, 2009).

O modelo de desenvolvimento econômico do governo Vargas, pautado no capitalismo nacional, se distingue no governo Juscelino Kubitschek (JK) (1956 – 1961), que criou uma série de programas destinados ao desenvolvimento, com a criação da indústria de base e a reformulação das condições de interdependência com o capitalismo mundial (SCHALLENBERGER e SCHNEIDER, 2010). JK instituiu um Plano de Metas que visava transformar a estrutura econômica do país. As principais metas do Plano foram: a construção de Brasília; a expansão da malha rodoviária pelo interior do Brasil e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 (INOCÊNCIO, 2010).

A escolha da mudança da Capital Federal foi resultado de um processo histórico amplo, que se iniciou com a independência e foi fortalecido com a proclamação da República, em 1889 (DINIZ, 2006).

A criação de um novo sistema rodoviário nacional foi estabelecido com JK e junto a ele, a adaptação tecnológica dos Cerrados para a agricultura e os diversos programas governamentais implantados, nas regiões Norte e Centro-Oeste, que permitiram e incentivaram o crescimento regional acelerado (DINIZ, 2006).

Em meados da década de 60, a transformação da agricultura nos Cerrados se insere no contexto da modernização e de desenvolvimento do país. Houve um direcionamento da produção para novas áreas, como para a região dos Cerrados de forma intensa (SILVA, 2000).

Com a instalação do regime militar em 1964, ocorreu a expansão das fronteiras agrícolas para as regiões do Centro-Oeste e Norte; reforçando a ideia de intensificar a ocupação dessas regiões, Inocêncio (2010, p. 70) observa:

Regionalmente, e inspirados na SUDENE, os governos militares redirecionaram a discussão territorial e adotaram políticas de desenvolvimento regional a partir do eixo de integração nacional proposto pelo Programa de Integração Nacional (PIN) e implantaram outras Superintendências, como a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) (INOCÊNCIO, 2010, p. 70).

Segundo Matos (2002), os objetivos do PIN eram a construção da Rodovia Transamazônica e a colonização das regiões que estavam inseridas nesta área, além de ampliar para 40 mil ha a área irrigada do Nordeste e distribuir 70 mil títulos de propriedades rurais a posseiros e agricultores sem-terra. Sendo a SUDECO um órgão de planejamento regional do Brasil ligado ao capital internacional e à burguesia (ARAÚJO, 2009).

A partir de todo o suporte tecnológico criado ao longo da história de modernização da agricultura, foram implantados os diversos planos e projetos de desenvolvimento econômico, objetivando o rápido progresso nacional nas décadas de 60 e 70. Silva (2000), Matos (2002) e Diniz (2006) destacam as principais intervenções políticas com planos e programas destas décadas:

Quadro 3 - Planos e programas de desenvolvimento durante o regime militar

AÇÃO	PERÍODO
Plano de Ação Econômica do Governo	1964 – 1966
Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial	1967
Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico	1967 – 1968
Programa Estratégico de Desenvolvimento	1968 – 1970
Programa de Integração Nacional	1970
Plano de Metas e Base para Ação do Governo	1970 – 1973
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste	1971
Plano Nacional de Desenvolvimento I	1972 – 1974
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)	1974
Plano Nacional de Desenvolvimento II	1975 – 1979
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODEER)	1979

Fonte: Silva (2000), Matos (2002) e Diniz (2006); Elaboração da autora, 2015.

Ao analisar a modernização da agricultura, Diniz (2006) destaca que os dados apresentam que, principalmente a partir de 1974, as importações de pacotes tecnológicos, como

insumos e máquinas agrícolas, ganharam importância relativa em relação às exportações. O autor destaca que a pauta de exportação era baseada, até então, no café, ampliando-se mais tarde para culturas como soja, cítricos, açúcar e carne bovina, suína e de aves.

Diversos foram os projetos que proporcionaram o desenvolvimento de tecnologias e deram subsídios ao cenário agrícola modernizante no Cerrado. Destaca-se, em 1973, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, responsável pela geração de tecnologias agrícolas aptas para as características específicas do Cerrado (SILVA, 2000).

A rica região dos Cerrados quase não era explorada pelo agronegócio até cerca de 40 anos atrás, mas tem sido degradada de forma constante e crescente devido à ocupação acelerada do seu território (SILVA, 2000; NOGUEIRA, 2005). Para compreender o crescimento acelerado nas primeiras décadas da ocupação regional, Mueller e Martine (1997) exploram alguns dados da extensão nas áreas do bioma:

Quadro 4 - Crescimento da produção em áreas de Cerrados no intervalo de 1975 a 1985

Usos das áreas dos Cerrados	1975	1985
Agrícola ou pecuário	26,2 milhões de há	50,8 milhões de ha
Pastagens plantadas	13,5 milhões de há	30,9 milhões de ha
Lavouras	5,9 milhões de há	9,5 milhões de ha

Fonte: Mueller e Martine (1997); Elaboração da autora, 2015.

Em 1990, a região dos Cerrados já era responsável por cerca de 25% da produção nacional de soja, mais de 16% da de milho, de 13% da de arroz e quase 11% da de feijão (MUELLER e MARTINE, 1997).

Nogueira (2005) afirma que:

A área nuclear do Cerrado nas últimas décadas foi transformada numa nova e imensa fronteira agropecuária. Campos de soja e fazenda de gado têm se estendido sobre o Cerrado, com o apoio e o incentivo de políticas públicas em todos os níveis (federal, estadual e municipal). O Cerrado tem sido entendido, por autoridades públicas e investidores nacionais e internacionais, como o bioma mais propício à atividade agrícola (NOGUEIRA, 2005, p. 58)

Pela sua importância relativa para a ocupação e expansão agrícola nos Cerrados, destaca-se no presente estudo dois programas: o Polocentro e o Prodecer. Segundo Inocêncio (2010, p. 71), estes foram os que “assumiram maior importância no processo de territorialização do capital no campo”, quando a região dos Cerrados começou a ser intensamente explorada e a formar uma nova estrutura fundiária.

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro

O Polocentro teve origem a partir de um programa mineiro, o “Crédito Integrado”, implantado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais em 1972 com recursos do Banco Central (DINIZ, 2006). O programa fez parte do conjunto de ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento, compreendido de 1975 a 1979. Em 1975, o Polocentro foi iniciado, atuando com 2 projetos em 2 municípios do norte do Triângulo Mineiro (Vale do Paranaíba), posteriormente foi estendido para áreas do Mato Grosso e Goiás (DINIZ, 2006).

Segundo Diniz (2006, p. 116), o objetivo do programa era “desenvolver e modernizar a agropecuária do Centro-Oeste e Minas Gerais, ocupando racionalmente as áreas de fronteira do Cerrado e aproveitando-as em escala empresarial”.

Segundo Pires (2000), os recursos gastos no programa somaram cerca de 860 milhões de dólares, distribuídos para os setores de transporte, pesquisa, agropecuária, armazenamento, energia, assistência e crédito rural. Salim (1986) aponta que o Polocentro aprovou cerca de 2.319 projetos de desenvolvimento agrário em sua área de atuação e, destes, 1.878 projetos foram efetivamente contratados, totalizando uma incorporação de 1.183.000 ha de Cerrado à agropecuária nacional.

Esse programa foi executado em 12 áreas de crescimento com alguma infraestrutura e potencial agrícola, com a estimativa de participação do programa na expansão da fronteira produtiva regional, espalhadas pelos estados de Mato Grosso (21,3%), Mato Grosso do Sul (30,5%), Goiás (42,3%) e Minas Gerais (27,3%) (PIRES, 2000). Estima-se que o Polocentro tenha sido responsável pela ocupação de cerca de 30% da área total adicionada a estabelecimentos agrícolas nas zonas atingidas e induziu à incorporação de 2,06 milhões de ha (INOCÊNCIO, 2010; DINIZ, 2006). Alguns desses pólos agrícolas estão representados no mapa seguinte.

Em Minas Gerais, estado destacado para a abrangência do estudo, o Polocentro atuou em três regiões, demarcadas segundo critérios do programa: Triângulo Mineiro, Vão do Paracatu e Alto Médio São Francisco, totalizando 74 municípios mineiros. Segundo dados do IBGE, a área das três regiões equivale a 21,6% da área total do estado, somando aproximadamente 127 mil km² (JESUS, 1988).

A determinação de se trabalhar com cada região separadamente se deu devido aos melhores resultados que poderiam ser alcançados em termos de análise, em função de diferenças quanto à ocupação do solo e o grau de modernidade das atividades agrárias. O Triângulo Mineiro, no início do programa, já era a região mais modernamente ocupada. O Vão

do Paracatu era uma região de esparsa ocupação, baseada na pecuária de corte extensiva em pastagens naturais de cerrado. O Alto Médio São Francisco era uma região ocupada por uma agricultura de cunho mais tradicional (JESUS, 1988).

Nas áreas ocupadas em Minas Gerais, o programa não foi capaz de alterar a estrutura fundiária. A rigor, não houve desconcentração fundiária no Alto Médio São Francisco. No Vão do Paracatu, a relativa desconcentração fundiária foi ocasionada pela incorporação de novas terras, permanecendo praticamente intocadas as grandes propriedades. No Triângulo Mineiro houve certa desconcentração fundiária, considerando-se que houve uma diminuição de área e número das propriedades de mais de 1.000 ha em benefício das de menos de 500 ha. Entretanto, as modificações ocorridas nesta última região podem ser atribuídas ao próprio nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, que, por si só, independentemente do programa, já seriam capazes de provocar as mudanças ocorridas (JESUS, 1988).

Embora estivesse fixado que 60% da área explorada deveria ser destinada às lavouras, houve uma nítida tendência na pecuarização das atividades produtivas, pouca diversificação de cultivos e concentração na produção da soja (PIRES, 2000). Essa cultura, nas regiões do programa, passou de 80.000 ha para 508.289 ha, em 1980 (FUNDAÇÃO JP *apud* PIRES, 2000). Sobre a forma de ocupação e uso, Diniz (2006) afirma e acrescenta que:

Além disso, pretendia que se produzissem principalmente alimentos, mas o que ocorreu foi uma dupla inversão no destino que se queria dar à terra: a área reservada à lavoura foi suplantada por aquela destinada a pastagens, e a lavoura foi predominantemente tomada pela soja. O programa previa a incorporação econômica de 600 mil hectares/ano em treze áreas prioritárias, compreendendo 202 municípios e 4,2 milhões de habitantes (DINIZ, 2006, p. 116).

Dentre os principais produtos agrícolas, a soja foi a única cultura a apresentar taxas anuais de crescimento da área cultivada elevadas em todas as regiões do programa. Contando com condições de demanda e preços favoráveis nos mercados interno e externo, a soja concentrou os estímulos do Polocentro, contrariando as expectativas de se promover, através do esforço conjugado de crédito, pesquisa e assistência técnica, o que gerou uma ampla diversificação agrícola nos Cerrados (JESUS, 1988).

Sobre a estrutura ocupacional do programa, Pires (2000) alega que, apesar da grande área de extensão do Polocentro, não ocorreu incremento da mão de obra, mas a redução das pequenas propriedades, levando à aceleração da decadência do pequeno produtor rural.

O Polocentro foi projetado para um período de 10 anos, porém foi desativado a partir de 1979. Alguns autores afirmam que esse fato relaciona-se com a aceleração das negociações entre os governos brasileiro e japonês para a implantação do Prodecer e por apresentar baixo

crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos (PIRES, 2000; INOCÊNCIO, 2010).

Apesar dos fracassos do Polocentro, que indicam que os subsídios não foram suficientes à modernização do campo (PIRES, 2000), a sua vigência favoreceu um padrão de acumulação monopolista no setor urbano-industrial da economia brasileira e acelerou o processo de penetração capitalista, no campo, e de transformação da estrutura produtiva, no Cerrado (INOCÊNCIO, 2010).

O Prodecer, desta forma, significaria um redirecionamento da ação estatal, aproveitando-se das experiências referentes à organização produtiva do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP)¹⁸ e das demais atuações estatais.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer

Do conjunto dos programas agrícolas governamentais que influenciaram a ocupação do cerrado, o de maior envergadura é o Prodecer, que herdou os sucessos e os fracassos dos programas anteriores (PIRES, 2000). É o resultado das negociações entre os governos brasileiro e japonês, interessados na ampliação da oferta de produtos agrícolas brasileiros no mercado internacional. Segundo Diniz (2006), o processo iniciou-se com uma visita de um grupo da Federação Nacional das Cooperativas de Compras do Japão ao Brasil com o objetivo de analisar a viabilidade agrícola no Brasil.

Segundo Salim (1986, p. 327), “o Prodecer previa a ocupação de enormes áreas de terras disponíveis nas regiões Centro-Oeste e Norte. A estratégia proposta era a criação de grandes unidades agrícolas”. A primeira atuação foi em 1980 com o projeto piloto, denominado como Prodecer I, que abarcava três municípios do Noroeste de Minas Gerais, Iraí de Minas, Coromandel e Paracatu, ocupando uma área de 70 mil ha para a produção de milho, soja e trigo e investindo U\$\$ 50 milhões no desenvolvimento de tecnologias (DINIZ, 2006).

Já a segunda fase do programa, Prodecer II, subdividida em duas etapas: a piloto e a expansão, tendo sido implantado em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia a partir de 1985 (PIRES, 2000). Esta etapa ocupou uma área de 200 mil ha e teve o investimento japonês de US\$ 350 milhões (DINIZ, 2006).

¹⁸ O PADAP foi implantado em 1973 pelo Governo Estadual de Minas Gerais e é considerado o primeiro programa de exploração intensiva da região dos Cerrados (ARACRI, AMARAL e LOURENÇO, 2011). O PADAP teve substancial importância no processo de ocupação do cerrado, pois a partir de seus bons resultados os outros dois programas, Polocentro e Prodecer, fortaleceram suas bases e foram, então, implementados (ARACRI, AMARAL e LOURENÇO, 2011).

Por sua vez, o Prodecer III foi desenvolvido em Pedro Afonso, no Tocantins, e em Balsas, no Maranhão, desde 1995 (PIRES, 2000). Esse segmento teve 60% dos recursos provenientes do Japão, 40% do Brasil – cerca de US\$ 138 milhões – e ocupou uma área de 80 mil ha (INOCÊNCIO, 2010; DINIZ, 2006).

Em análise do desenvolvimento do Prodecer em suas áreas de ocupação, investimentos e projetos atuantes, Diniz (2006) apresenta dados de 2005 da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotres:

Quadro 5 - Prodecer: número de projetos, área e investimento por estado

Estado	Projetos	Área Total (ha)	Investimentos (US\$ milhões)	Observações
Minas Gerais	11 projetos	151.250	239.000	P-I, P-II/P, P-II/E
Mato Grosso do Sul	1 projeto	22.000	26.000	P-II/E
Mato Grosso	2 projetos	35.320	50.000	P-II/P
Goiás	3 projetos	30.000	50.000	P-II/E
Bahia	2 projetos	31.430	67.000	P-II/P
Tocantins	1 projeto	40.000	69.000	P-III/P
Maranhão	1 projeto	40.000	69.000	P-III/P
Total	21 projetos	350.000	570.000	-

Obs.: P-I: PRODECER I; P-II/P: PRODECER II – Piloto; P-II/E: PRODECER II – Expansão; P-III/P: PRODECER III – Piloto.

Fonte: ANFAVEA *apud* DINIZ, 2006.

A partir desses dados, pode-se inferir que os diversos programas para o desenvolvimento do Centro-Oeste reforçam o processo de concentração fundiária na região dos Cerrados, destacando-se o alto investimento e as ações no estado de Minas Gerais. Segundo Pires (2000), a principal diferença do Prodecer para os demais programas agrícolas é a presença direta do governo japonês em vários níveis do programa, como a seleção de áreas, a concessão de créditos e o monitoramento das atividades.

2.2. Modernização conservadora no norte mineiro: o universo de Chapada Gaúcha

Após a década de 1970, a ação de políticas públicas fez com que a apropriação do Cerrado se expandisse a níveis elevados. Terras foram ocupadas e exploradas por latifundiários que mecanizaram a produção e minimizaram o espaço para a agricultura tradicional, impactando a vida, principalmente, das famílias que se viram expropriadas de seus territórios.

O Estado investiu na implantação de grandes projetos agropecuários, na instalação de grandes perímetros de agricultura irrigada e no reflorestamento de eucalipto e pinhos em

diversas áreas da região¹⁹ mineira. Tais estratégias contemplariam o crescimento econômico e a obtenção de grandes lucros a curto espaço de tempo, mas acabou transformando a paisagem do Cerrado norte mineiro, com a degradação dos recursos naturais.

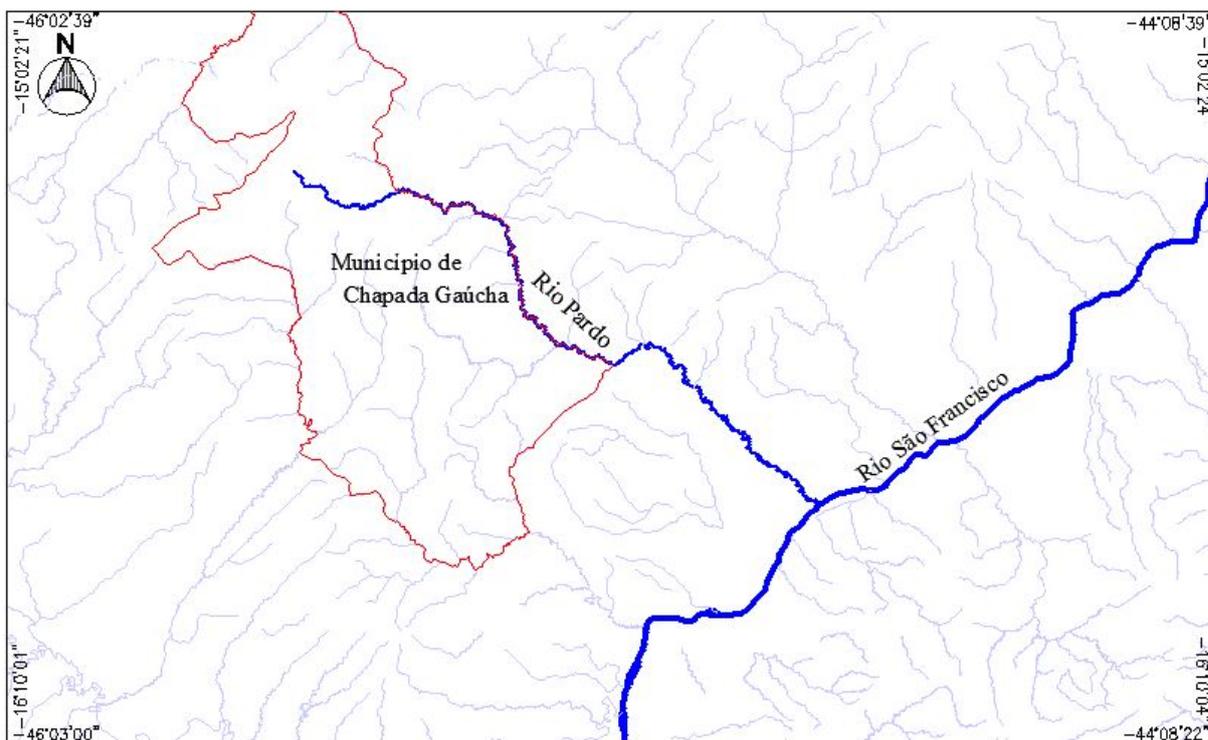
Com a chegada das culturas irrigadas, da ciência tecnicista e da “mais produção” da década de 70, com a Revolução Verde, os Sertões dos Gerais se tornaram palco de reprodução intensa do capital. Isso aconteceu devido à nova disposição produtiva que se instalou no território, baseada em ciência e tecnologia, que permitem que o homem, cada vez mais, interfira nos ciclos naturais (MARTINS, 2009).

A região do Norte de Minas também foi palco dessa ação política voltada para as regiões de Cerrado. Entre essas políticas agropecuárias para a região está o Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras (PADSA), de autoria da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), órgão estadual da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SALGADO, 2010).

O objetivo era ocupar economicamente uma região “deserta”, com grandes empreendimentos em extensões de terras devolutas. As glebas de terra foram vendidas para os gaúchos por intermédio de uma cooperativa em Carazinho, cidade do Rio Grande do Sul. Pretendia-se ocupar e gerar riquezas na região pela adoção de agricultura moderna, tecnificada e intensiva, com produtos voltados para o mercado (ZATZ, 2004).

Os migrantes souberam da existência de terras devolutas e do loteamento e vieram, atraídos pelo preço das terras, que eram acessíveis em relação às terras do sul do país, já impossibilitadas de expansão agrícola, e pela disponibilidade hídrica da região. Os rios do território chapadense são grandes afluentes do rio São Francisco, tais como os rios Pardo, Carinhanha, dos Bois e o Acari.

¹⁹ Como o reflorestamento de *pinus* e eucalipto que tinha o respaldo da Lei 5.106 que concedia incentivo fiscal para os reflorestamentos.



Mapa 5 – Hidrografia da região, com destaque para o rio Pardo, enquanto afluente do rio São Francisco, que segue delimitando parte da área de Chapada Gaúcha.

Fonte: Elaboração da autora, 2016.

Viabilizados os estudos topográficos e o loteamento da área, cerca de dez famílias do sul do Brasil iniciaram a ocupação ainda no ano de 1976, dando início à Vila dos Gaúchos. Com o advento de novos moradores pelos processos de ocupação da região, a antiga Vila dos Gaúchos foi fortalecida e então elevada a distrito no ano de 1995, sendo renomeada para Chapada Gaúcha.

Juntamente com o distrito de Serra das Araras, Chapada Gaúcha fazia parte do município de São Francisco. A aliança entre as lideranças locais destes dois distritos fizeram com que, ainda no ano de 1995, Chapada Gaúcha fosse emancipada e se elevasse à município, sendo o primeiro em Minas Gerais a adquirir no mesmo ano a elevação de povoado a distrito e, por fim, a município²⁰. Neste mesmo ano, através da Lei 12.031, de 21 de dezembro de 1995, foram criados diversos municípios em Minas Gerais, sendo um deles o município de Chapada Gaúcha, tornando o distrito de Serra das Araras pertencente a este município.

O município está localizado no Norte de Minas e faz parte do Circuito Turístico Urucuia Grande Sertão. Tem sua população estimada em 12.239 habitantes e a área territorial

²⁰ Segundo a Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, em 19 de dezembro de 1994, a Câmara Municipal de São Francisco aprovou a Lei n. 1.523/94, criando o novo distrito e que recebeu o nome de Chapada Gaúcha, nome escolhido pela população através de um plebiscito, e em 20 de janeiro de 1995 foi instalado o distrito de Chapada Gaúcha, desmembrando do distrito de Serra das Araras.

de 3.255.187 km² (IBGE, 2014). Chapada Gaúcha faz divisa com os municípios de São Francisco, Urucuia, Januária, Pintópolis, Arinos, Formoso e o município de Cocos do estado da Bahia, destacando a transição entre os biomas Cerrado e Caatinga.

Com a emancipação do novo município, Chapada Gaúcha, em 1995, o PADSА coloca em ação o moderno e o produtivo, com problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais de toda uma região (MARTINS, 2009) (Imagem 1). Em reflexo do seu modo de ocupação territorial, a principal atividade socioeconômica do município é desenvolvida pelo agronegócio, destacando-se a produção de soja e sementes de capim.

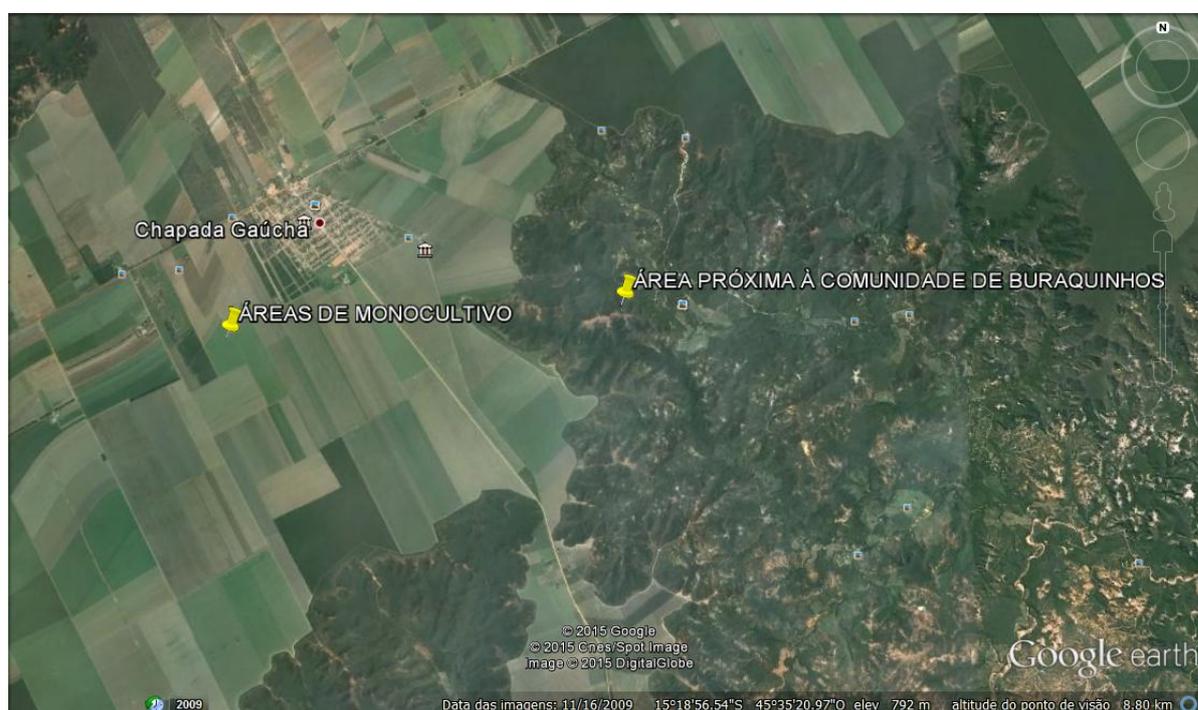


Imagem 1 - Áreas de monocultivo que se expandem até áreas próximas da comunidade Buraquinhos, causando diversas alterações sociais, ambientais e econômicas.

Fonte: *Software* Google Earth, 2015

No entanto, com a formação do município, a história do espaço²¹, compreendido como gerais, relaciona-se à sua apropriação por grupos diferenciados, forjando identidades que os vinculam ao meio em que se encontram. Segundo Haesbaert (2005), considerando-se o “espaço tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território “unifuncional” estabelecido na lógica capitalista hegemônica.

²¹ Corroborando com “o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)” (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

Acerca das definições e atribuição sobre território, o autor afirma:

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica (...) Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Para tanto, Haesbaert (2005) classifica território em duas categorias: funcional e simbólico. O território funcional caracteriza-se pelos processos de dominação, visto como recurso e valor de troca em um princípio de exclusividade e sem territorialidade. Já o território simbólico é representado por processos de apropriação, territorialidade sem território, como um símbolo e com valor simbólico baseado em princípios de multiplicidade. Para o estudo, infere-se que a primeira classificação adequa-se à relação territorial local existente em Chapada Gaúcha; visto que, a segunda categoria representa os modos estabelecidos em Buraquinhos, onde parte do território simbólico torna-se funcional conforme a expansão do modelo hegemônico estabelecido com a modernização conservadora, instaurando um processo de desterritorialização.

Haesbaert e Bruce (2002) referem-se ao trabalho de Guies Deleuze e Félix Guattari como referência (*O Anti-Édipo*) para discutir o conceito de desterritorialização relativa, que envolve o Estado, a dinâmica do capitalismo e as sociedades tradicionais – como retratado na relação estabelecida na fundação de Chapada Gaúcha e dos povos tradicionais que habitavam as áreas de chapadas dos Gerais.

Segundo os autores, Deleuze e Guattari afirmam que “enquanto o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois a sua relação com a terra é totalmente diferente” (HAESBAERT e BRUCE, 2002, p. 11). Trata-se de duas relações muito distintas com a terra — enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” caberá ao Estado. Isto significa que o Estado e o capital irão impor um intenso processo de desterritorialização das sociedades pré-capitalistas, como ocorre no território do Cerrado Gerais com a chegada do PADSA.

Programa de Assentamento Dirigido a Serra das Araras – PADSA

Para entender o histórico desse Programa, é necessário esclarecer quais as fundações e empreendimentos envolvidos na sua implantação. A RURALMINAS, criada pela Lei n. 4278, além de todas as funções destinadas a essa Fundação, tinha sob a sua responsabilidade a jurisdição dos projetos de assentamentos (MARTINS, 2009).

O PADSA surgiu a partir do contrato firmado entre a RURALMINAS com a RIOTERCO - Comercial Rio Grandense de Terras e Colonização. A RIOTERCO, empresa com sede no município de Carazinho/RS, responsável por selecionar os colonos que seriam beneficiados pelo programa. Além disso, o programa deveria oferecer os meios necessários para que os colonos pudessem fazer a viagem do Rio Grande do Sul a Minas Gerais e prestar orientação e assistência técnica, além de facilitar o acesso a programas de créditos, assistência jurídica, médica e educacional, comercialização e armazenamento dos produtos agrícolas. O requisito básico para este auxílio é de que 20% das terras adquiridas fossem desmatadas (MARTINS, 2011).

O PADSA realizou uma reorganização territorial – como no caso da desterritorialização da comunidade Buraquinhos, que teve a maior parte da sua área de extrativismo desmatada - com o cercamento das terras comunais nas margens esquerdas do rio São Francisco. Nesse sentido, a posse da terra e dos recursos naturais migrou das mãos de posseiros e camponeses para as mãos dos empresários capitalistas. O intuito foi diminuir os “vazios demográficos e econômicos” e tornar essa parte dos Cerrados uma área de produção de divisas (MARTINS, 2009).

No início da ocupação, o plantio de arroz fracassou em sua grande maioria. Alega-se que por falta de apoio financeiro e de assistência técnica, além da criação de gados que circulavam e se alimentavam nas áreas que ora estava destinada ao plantio. O gado criado a solta por fazendeiros e posseiros mineiros, também povos tradicionais, residentes nos arredores, foi recuado através da intervenção da RURALMINAS. As ações, até então desenvolvidas pelos moradores da região, começaram a ser bloqueadas em virtude do “desenvolvimento” agrícola dos que ali chegaram.

O plano pretendia criar uma nova base para o desenvolvimento da agricultura moderna. E a sua concretização se deu por meio da unificação das estratégias geopolíticas e econômicas, numa tentativa de organizar o “moderno” por meio de incentivos técnicos e financeiros (MARTINS, 2009).

É importante ressaltar que este programa, em sua fase de implantação, estava centrado em cultivos que não estavam ligados diretamente ao circuito agroexportador, como por exemplo, o arroz. No entanto, com a criação da COOAPI - Cooperativa Agropecuária Pioneira, em 1982, essa situação modificou-se. O arroz foi substituído gradativamente pelos cultivos de soja e, mais recentemente, pelo cultivo de capim para processadoras de sementes (MARTINS, 2011), assim como pelo uso do brachiário (*Brachiaria brizantha*), ruziziensis (*Brachiaria rubiziziensis*), mombança/colonião (*Panicum maximum*), braquiária (*Brachiaria decumbens*), MG-04 (*Brachiaria MG-04*) e MG-05-xaraes (*Brachiaria MG-05*).

Todo o processo de modernização implicou o crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira, com ampliação da presença das transnacionais na comercialização e o processamento industrial da produção agropecuária. Segundo a COOAPI, as principais empresas listadas para o fornecimento das culturas produzidas no município de Chapada Gaúcha são: Bunge Alimentos e Cargill. Sendo que a soja tem um foco nacional e de exportação e o capim apresenta maior incidência para exportação, sendo a logística de fornecimento: produtor – cooperativa – empresas.

Atualmente, são 293 associados, cuja maioria reside no município, e 50 colaboradores diretos, entre funcionários e técnicos. Entre outros negócios da cooperativa, destaca-se a produção de sementes forrageiras de capim, além do arroz, soja e milho. Uma das estruturas de armazenamento tem capacidade para 13.800 toneladas. São três armazéns com capacidade de armazenar 250.000 sacas. A área de plantio é de cerca de 15.000 ha de soja, 300 ha de milho, 200 ha de arroz e 12.000 ha de sementes de forrageiras.

Segundo o presidente da COOAPI, através de dados extraídos do site oficial²² da cooperativa, as práticas de manejo passam por evoluções. Agrônomos são contratados para prestarem orientações técnicas que melhorem a tecnologia aplicada pelos associados. “Para a safra de 2008/2009 estima-se um aumento em torno de 20% da área de cultivo de soja, totalizando, aproximadamente, 18.000 ha. A área agricultável hoje, entre soja e capim, é de 35.000 ha, com potencial para chegar aos 70.000 ha”.

A partir do momento em que se cria uma rede que interliga a produção gaúcha aos mercados internacionais, o “território gaúcho” se expande por meio da aquisição de novas terras. O Projeto de Assentamento tornou-se, portanto, uma “ilha do agronegócio”. A COOAPI foi muito importante nesse processo, porque ela retira do Estado o papel principal de financiar

²² http://www.cooapi.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=568, acessado em outubro de 2015.

a produção e intermedia o contrato com empresas multinacionais, como é o caso da Bunge. Com isso, não somente o acesso ao crédito se expande, mas também, os maquinários, as sementes e o mercado para os produtos. Isso muda o caráter da produção e dos produtores (MARTINS, 2011).

O termo modernização da agricultura vem sendo utilizado para explicar um conjunto complexo de relações e formas de produção que foram estabelecidas a partir da modificação da base produtiva e organizacional da agricultura brasileira (MARTINS, 2011).

Os Gerais, antes da modernização capitalista da agricultura engrenada pelo PADS, tinha um valor local, ao mesmo tempo, de abrigo, recurso e símbolo de comunidade de sujeitos (MARTINS, 2009). O Programa reconstrói sistemas produtivos, cria meios de acesso à tecnologia e impõe a produtividade como sistema de uso dos ambientes e territórios. Isso vai sedimentar, no campo, um conflito entre a grande e a pequena propriedade, o camponês e o agronegócio, “os de dentro e os de fora” (MARTINS, 2009).

A implantação de monoculturas gera rupturas no modo de vida tradicional dessas comunidades que, historicamente, possuem formas de utilização coletiva de seu território, tendo suas rotinas e sobrevivência baseadas no extrativismo e na agricultura de subsistência. Para além do sentido econômico que uma propriedade possa ter, o território quilombola – como no caso da comunidade em questão no presente estudo – relaciona-se com toda uma dinâmica organizacional mantida por esses grupos, sendo seu valor de caráter simbólico, não podendo ser substituído por nenhuma outra propriedade (MOREIRA e ARAÚJO, 2014).

2.2.1. Preservação ambiental em Chapada Gaúcha diante da modernização conservadora

O meio ambiente tem sido afetado pela exploração desenfreada de recursos naturais, renováveis ou não, com a acumulação contínua de capitais e o consumo exacerbado na produção extensiva de bens, provocando graves consequências ambientais (TEIXEIRA, 2005). Dentre os esforços que foram realizados no sentido de enfrentar a constante perda vegetal e de biodiversidade diante da modernização agrícola bastante presente em Chapada Gaúcha, uma das estratégias foi a delimitação de áreas especialmente protegidas, denominadas Unidades de Conservação (UCs).

Chapada Gaúcha destaca-se por ter parte da área do PARNA GSV e outras UCs em seu território. No entanto, apesar da iniciativa de implantação de UC visar a preservação do

Cerrado Gerais, ameaçado pela expansão do agronegócio, o fato trouxe desterritorialização de povos tradicionais e a instalação de um conflito socioambiental para a região²³.

O PARNA GSV foi criado em 1989 pelo Decreto nº 97.658, explicitando em seu nome uma homenagem à obra do escritor João Guimarães Rosa. Segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atual responsável pela gestão da unidade de conservação, a área do Parque é de 230.853 ha. Segundo Oliveira (2013), o envolvimento, as raízes históricas e o cuidado dos moradores com o local não foram levados em consideração para criação da UC.

Outra UC de destaque no território é o Parque Estadual Serra das Araras, criado pelo Decreto nº 39.400, de 21 de Janeiro de 1998. O art. 2º destaca que a área destinada ao Parque é de aproximadamente 11.136.85.67 ha. A área patrimonial do Parque Estadual da Serra das Araras deve ficar sob a jurisdição e administração do Instituto Estadual de Florestas – IEF. O IEF também é responsável pela gestão da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, criada em 2003, com a área de 60.975 ha, localizada entre os municípios de Chapada Gaúcha (55.415 ha) e Urucuia (5.405 ha).

Segundo Barbosa e Santos (2008), as UCs de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas. Entretanto, esse modelo preservacionista tem desenvolvido intensa pressão sobre populações locais do interior e/ou do entorno dos Parques, retirando-as de suas propriedades e restringindo o uso dos recursos naturais existentes nestas áreas. Ao tempo que são tidos como estratégias diante da modernização conservadora, situações de desterritorialização são recorrentes nesses casos, como afirmado por Martins (2011) que, com a chegada dos ambientalistas e com a criação de áreas com finalidade de preservação, mudou as condições de experiência do espaço-tempo das comunidades que originalmente ocupavam o lugar.

A perda significativa do Cerrado, na porção central do país, foi aspecto que reforçou o processo de estruturação e fortalecimento de UCs, especialmente a partir dos anos 90 (SARAIVA, 2006). No entanto, para os povos tradicionais “a natureza é parte de suas experiências de vida: é para ser tocada, manipulada, de modo que o homem e a natureza possam ser beneficiados com essa relação” (SARAIVA, 2006, p. 177). Mas, para o preservacionismo impera a ideia contrária, e esse fundamento é o que justifica a necessidade de manter os

²³ Segundo estudo realizado pela autora (OLIVEIRA, 2013), o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado graças à conservação exercida pelos moradores que há gerações ocupavam aquele território. A pesquisa revela que o embasamento na corrente preservacionista, na criação de uma UC, desconsidera o envolvimento das populações tradicionais e, conseqüentemente, deslegitima essa área diante desses povos e da população do entorno.

moradores originários distanciados, exilados, da área destinada a criação de UCs, como no caso das áreas ambientalmente protegidas, destacando o PARNA GSV, na Chapada Gaúcha. Na região, portanto, o estabelecimento de UCs é uma situação de conflito e solução ao mesmo tempo.

CAPÍTULO 3

DESDOBRAMENTOS DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA EM BURAQUINHOS: MUNDOS ANTAGÔNICOS E RESISTÊNCIA

A Chapada Gaúcha é um lugar complexo, onde a tradição e a modernização se encontram. As ações em torno do modo de ocupação para instituição do município traz, em sua história, um cenário de mudanças que podem ser destacadas na paisagem do Cerrado, nos recursos hídricos, nos meios adotados para a preservação do bioma ameaçado na região, e nos modos de vida tradicionais e de produção dos povos tradicionais. Mudanças que estão relacionadas entre si, de forma intrínseca.

A oposição entre a tradição e a modernização contribuiu fundamentalmente para perdas do saber popular, de usos e de costumes adquiridos pela experiência e vivência no Cerrado. Às tradições foram associadas a ideia de atraso e velho; e o moderno foi construído como símbolo do desenvolvimento e progresso.

“Quem te conheceu há 20/30 anos atrás
Não te reconhece mais
Do meio do mato
Do cerrado bruto
De noites de vento frio
Alguém jogou na terra
A semente da esperança
E Chapada Gaúcha nasceu
E o progresso veio a galope
E se espalhou feito o ventre leste” (Hino de Chapada Gaúcha)

A modernização se instaura na região e traz consigo seus elementos conservadores. Colocados em questão os valores antes cultuados, a modernização vai estar sempre numa relação de tensão e polaridade com a tradição (SARAIVA, 2006). Esse modelo hegemônico não considera a possibilidade da existência de outros valores, tendendo para a negação contínua de ações que não condizem com a sua proposta. Trata-se de um modelo que “não reconhece diferenças, [e onde] não existe alteridade” (SARAIVA, p.172, 2006).

Sobre a relação do progresso e comunidades no Norte de Minas, Martins (2011) aponta:

O “progresso” se faz a custos altos, sobretudo, para as populações veredeiras que dependiam de tais recursos para sua sobrevivência. No lugar da terra de soltar o gado, têm-se grandes áreas de cultivo, cultivo que por si só já é desterritorializante, pois, não permite outra forma de apropriação. Os Gerais da colheita de frutos sucumbe, surgem no seu lugar, os campos da soja, a fronteira econômica. O território veredeiro, ou melhor, o complexo veredeiro, é limitado e centra-se somente nas terras das Veredas e nas encostas (MARTINS, 2011, p. 160).

Enquanto os Gerais não foram objeto de interesse das empresas e do Estado para a expansão da agricultura e, conseqüentemente, do capital, os povos tradicionais permaneceram no seu modo de vida próprio, sem muitas imposições externas.

Sauer (2010) afirma que a terra possui um significado real de cunho político, econômico e social, representando a sustentabilidade física da vida humana. Mas é carregada também de um sentido simbólico. Terra é lugar e meio de produção e reprodução social. Em Buraquinhos, os conflitos estabelecidos com o modelo de desenvolvimento, modernização conservadora, dizem respeito às questões estruturais de distribuição do poder e de exclusão.

Em face à modernização na Chapada Gaúcha, nem tudo foram facilidades e entendimentos no processo de ocupação. No entanto, entre as mudanças ocorridas, moradores destacam alguns benefícios com a chegada do município e de benefícios, ainda que tardios, para o território de Buraquinhos.

Muitas coisas foram ficando fáceis, sabe, porque nem a energia a gente acreditava que ia chegar aqui na gente. Pode-se dizer que é mais fácil que no tempo de pai. Como a estrada mesmo, que agora passa até carro. Porque de primeira, quantas mulheres a gente não apanhava na rede pra levar pra ganhar menino? Eram muitas (Relato de morador, 62 anos).

Em Buraquinhos, mesmo com a dificuldade de transporte e da quase inexistência de estradas até a década de 1980, os povos da região mantinham relações entre comunidades e com as cidades onde vendiam seus produtos. Apesar da fartura de alimento e de água, tinham muitos problemas, sobretudo de acesso à educação e a serviços de assistência à saúde. O avanço estatal-empresarial sobre regiões próximas às suas terras, com a promessa de melhores condições de saúde e educação, transformou o modo de vida dos moradores, ao abalar seus territórios e sua conduta. A base de vida de Buraquinhos foi afetada e os habitantes reorganizaram sua conduta territorial, resignificando espaços e práticas.

3.1. Extrativismo e conflitos socioambientais

A partir do processo crescente de industrialização, iniciado com a revolução industrial no século XVIII, o ser humano promoveu uma série de transformações socioambientais, com um modelo de uso indiscriminado dos recursos naturais, causando transformações significativas no cenário ecológico e social (BARBOSA e SANTOS, 2008).

Nas raízes deste desequilíbrio, surgem os conflitos. São forma de interação entre indivíduos/comunidades com ideais antagônicos (BRITO et al., 2011). Um aspecto de análise de conflito é o conflito socioambiental, que envolve um contexto de esgotamento e de

valorização dos recursos naturais, decorrentes dos processos desenvolvimentistas e de importância ao crescimento material da sociedade moderna e contemporânea (BRITO, 2013).

Contextualizar os conflitos ambientais, focalizando suas contradições na relação sociedade capitalista-ecologia, é a forma de interpretação adotada para explorar os conflitos instaurados entre a modernização conservadora e a comunidade Buraquinhos, na Chapada Gaúcha. A ecologia política abre o campo de visão dessa perspectiva a partir dos conflitos relativos à distribuição ecológica e às relações de poder. Martínez Alier (1999) relaciona o significado de distribuição ecológica à desigualdade: “refere-se às assimetrias ou desigualdades sociais, espaciais e temporais na utilização pelos humanos dos recursos e serviços ambientais” (MARTÍNEZ ALIER, 1999, p. 216). Os estudos relativos aos conflitos, oriundos da distribuição ecológica, consideram como conflitos ambientais aqueles travados pelo acesso aos recursos naturais. A partir dessa perspectiva busca-se avançar para o entendimento dos conflitos socioambientais relacionados à comunidade Buraquinhos.

Os conflitos socioambientais não representam somente uma tensão relacionada à apropriação de espaço, mas também uma disputa de racionalidade relacionada à noção de natureza, revelando as diferenças entre lugares, naturezas e as distintas dimensões que compõem a vida social.

Para Martínez Alier (2010, p. 358), a ideia de um “ecologismo dos pobres”, em contraposição à crença de que defender a natureza seja um luxo dos ricos, “um novo movimento social monotemático, próprio de sociedades prósperas, típico de uma época pós-materialista” toma corpo na expressão como estratégia de sobrevivência dos pobres. Estes querem continuar vivendo e são conscientes da necessidade de conservar os recursos naturais, a exemplo da água e da mata. Tal “consciência, amiúde, é difícil de descobrir porque não utiliza a linguagem da ecologia científica, mas linguagens locais como a dos direitos territoriais indígenas ou a linguagem religiosa” (MARTÍNEZ ALIER, 2010, p. 358). Para o autor cada uma tem linguagens de valoração próprias, de que resulta a diversidade de conflitos socioambientais que há no mundo.

Para Acsehrad (2004), que considera o meio ambiente como um terreno de disputa material e simbólica, os conflitos ambientais são:

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, interconectadas pelas interações ecossistêmicas. (ACSELRAD, 2004, p.26).

As consequências das práticas insustentáveis adotadas ao longo da formação e do povoamento de Chapada Gaúcha, intrínsecos à sua formação sociocultural, fizeram com que o município possua hoje inúmeras ameaças ambientais para as atuais e futuras gerações. Os problemas de maior destaque são: a grande pecuária e seus agravantes, como a abertura de áreas de pastagens e pisoteamento de nascentes; a monocultura de soja e capim; os incêndios; e o assoreamento de rios e nascentes com conseqüente falta de água para comunidades.

Além dos fatos apontados por moradores da região, em caso específico de Buraquinhos, algumas práticas tradicionais foram perdidas e não só modificadas ou adaptadas. Próxima à área da comunidade, localiza-se uma extensa lavoura de monocultivo, que, segundo relatos, está sendo utilizada de várias formas e por diversos “proprietários” há algum tempo. Sobre a situação atual, moradores afirmam ser uma área irreconhecível, “tem gente que conheceu lá e agora vê... e chega chora” (Relato de moradora, 34 anos).

Colonos ocuparam as terras, o que atualmente é o centro urbano de Chapada Gaúcha, como única opção de vida. A forma de renda imediata foi a produção de carvão vegetal, praticada por todos os padrões de proprietários: pequenos, médios ou grandes. A prática ainda permanece arraigada na cultura local, juntamente com o desrespeito às matas e nascentes.

Uma das áreas em foco da produção de carvão encontra-se em parte do território de Buraquinhos: “todo mundo diz que a gente tinha direito do Cerrado lá de cima, porque os pais nossos tocavam o gado lá fora e também colhiam as coisas” (Relato de morador, 62 anos). Nogueira (2009, p. 60) afirma que, “grande parte da população rural nessas paragens do norte mineiro constituía-se de posseiros, sitiantes e agregados das fazendas remanescentes”. No entanto, a legitimação das terras dos Gerais como propriedade do Estado ocorreu devido à falta de documentação que legitimava a posse dos que ali viviam ou trabalhavam (MARTINS, 2009). No caso de Chapada Gaúcha, eram áreas de uso tradicional e comunal que passaram a ser do estado, vendidas pelas RURALMINAS para instituição do município.

A referência ao Cerrado “lá de cima ou lá de fora” pelos moradores é devida ao fato de essa ser uma área fora das veredas onde eles vivem, mas que, desde as primeiras gerações, foram ocupadas e tidas como território tradicional e de uso para o extrativismo e a criação de gado:

O Cerrado lá era bonito. Aí primeiro veio a desmatação de machado e motosserra pra fazer carvão né?! Depois dessa desmatação pra cá, lá ficou um Cerradão feio, limpão de tudo! Derrubaram nossos paus com corrente, eles derrubaram até pequi. De primeira tinham uns que deixavam uns pequis pelo menos, outros tiravam até os

pezinhos pequenos. Aquilo ali é uma confusão, uma hora é de um e outra de outro (Morador, 64 anos).

Ribeiro (2002) e Silva (2009) afirmam que com o modelo adotado de ocupação por meio de grilagem, pela força ou por formas oficiais de aprovação de “terras devolutas” por parte do estado às empresas e latifundiários, os povos do Cerrado foram expropriados das terras de uso comum, em especial as chapadas, o que tornou inviável muitas das suas atividades produtivas. A criação de bovinos, a caça e várias formas de extrativismo vegetal que eram realizadas nestas áreas coletivas diminuíram de forma expressiva e, em alguns casos, não puderam mais ser executadas – como em Buraquinhos, em virtude da indisponibilidade dos recursos.

Sobre a situação fundiária da antiga área de extrativismo e os modos de ocupação, os moradores afirmam:

Eu acho que foi grilada aquela terra. Tem umas pessoas aí que grilam a terra e ficam sendo donas e acabar vende pra outra. Esse que é dono agora, ele já comprou com uma parte desmatada, que o outro já tinha desmatado, mas ele já desmatou também (Relato de morador, 54 anos).

Aquele trem ali já mudou de dono não sei nem quantas vezes. Quando esse que está hoje entrou, ali já tinha muita parte desmatada porque era um carvoeiro. Sempre vindo um ou outro e vendendo o Cerrado. Tiveram uns que desmataram e carregaram as lenhas tudo. Aí sobrou mesmo um ou outro pequizeiro, mas com um pouco chegou outro e já desmatou mais um pouco. Então é assim, cada um que vai chegando vai derrubando um pouco (Relato de morador, 62 anos).

O desmatamento de extensas áreas griladas (Foto 6) trouxe inúmeras consequências para os povos tradicionais que vivem nessa fronteira agrícola. Para a comunidade Buraquinhos, diversas alterações são identificadas nos relatos memoriais dos moradores:

Aquela área que é lavoura hoje faz falta das coisas que a gente viu ali, das belezas que a gente viu. Porque você vai viajando aí, com um sol quente desse, você vai parar num lugar que não tem sombra? Você nem descansa! Mas essa sombra ninguém nem vê mais. Então, faz falta... das frutas, o que a gente usava e o que a gente não usava os bichos usavam né?! E cadê? Faz falta demais da conta, menina! (Relato de morador, 65 anos).



Foto 6 – Área de extrativismo da comunidade Buraquinhos ocupada pela modernização conservadora
Fonte: Elaboração da autora, 2015.

As áreas ocupadas pela modernização conservadora são características pelo solo exposto, que acarretam em diversos problemas ambientais, tais como assoreamento e perda de fertilidade. Além das mudanças na paisagem e do uso indireto dos benefícios da área que era de Cerrado, uma preocupação floresce no seio dos saberes tradicionais:

As lavouras preocupam muito a gente. O Cerrado que a gente nasceu e criou, a gente não está vendo mais ele em pé, porque está acabando. Me preocupa isso, porque não é uma coisa que desmata um pouco e deixa de pé a maioria. Quando eles pegam pra derrubar, eles derrubam tudo. Essas crianças que estão nascendo hoje vão conhecer um Cerrado na vida deles? Igual eu conheci? Eu te digo que não vai, não vai (Morador, 62 anos).

Além do impacto na diminuição de área para uso e para reprodução social da família, ocorre ainda a eliminação da vegetação nativa, de modo que as famílias são obrigadas a conviver com os efeitos e impactos ambientais da monocultura, em sua grande parte, desprovida de controle ambiental, com processos erosivos, contaminação por agrotóxicos e assoreamento das áreas de baixadas e cursos d'água. Em destaque, os moradores citam a diminuição da disponibilidade hídrica pelo assoreamento: “eu acho que aquela lavoura lá de cima prejudicou muito a cabeceira do nosso rio Pardo. Jogaram muita areia na cabeceira, depois que abriram

umas barragens pra não descer mais areia, mas aí já tinha mudado muito” (Relato de morador, 62 anos).

Uma vez fizeram o desmate lá pra cima e aí, quando choveu, a terra veio pra dentro do nosso rio, aí desceu tudo aí abaixo. Nessa ocasião que eu estou falando, quando a gente estava passando com a Folia lá na casa do derradeiro, lá no final, lá onde tinha água de Rio, só tava a praia. Porque lá já era raso e foi e aconteceu esse trem todo. A nascente desse rio que vocês atravessaram aí é lá onde está só a terra, o capim e esse tipo de coisa. Olha como que tá um lugar tão precioso. Se tem uma nascente aqui, mas se eu não conservo a cabeceira dela, ela não vai aguentar não (Relato de morador, 52 anos).

Não é apenas a derrubada da vegetação nativa para a expansão da fronteira agropecuária que ameaça a conservação da biodiversidade do Cerrado e os povos tradicionais, a contaminação por agrotóxicos é outra queixa de impacto ambiental que afeta a comunidade Buraquinhos. Um dos reflexos da modernização conservadora “é o aumento da produção e do consumo de insumos agrícolas” (DINIZ, 2006, p. 87). No mês de abril de 2015 foi realizada uma coleta de amostras da água do rio Pardo e traços de Diclorodifeniltricloreto (DDT) e Lindano foram identificados na análise da Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

O rapaz veio aqui e falou que essa água do Rio podia estar com problema, mas o jeito é beber dela, né?, porque não tem outro meio. Disse que a água está contaminada com um veneno. Agora esse veneno, que disse que água está contaminada, no Brasil não tem esse veneno. Aí querem saber quem que está usando esse remédio. Parece que só tem no Paraguai. Aí eu te falo, quem mexe com veneno aqui? Quem mexe é esse povo lá das lavouras, porque nós aqui não mexe com esse veneno (Relato de morador, 65 anos).

Outra coisa que me preocupa também é o veneno, porque isso tudo deságua pra nascente, quando não vem pra nossa, vai pra outra, mas sempre prejudicando nascente. E aí, quando a chuva bate, esse negócio vai embora tudo. Outra coisa, que esse povão rico mesmo, eles vão bater um veneno aí no mato e no campo e bate de avião, o avião onde fizer a curva o que tiver embaixo vai de embrulho, se tiver Rio embaixo vai junto (Relato de moradora, 34 anos).

Em maio de 2009, a Lei 11.936 proibiu a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de DDT em todo o território nacional. Os estoques de produtos contendo DDT, existentes no país à data da publicação desta Lei, deveriam ser incinerados no prazo de 30 dias. No entanto, seis anos após a publicação e entrada em vigor da Lei, traços do produto foram identificados na água do rio Pardo, recurso hídrico de total dependência da população de Buraquinhos. Segundo Savoy (2011), o Lindano é classificado como um inseticida organoclorado e tem o uso proibido ou severamente restringido em diversos países. Um dos moradores expressa a dificuldade de manter o rio conservado para que eles possam continuar utilizando desse recurso:

A gente conserva as beiras do Rio aqui. Se a senhora ver, aqui está tudo conservado né? Ninguém vai lá, botar roça lá, não vai mexer lá na beira. As rampas da serra, da rocha, também pode olhar que a floresta está completa, a gente deixa. Mas como eu tenho falado, não adianta nós aqui fazer a parte nossa, se as nascentes lá tá só o chão e o veneno, porque os grandes tá tudo ali em cima, lá fora (Relato de morador, 64 anos).

Além do conflito estabelecido com a poluição do rio Pardo, os moradores também sofrem com as mudanças dos períodos de chuva, que estão relacionados com os impactos ambientais globais, regionais e locais, que influenciam diretamente as práticas tradicionais de produzir de Buraquinhos. Segundo Sawyer e Lobo (2008), o desmatamento do Cerrado pode afetar o volume de chuvas, provocando a extinção de espécies vegetais com falta resistência a estresse térmico e hídrico. A flora e a fauna dependem das chuvas e dos fluxos das veredas, córregos e rios. Retirando-se qualquer um dos elos, rompe-se a cadeia vital e o ecossistema todo pode entrar em esgotamento (MELO, 2013). Para os moradores, as alterações também têm relação com o desmatamento:

Eu acho que o tempo está triste desse jeito, porque o homem só quer trabalhar igual esse povo lá de cima. Eles querem desmatar tudo. Como que aonde não desmata chove tanto? Tem alguma coisa aí né?! A parte do Brasil que está desmatada está com menos chuva, a cada ano que passa vai diminuindo. Ano passado mesmo já tinha chovido pra gente, era pouco, mas tinha chovido. Esse ano nem esse pouco (Relato de morador, 62 anos).

Esse tempo mudou. Uns falam que a chuva minguou por conta do desmate, mas sobre isso aí eu não sei mesmo não. Desde que eu me entendo por gente que chovia muito aqui, esse terreno ficava todo verde. Mas a água diminuiu demais, até a água do Rio minguou com tudo isso. Tem comunidade aqui perto que tinha água alta, hoje estão tendo que abrir poço artesianos. Teve um caso que o poço secou e agora só com caminhão pipa. E essas coisas todas eu conheci, eu fui criado aqui, e olha... A água minguou demais, diferenciou muito (Relato de morador, 64 anos).

Segundo a Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as Políticas Florestal e de Proteção à Biodiversidade em Minas Gerais, considera-se Área de Preservação Permanente (APP) aquela protegida nos termos desta lei, revestida ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas e situada:

- I - em local de pouso de aves de arribação, assim declarado pelo poder público ou protegido por convênio, acordo ou tratado internacional de que o Brasil seja signatário;
- II - ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, a partir do leito maior sazonal, medido horizontalmente, cuja largura mínima, em cada margem, seja de:
 - a) 30m (trinta metros), para curso d'água com largura inferior a 10m (dez metros);

- b) 50m (cinquenta metros), para curso d'água com largura igual ou superior a 10m (dez metros) e inferior a 50m (cinquenta metros);
- c) 100m (cem metros), para curso d'água com largura igual ou superior a 50m (cinquenta metros) e inferior a 200m (duzentos metros);
- d) 200m (duzentos metros), para curso d'água com largura igual ou superior a 200m (duzentos metros) e inferior a 600m (seiscentos metros);
- e) 500m (quinhentos metros), para curso d'água com largura igual ou superior a 600m (seiscentos metros);

No entanto, os decretos fundamentados na lei estadual não se aplicam no município de Chapada Gaúcha, visto que, conforme o recurso hídrico disponível, o limite a ser respeitado e estabelecido como APP ao longo dos rios seria de 100 metros. Fatos que implicariam em melhores condições e menores exposições de assoreamento e contaminação dos cursos d'água de comunidades como a de Buraquinhos.

O avanço no processo de modernização da agricultura no Brasil, marcado por concentração de terras, expansão de monocultivos, uso intensivo da tecnologia e modelo produtivo dependente de agrotóxicos e fertilizantes, vem induzindo processos de desterritorialização, que repercutem sobre o modo de vida dos povos tradicionais do Cerrado Gerais. O caso a ser tratado é a extinção da prática de extrativismo na área de maior potencial e biodiversidade para os moradores de Buraquinhos, visto que as veredas não dispõem de todos os elementos das chapadas do Cerrado Gerais: “a gente apanhava favela lá em cima, mas desmatou foi tudo. Tem um tempo que vai brotando de novo, mas nem cresce não, que eles vão lá e derrubam” (Relato de morador, 64 anos).

É nas áreas de Cerrado que a modernização e o modelo produtivista se instalaram mais intensamente e onde suas consequências perversas podem ser claramente constatadas: o desmatamento da área de extrativismo e, conseqüentemente, a desterritorialização da comunidade Buraquinhos. Visto que, a desterritorialização não está relacionada apenas à posse dos territórios, mas também às perdas identitárias dos povos tradicionais.

Uma das diferenças cruciais entre os povos do Cerrado e os grandes proprietários fundiários está na forma como esses atores encaram os ecossistemas do bioma. Enquanto os povos tradicionais são usuários e cuidadores dos recursos do bioma, pois vivem nos espaços e dependem de seus recursos naturais para produção e reprodução social; na dinâmica dos grandes proprietários, o Cerrado é visto como uma mercadoria e oportunidade econômica. No trecho do relato de um dos moradores, o cuidado com a atividade extrativista e a preocupação em manutenção do recurso para futuros usos estão explícitos:

A gente tem que ter o nosso cuidado pra catar, não quebrar o galho dela e deixar tudo certo para o próximo ano. Isso aí não mudou não. A gente hoje usa a mesma

ferramenta que pai usava. Ela é tipo uma foice e que vai cortando os cachinhos da favela. Então a gente nem mexe com o galho dela (Moradora, 62 anos).

A antiga área de extrativismo, um lugar repleto de histórias e significados, é transformada em um “não lugar”. O espaço de elevada riqueza biológica e histórica se torna uma paisagem homogênea. O espaço vívido se torna meio de exploração e suporte para produção de mercadorias que alimentam o circuito da economia global. O que conduz o lugar não é mais a identidade local. Com tristeza, os moradores se recordam do extrativismo da favela no Cerrado, que foi grilado e desmatado, e das mudanças de reprodução social e ambiental decorrentes desta ação:

Onde dava pra colher muito mesmo era na parte de Cerrado que a gente perdeu, naquela lavoura lá de cima. Porque a favela é melhor de dar no Cerrado lá de cima do que aqui do “boqueirão” mesmo. Lá ela carregava mais. Mudou muito sabe? Tinha muito lugar que existia a favela e que foi devorado e desmatado, faz muita falta (Relato de morador, 65 anos).

A colheita da favela que diminuiu muito, que agora é mais as daqui mesmo. Só que eu sei que agora o negócio lá é de trator com uma tira de ferro, eles derrubam tudo mesmo. Hoje pode dizer que mudou foi tudo, ano passado mesmo eu não achei nenhum pequi lá, tinham poucos pés mas deu só flor, o fruto não deu não. Também tem outra, quando a gente dá fé, a disputa pelo pouquinho que ficou lá é grande, quando a gente pensa que vai comer um pequi, as araras já derrubaram. Até a natureza diferenciou (Relato de morador, 64 anos).

O extrativismo marcou a trajetória evolutiva dos povos tradicionais. Foi a combinação da caça, pesca e coleta de produtos vegetais que viabilizou, durante muitos anos, o sustento de um vasto número de sociedades, tornando-se sua principal estratégia de sobrevivência (MELO, 2013). Os moradores de Buraquinhos se expressam, recorrendo à memória, sobre a diversidade de coleta e os usos da área desmatada:

Quando a gente pegava pequi de muito lá, a gente tirava o óleo e vendia na Serra. O que a gente cata hoje aqui dentro dá só pra comer em casa mesmo, mas nem é naquela fartura que a gente tinha. A gente usava lá muito pra catar pequi e favela, quando acertava de pegar mangaba e cabeça de nego (araticum) também (Relato de morador, 52 anos).

A gente usava demais aquele Cerrado lá, a gente coletava era lá, porque aqui dentro não tem pequizeiro. Tem algum pezinho, aqui mesmo nessa área minha parece que tem três pezinhos. Mas o pequizal era lá fora, a gente apanhava era lá fora pra comer (Relato de morador, 62 anos).

No entanto, as raízes da tradicionalidade dos moradores ainda florescem diante das dificuldades:

Tem uma coisa que a gente ainda acha lá em cima, mas é bem longe. Observa, fica lá por bem de trás da lavoura, é a cabeça de nego. Essa a gente ainda sobe pra catar em fevereiro e março, só porque é gostosa mesmo. Mas custa viu, aí a gente vai à cavalo ou, às vezes, quando dá, vai de moto (Relato de moradora, 34 anos).

O Cerrado destaca-se pelo embate entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade social e ambiental (MELO, 2013). No entanto, ressalta-se a necessidade de uma abordagem de desenvolvimento rural nas áreas de Cerrado ser vista por uma visão integrada, que estabeleça sinergia positiva entre população, meio ambiente e desenvolvimento, evitando a degradação tanto do ambiente natural, quanto dos seres humanos que habitam o bioma.

Para Melo (2013), o extrativismo desenvolvido pelos povos tradicionais constitui uma atividade desempenhada pelas famílias em busca de melhores condições de vida e está inserido em sistemas de produção familiar complexos, caracterizados pela combinação entre esta atividade e diversificados cultivos agrícolas dos seus quintais. É também uma atividade que contempla um desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, o extrativismo remete à trajetória histórica de povos tradicionais e é repleto de representações simbólicas e de valor cultural, o que não permite que sua importância e viabilidade seja entendida apenas do ponto de vista econômico, “colher favela aqui é desde o tempo que pai morava aqui para trás” (Relato de morador, 65 anos). Isso porque a extração dos produtos vegetais, além de fazer parte da história de vida destes povos, é realizada não apenas para a comercialização, mas também para trocas entre as famílias e para garantir e diversificar sua alimentação. No entanto, segundo os moradores, depois da ocupação agrícola, muitas coisas deixaram de ser consumidas, “já tem uns 6 a 8 anos que a gente não apanha nada lá, porque aquele Cerrado ali acabou” (Relato de moradora, 34 anos).

Nas recordações da prática, diversas mudanças podem ser identificadas:

A quantidade coletada diminuiu, pois a extensa área dava mais condições ao extrativismo:

Aqui mesmo a quantidade nossa diminuiu bastante, porque é uma árvore fraca e que morre muito (Relato de morador, 62 anos).

E outra, tem lugar aqui que não dá jeito de tirar, porque ela é muito alta. Lá no Cerrado ela já era mais rasteira e baixa, aí a gente conseguia tirar de monte (Relato de morador, 52 anos).

Antigamente um pé dava a um saco ou dois de favela, isso é 50 a 60 kg mais ou menos, era aqueles pezão de favela... Todo galho era carregado, mas foram lá com motosserra e derrubaram tudo (Relato de morador, 64 anos).

Se vocês vissem aqui umas 15 toneladas de favela, a gente vendia tudo; e era dinheiro na hora. Esse ano mesmo, os meninos venderam, mas apanha pouco aqui dentro (Relato de morador, 65 anos).

O mercado modificou, já que, “o comércio bem de primeira tinha que tocar com o carro de boi pra São Joaquim ou pra Serra das Araras, depois já buscavam na beira da linha da estrada lá fora” (Relato de morador, 62 anos). Assim como o transporte, “a gente apanhava muita favela lá fora e lá mesmo o povo buscava, isso facilitava demais pra gente. Agora a gente apanha aqui e leva pra cima da serra pro pessoal buscar” (Relato de morador, 52 anos).

Conforme Pozo (2002), a área de solta e extrativismo era de uso comum, de posse e de cuidado comunitário, com suas regras e princípios estabelecidos pela tradição de uso em consonância com as possibilidades ecológicas. Não para a modernização: “ali estourou muita coisa do que a gente tinha viu?!” (Relato de morador, 62 anos).

Quando o povo começou com desmate lá, as coisas já foram ficando um pouco mais complicadas pra gente, porque de primeira derrubaram logo o Cerrado que era mais encostado aqui na gente, aí tinha que ir um pouco mais longe. Aí nós fomos soltando mais de lá, hoje a gente ainda acha uma coisa ou outra, mas coisa pouca. Só que, quem tem dinheiro, ninguém pode mexer com eles, porque eles têm mais poder que a gente né?! (Relato de morador, 65 anos).

Aspectos da modernização conservadora são expressos nas narrativas dos moradores de Buraquinhos, de forma que o poder os encurrala diante da expansão agrícola:

O que me preocupa é a nossa terra. O que eu quero dizer é que sou nascido e criado aqui e não tenho intenção de mudar daqui pra lugar nenhum, porque hoje eu não tenho a força de fazer o que eu já fiz e quero ficar sossegado no meu canto (Relato de morador, 65 anos).

Para o extrativismo, Lescure (2000) relata algumas limitações que envolvem a ação: o acesso aos recursos e à terra, os mercados e as cadeias de comercialização e a ausência de subsídios e de espaço nas políticas de desenvolvimento. Para tanto, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) sugere melhorias em projetos voltados para o uso sustentável dos recursos da biodiversidade, como nas questões que envolvem o mercado com estudos, estratégias de comercialização, qualidade e escala da produção, além da gestão dos projetos. Argumenta-se neste estudo que o extrativismo, proporcionando um aumento de renda e melhoria da qualidade de vida dos praticantes, e estando inserido em um processo de organização, induz a proteção da biodiversidade nativa.

3.2. Mudanças nas práticas tradicionais de produção

Na região dos gerais, uma das consequências do processo de modernização conservadora para os moradores de Buraquinhos foi a crescente desarticulação de suas

estratégias produtivas, assentadas no aproveitamento das potencialidades das áreas biodiversas e da flora nativa, que cumpria papel fundamental nos aspectos sociais, culturais e econômicos, e na sua reprodução de vida tradicional.

A mudança no modo de produzir da comunidade Buraquinhos é um dos efeitos da modernização conservadora. Um dos aspectos que influenciou as mudanças desta prática foi a degradação dos solos, que passaram a ser utilizados de forma mais intensiva, pois a disponibilidade de terra para as atividades de Buraquinhos diminuiu com o desmatamento da área de Cerrado de chapada. Antes, as áreas, que atualmente estão degradadas, eram utilizadas para a criação de gado à solta, no entanto, por não existir mais a possibilidade desse uso, os poucos moradores que ainda persistiram na criação de gados “como uma poupança” (Relato de morador, 62 anos), utilizam os complexos veredeiros, que até o início do desmatamento eram usados apenas para produção.

Casos semelhantes foram destacados por Dayrell (1998) com povos geraizeiros da região que sofreram alterações na estrutura e dinâmica dos ecossistemas regionais com a intensa transformação da paisagem socioeconômica e ambiental desencadeadas pelos programas governamentais de desenvolvimento da agropecuária e silvicultura e; Nogueira (2009), que também concentrou-se na mesorregião norte mineira, trouxe evidência à transformação na identidade e territorialidade geraizeira diante das transformações a partir dos confrontos com a monocultura do eucalipto, mas também com base nas novas interações sociais mobilizadas pela categoria no processo de reelaboração de sua identidade.

Desde a década de 90, nas regiões de Cerrado, os agroecossistemas²⁴ diversificados dos povos tradicionais, destinados à produção, alimentos e criações de animais, cederam lugar a sistemas homogêneos, considerados modernos: a monocultura. Segundo Alentejano (2012), este é um modelo agrícola que produz radical inversão do princípio tradicional que regia a agricultura, isto é, sua adaptação à diversidade ambiental e sua vinculação a regimes alimentares diversificados.

O sistema de plantio em Buraquinhos era baseado no sistema de pousio, o que tornava necessário, frequentemente, abrir roças em terrenos novos. O uso mais intensivo das terras de plantio começou a provocar o empobrecimento do solo, segundo um dos moradores: “eu acho que o terreno vai “enfraqueando” com os tempos, porque agora a gente usa mais uma parte só. Por isso as coisas da roça que meus pais plantavam e que a gente planta mudou tanto” (Relato de morador, 65 anos).

²⁴ Ecossistemas com a presença de pelo menos uma população agrícola (Dayrell, 1998).

Além do destaque na perda de diversidade nesses territórios, também está relacionada a degradação hídrica:

Os primeiros moradores tinham mais produção. Eles tinham arroz, bastante feijão, colhiam milho, mas aí você pensa também que tinha mais chuva e eles plantavam nos brejos. Hoje nós não plantamos arroz e o milho aqui é só em algum lugar que dá (Relato de morador, 62 anos).

Algumas situações foram responsáveis pelas alterações no modo de produzir e pela perda de diversidade nas variedades desenvolvidas e cultivadas. Um dos fatores em destaque nas falas de Buraquinhos é a indisponibilidade hídrica, com a falta dos brejos e chuvas:

As coisas que a gente deixou de ter foram por conta do tempo, “mode a chuva”. A gente podia plantar na terra seca, que sabia que vinha a chuva. Era difícil a gente perder uma roça de arroz, nessa areia mesmo a gente conseguia. Mas aí foi minguando tudo, hoje nem muito milho a gente está colhendo. Aqui o que aguenta é a mandioca, que essa dá em tudo que é lugar mesmo (Relato de moradora, 52 anos).

Olha, igual naquela época mesmo, quem tinha um terreno fresco pra trabalhar na beira de um brejo, uma coisa assim, plantava qualquer coisa em qualquer tempo, nas águas ou no correr da seca. Hoje as áreas “enfraqueou” mais, e o terreno, e não dá mais aquilo que dava. Com a falta de água que está tendo, o povo compreende mais e já não vai mexendo mais tanto nas áreas do rio. Então, a gente colhe “mais pouco” e até as nossas coisas já são de mercado. Hoje não dá mais o que a gente colhia de primeira (Relato de morador, 65 anos).

Reflexos de uma agricultura padronizada nos relevos planos da Chapada Gaúcha se impõem à diversidade ambiental, artificializando os ambientes e adequando-os ao padrão mecânico-químico da agricultura moderna, ao mesmo tempo em que impõe a todos os povos um padrão alimentar que atende aos interesses de grandes corporações agroindustriais (ALENTEJANO 2012).

Apesar da irregularidade climática na região, os brejos eram considerados “verdadeiros oásis”, em meio às areias de Buraquinhos, que garantiam a produção agrícola e um dos meios de acesso à água, mesmo no período da seca. Os moradores entrevistados afirmaram que a degradação dos recursos hídricos foi causada pelo desmatamento e pelo monocultivo instalado nas áreas de Cerrado.

Nos Gerais, o desmatamento generalizado da vegetação nativa e a implantação das monoculturas nas chapadas encurralaram os povos tradicionais nas encostas e brejos remanescentes. Com os brejos secos, o acesso às áreas de solta impedido e a perda de inúmeras variedades tradicionais, esses povos reorientaram suas estratégias produtivas, intensificando a cultura da mandioca (DAYRELL, 1998) que sempre foi cultivo de Buraquinhos e de produção da farinha de mandioca: “a produção de farinha quando eu nasci eu já achei” (Relato de

morador, 52 anos). De modo geral, a oferta passou a ser maior que a procura e as vendas da farinha de mandioca produzida em Buraquinhos teve substancial queda:

Antigamente ia com um carro de boi pra São Joaquim só de farinha e todo mundo queria farinha, hoje está difícil isso, viu? Fazia um jirau aí, vinha um caminhão enchia e enchia e, às vezes, davam duas viagens e tudo cheio, mas hoje não... Aqui todo mundo faz farinha, o que tem de roça é mandioca. Eu mesmo tenho mandioca de dois anos lá e nem de meia eu estou achando quem queira fazer, porque não tem quem compre de quem faça. Hoje mesmo as pessoas fazem pra comer e tem pra quando aparece uma compra, sempre tem (Relato de morador, 52 anos).

Além do desmatamento de áreas nativas, a modernização conservadora traz outro reflexo que atinge Buraquinhos, a concentração de poder e economia. Segundo Alentejano (2012, p. 481), “a modernização produziu a ampliação da concentração da propriedade, da exploração da terra e da distribuição regressiva da renda, ou seja, ampliou a desigualdade no campo brasileiro”. Acerca da desigualdade marcante no município, uma das moradoras diz: “o rico ele não assunta o pobre, a conversa do pobre, pro rico, é zero. Então eles chegam e fazem o que fazem, aí, quando acabar, que o trem arruina, eles voltam pra terra deles e quem fica prejudicado é a gente” (Relato de moradora, 34 anos).

Alentejano (2012) apresenta que o resultado do processo de modernização é uma agricultura subordinada às grandes corporações agroindustriais e ao capital financeiro e que beneficia cada vez menos os povos tradicionais, além de não contribuir para a soberania alimentar dessas populações. No caso de Buraquinhos, a renda e, conseqüentemente, a economia local foi afetada por dois meios: o de produção e venda da farinha (produto central da comunidade) e o de extrativismo da favela. Para descrever as mudanças ocorrentes desde a produção à venda da farinha de mandioca, um dos moradores observa:

No tempo de pai pra produção da farinha, era puxando pra ralar a mandioca no braço, na roda que tem ali na casa de farinha. Sempre tinha alguém pra ajudar a puxar. Hoje está difícil de ver quem queira ajudar até no motor. A gente passava o dia roçando, trazia pra casa de farinha no iníciozinho da noite e começava a fazer a farinha. Às vezes a gente parava com o galo cantando. A mandioca, pra ficar boa pra farinha, desde o plantio é de um ano e meio, às vezes a roça é perto de casa, às vezes é um pouco mais distante. Sempre é maior que as outras roças. Olha, farinha aqui era comendo e vendendo, era bom demais (Relato de morador, 62 anos).

Antigamente as pessoas já vinham falando: “pode fazer tantos sacos de farinha que eu vou comprar”, sempre tinha encomenda. Hoje é só no contrato pra alguém fazer, porque não adianta fazer pra ir oferecendo porque ninguém compra. Hoje o pessoal de São Francisco está comprando, mas têm uns problemas, eles pagam pouco e ainda é fiado, também nunca sabe se vai comprar ou não. Eu vendia farinha de mandioca lá no mercado derradeiro da Chapada, mas agora tá muito ruim, que ninguém mais quer comprar. A Chapada de todos é o mais ruim pra comércio de farinha, toda vida assim... (Relato de morador, 64 anos).

O município de Chapada Gaúcha é um dos maiores produtores de capim de Minas Gerais e um dos principais produtores de milho, arroz e soja. Os agricultores da cidade usam muito da tecnologia e conseguem altos índices de produtividade, mas a riqueza de Chapada Gaúcha está concentrada na mão de poucos.

A distribuição desigual da riqueza gerada pela modernização conservadora está em destaque em uma das práticas mais expressivas de produção e centralidade de Buraquinhos: o preço pago a 50 kg de farinha de mandioca é de R\$ 180,00 (R\$ 3,60/kg). Trata-se da farinha de mandioca vinda de um lugar de acesso difícil e com um transporte inadequado. Um caminhão “pau de arara” faz o deslocamento do produto a cada 15 dias. É um município que gera riquezas, mas não distribui a riqueza, o que pode ser observado na desvalorização do produto tradicionalmente produzido pela comunidade, a farinha de mandioca, com alta qualidade e isenta de uso de insumos químicos.

Não foram identificadas iniciativas que alterassem a atual realidade no comércio da farinha de mandioca produzida pela comunidade Buraquinhos. No entanto, propõe-se a articulação e organização de feiras livres, buscando apoio municipal para mobilidade dos alimentos semanalmente para sede de Chapada Gaúcha; a comercialização para programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); criar estratégias de turismo local, também influenciados pelas belezas cênicas, para comercialização de seus produtos. Pode-se pensar nessa possibilidade inicialmente nas datas de festas e manifestações culturais e, posteriormente, estabelecer um restaurante de gastronomia quilombola na casa de farinha localizada no início da comunidade, pois já oferece uma estrutura e seria necessário um menor investimento. Ainda, sugere-se que os materiais para mesas e cadeiras sejam de produção local, como os disponíveis na moradas confeccionados com palhas, talos e “braços” do buriti.

3.3. Ser quilombola

As fronteiras são características pelas “faixas” que se mesclam e se interpenetram, pondo em contato conflitivo populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem (MARTINS, 1996). Para tanto, estratégias foram tomadas visando à proteção de seus territórios, uma delas em destaque: a autoidentificação como comunidade quilombola.

Na busca por estratégias de resistência mediante a fronteira agrícola que desterritorializou parte do território de Buraquinhos, faz-se necessário entender como se deu a

formação dessa comunidade, que, posteriormente, seria reconhecida como quilombola em um território que, até então, para eles, era um espaço ocupado pelos seus ancestrais e para onde subiram (ou de onde chegaram) para trabalhar:

A terra era de Zé de Pidú. Esse velho vendeu pra Mariano Chave, todos dois tocavam gado aqui e também tinha as plantações. O velho Mariano tinha duas fazendas, uma no ribeirão e outra aqui. Como ele tinha muito filho, quando ele morreu as coisas repartiram. Aqui parece que ficaram 3 ou eram 4 herdeiros, mas por fim foram vendendo e só ficaram dois. O primeiro vendeu e foi embora, o derradeiro, que ficou, vendeu pra gente e foi embora pra Arinos. Hoje não tem mais nada dessa família aqui.

Quando meus pais vieram, foi pra trabalhar foi na terra de Mariano. Só que a gente pagava uma renda pra ele, dependendo do que a gente colhia da roça; se não desse nada, a gente nem pagava nada. Tinha outras pessoas que vinham pra tocar os gados desses donos, uns vaqueiros, né? Antes de Mariano morrer, ele vendeu a metade da terra pros Tochas, assim que a gente chamava sempre e conhecia ele. Mas esse também vendeu a parte dele e foi embora pra Arinos. Olha, entenda... Aqui eram duas fazendas: a fazenda Inhuma, que era pra lá de João; e pra cá era a fazenda de Mariano, mas hoje é tudo comunidade de Buraquinhos. O povo foi chegando aqui assim. Um bocado já era da terra mesmo, da região aqui, só fomos subindo Rio Pardo pra cá buscando lugar pra morar e trabalhar.

Naquele tempo a gente não tinha terra, porque onde a gente trabalhava tinha dia que os donos queriam, né? A gente nunca tinha nada de direito de posse pra onde ia. A gente morava um ano, dois anos, nos lugares e, às vezes, tinham que sair bem rápido. A gente sempre trabalhava nas terras dos outros. Quando a gente veio pra aqui, daqui um tempo a gente já tinha direito de posse. Aí um dos herdeiros deu de ir embora pra Arinos e decidiu vender. Agora se fosse uma pessoa ruim, a gente já tinha era direito de posse aqui, nem precisava comprar terra não. Mas a gente quis fazer tudo certinho, eles também eram bons pra gente.

Hoje aqui é quase tudo de uma família só, ou duas, poucos que não são das famílias são os que entraram nas mesmas famílias. Somos uma família só então. Aqui quem não é compadre é primo ou irmão. Aqui na minha terra tem sepultura, pai está enterrado aqui. Tem a cruzinha dele lá. Aqui tem pai, a minha primeira mulher, um irmão e uma cunhada (Morador, 52 anos).

Após décadas de ocupação do território, cerca de quatro moradores passaram a possuir o título de suas áreas, mas a maioria continua tendo apenas uma declaração de posse emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Veio o agrimensor e mediu pelo órgão do governo. Depois que mediram saiu o título pra gente registrar no cartório de imóveis lá em Arinos. Aqui que eu conheço só uns 4 que tem. A minha terra aqui são 45 hectares, mas a maioria aqui só tem declaração de posse do Sindicato. Igual quando quer ter acesso a um PRONAF ou um desses programas do governo, vai no sindicato e pede essa declaração conforme o tamanho da sua terra. Aí tem que ter uma testemunha pra dizer se é aquele tamanho mesmo ou então provar de um outro jeito, mas a maioria das vezes é com testemunha mesmo (Relato de morador, 62 anos).

Para Fernandes (2008), o território pode ser compreendido de duas formas distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar, e utilizado como forma de ocultar os diversos territórios, garantindo a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados; e a do território compreendido pela diferencialidade, que pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. São as contradições produzidas pelas relações sociais que criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades (FERNANDES, 2008).

O confronto com a modernização conservadora desempenhou o papel de uma crise reveladora, tornando-se fator de dinamização no processo de reelaboração identitária e reivindicação de titulação territorial dos quilombolas de Buraquinhos. Para Dayrell (1998), o processo de reconhecimento de direitos dos atingidos pela monocultura tem dimensão identitária, territorial e legal, que se dá num contexto de injustiça ambiental e violação de direitos humanos, sociais e ambientais.

Segundo Nogueira (2009), ao longo da década de 2000, processos de resistência e de reação são verificados em diferentes localidades no Norte de Minas. Eles trazem à tona a falta de sustentabilidade ambiental e social do projeto monocultor na região e uma gama de reflexões sobre desenvolvimento, modelo de produção e direitos territoriais.

Diante disso, a preocupação pela titulação das terras fez com que alguns moradores procurassem a delimitação de suas áreas, mas poucos efetivamente conseguiram. Para um esforço coletivo, ainda que sejam povos de direitos, como destacado por Little (2002), a autoidentificação quilombola garantiria a proteção de seus territórios e traria benefícios à comunidade.

Nogueira (2009) afirma que:

Muitos dos processos de identificação ou autoidentificação das chamadas populações tradicionais no Brasil vêm sendo dinamizados em contextos de fronteiras em expansão, que trazem consigo situações de extrema adversidade e conflito, visto que representam redução, expulsão e/ou degradação dos territórios tradicionalmente ocupados por elas (NOGUEIRA, 2009, p. 210).

Segundo Santos (2012), a opção de reivindicação da titulação coletiva, em vez do parcelamento individual de propriedades, é parte da luta pelo território. A valorização de práticas e regimes fundiários baseados, em ampla medida, no uso comum, é resultado e condição das territorialidades construídas no seio das comunidades, vide ata da assembleia, onde se ressalta a ausência de qualquer modificação textual ou gramatical em comparação à

original, para trazer fidelidade ao documento acessado, via fornecimento da FCP. A Ata da Assembleia Geral da Associação Comunitária Santa Tereza de Buraquinhos, dos 05 dias do mês de dezembro de 2007 reuniu na Escola Municipal Santa Terezinha os membros da Associação Comunitária Santa Tereza para discutir sobre a seguinte ordem do dia: a discussão e aprovação de auto reconhecimento quilombola; e assuntos gerais.

O presidente explanou sobre a possibilidade de a comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombolas, disse ainda que a comunidade possui o perfil que se adapta ao programa do governo por se tratar de uma comunidade que tem manifestações culturais com fortes vínculos com o passado e além de tudo praticar a agricultura de subsistência, e a necessidade de ter suas terras reconhecidas pelos órgãos competentes.

A proposta foi aceita por todos com muito entusiasmo por se tratar de uma comunidade existente a mais de 60 anos com famílias compostas de afro descendentes. O autorreconhecimento é uma maneira da comunidade se mobilizar e se organizar rumo ao desenvolvimento (Ata da Assembleia Geral da Associação Comunitária Santa Tereza de Buraquinhos, 2007).

Diante dos aspectos representados na Ata, podem-se destacar os seguintes argumentos utilizados para a autodefinição da comunidade: os modos tradicionais de produção; as manifestações culturais relacionadas ao passado; além do reconhecimento de seus territórios, em um esforço coletivo para a proteção de suas áreas enquanto resistência. Relacionado a identidade com a perda territorial, Nogueira (2009, p. 84) afirma que:

As distintas territorialidades representam o reforço da identidade étnica ao se depararem com situações limites marcadas pela redução ou perda de território, inserção de novas práticas produtivas ou valores que ocasionam mudanças adequadas ou divergentes que levam à reelaboração de novas estratégias de permanência no território.

Segundo Santos (2012), o alargamento do intuito da luta quilombola, de uma luta pela titulação da terra para uma luta pelo território, se dá na sobreposição de múltiplas dimensões: lutar pelo território significa buscar manter práticas, saberes e formas de relação com a natureza e patrimônios culturais e históricos (memórias). Em Buraquinhos, a identidade passa a ser uma referência de proteção, no entanto, de forma ainda frágil, notado em alguns argumentos na narrativa de um dos moradores:

O quilombola tem uma ajuda do governo né?! Mas pra nós, até agora, nada. E esse projeto foi criado em 2005. Eu era o presidente da associação e criei esse projeto. Eu sou da descendência desse povo que trabalhou em cativo, meus avôs, que fugiu desses lugares. Aí a gente fez esse projeto, mas até agora não recebemos recurso nenhum não. Na minha época, da associação, me chamaram até Montes Claros e a gente esteve reunido lá com o pessoal da Fundação Cultural dos Palmares em um seminário de três dias. A comunidade já foi reconhecida no INCRA em Belo

Horizonte, parece que o que está faltando são os documentos das terras (Relato de morador, 65 anos).

É no seio dessa complexidade de formas de territorialização e inserção socioespacial das comunidades que são engendradas lutas, resistências e processos identitários. Os quilombos passam a representar “uma modalidade de representação de uma existência coletiva” (ALMEIDA, 2008, p. 18).

Para Santos (2012), os processos de reconfiguração identitária quilombola compreendem a reprodução das formas de existência, a transmissão de patrimônio cultural e a valorização da origem comum e dos laços sanguíneos, de maneira que o grupo reconstitui e mantém sua memória do passado para reelaborar sua existência étnica no presente. Dissociar tais dimensões da forma como é encaminhada a luta pela terra bloqueia a percepção do fato de que os quilombolas vivem experiências diferenciadas no capitalismo brasileiro, e têm, na valorização de suas matrizes de relações socioculturais, estratégias fundamentais de resistência e sobrevivência.

Martine (1991, p. 11) observa:

A necessidade de reexaminar o processo de modernização agrícola sob uma outra ótica - explicitando não somente as inter-relações econômicas entre modernidade, tamanho e eficiência, como suas dimensões políticas e suas implicações sociais (...) Também não se pode deixar de analisar as margens de manobra - se é que existem - dentro dessas tendências "irreversíveis", assim como as prováveis consequências de variantes alternativas.

No entanto, novos modelos de desenvolvimento e progresso devem ser pensados. A visão atual dissemina que a concentração de recursos e de poder por uma minoria da população é algo naturalizado, como se fosse a única forma possível de existência social. É fundamental a implantação de medidas de estímulo à criação e à execução de alternativas mais sustentáveis de uso das áreas de Cerrado, como prática do extrativismo; visando um desenvolvimento rural pautado em ações coletivas e de reconhecimento dos povos tradicionais do bioma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe o olhar para o povo tradicional de Buraquinhos, registrado em suas memórias e narrativas. Olhar que percorreu as experiências de vida daquele grupo no lugar onde vivem e suas experiências, traduzidas nos saberes e fazeres tradicionais. Nas narrativas estão presentes muitas histórias, sentimentos, conflitos, alegrias e esperanças. A intenção do trabalho foi identificar e compreender as mudanças assumidas nos modos tradicionais dos saberes do Cerrado, nas práticas tradicionais de produção e extrativismo, diante da presença da modernização conservadora que se instaurou na região e na comunidade Buraquinhos. Ressaltando-se que os impactos do modelo de desenvolvimento da Chapada Gaúcha no território quilombola de Buraquinhos ainda não haviam sido analisados em outros estudos.

Para atingir os objetivos propostos, este estudo percorreu os caminhos da história da região e da comunidade, para compreender como, no seu processo de ocupação, surgiram impactos para os povos tradicionais de Buraquinhos. Também foram (re)construídos saberes e fazeres e identificada neles a relação intensa daqueles moradores com o Cerrado Gerais.

Com as mudanças introduzidas com a modernização conservadora, moradores de Buraquinhos revelam, em suas narrativas, dicotomias criadas pelo modelo de ocupação territorial e modernização da agricultura; especialmente em sua postura hegemônica, de concentração de poderes e terras, desapropriação do território e impactos socioculturais e ambientais. O quadro síntese a seguir destaca as principais relações existentes entre as características da modernização conservadora e as ações correspondentes identificadas no município de Chapada Gaúcha e na comunidade Buraquinhos:

Quadro 6. Quadro síntese dos aspectos da modernização conservadora e mudanças em Chapada Gaúcha e Buraquinhos – MG

Modernização conservadora	Chapada Gaúcha – MG/Buraquinhos
Favorecimento de produtos agrícolas destinados à exportação (DELGADO, 2010)	Estabelecimento do município nos moldes do agronegócios com culturas, principalmente grãos, voltadas para exportação e com rede comercial com empresas como Bunge e Cargill.
Poluição e redução da disponibilidade dos corpos d'água (CARVALHO, 2007)	Contaminação do rio Pardo com insumos químicos de uso proibido;

	desaparecimento de brejos nas veredas de Buraquinhos.
Perda da biodiversidade (CARVALHO, 2007)	Desmatamento nas áreas dos gerais e diminuição de produtos vegetais nativos utilizados pela comunidade Buraquinhos.
Concentração fundiária e de renda (CARVALHO, 2007)	Redução do território tradicional a partir da grilagem de áreas nos gerais de uso da comunidade; disparidade econômica entre as populações de Chapada Gaúcha.
Mecanização das atividades agrícolas (VERONEZZI, 2014)	Expropriação do trabalhador rural e das práticas tradicionais de Buraquinhos
Exclusão social (GRAZIANO NETO, 1985)	Dificuldade no acesso à políticas públicas que fomentem o desenvolvimento socioeconômico da comunidade e inaccessibilidade a direitos constitucionais.
Degradação ambiental (GRAZIANO NETO, 1985)	Exposição e uso intensivo do solo; uso de insumo químicos; desmatamento de extensas áreas nos gerais.

Fonte: Elaboração da autora, 2016

A pesquisa revelou o caráter excludente da modernização conservadora e os conflitos e impactos gerados por ela, atingindo a comunidade Buraquinhos. Os conflitos atingiram saberes e fazeres tradicionais, interferindo diretamente nos valores dos moradores que ocupam tradicionalmente aquele território.

Essa relação conflituosa, vivida por moradores de Buraquinhos, com a expansão da fronteira agrícola, revelou também como a comunidade resiste em torno das contradições. A identidade e autoidentificação quilombola foram vistas como uma oportunidade para a proteção de seus territórios tradicionais, além de um meio de conquistar visibilidade e garantia de recursos financeiros e apoio dos programas que contemplam a categoria. Dentre tantos significados que são trazidos pelos moradores, revelou-se, a partir da Ata disponibilizada pela

FCP e narrativas, que o sentimento de identidade quilombola relaciona-se aos saberes e fazeres tradicionais da comunidade e às manifestações culturais, mas com visível fragilidade quanto aos conceitos e direitos desta categoria identitária.

Ao longo da pesquisa a relação de mudanças e impactos se destaca continuamente. Mas, diante dela, a comunidade Buraquinhos revelou a importância do conhecimento popular sobre o Cerrado, presente em suas narrativas e interpretado, aqui, na intenção de representar os seus ancestrais e seus modos de vida tradicionais. A opção foi trazer vozes que permitissem construir o histórico da comunidade e o seu modo de ser e viver, destacando as mudanças e os impactos que a modernização conservadora trouxe ao longo do pouco tempo na região.

Além da fragilidade que permeia o conhecimento tradicional, um dos elementos que sustenta a necessidade de rever posturas e modelos é a possibilidade de reinventar a tradição, apontada por moradores de Buraquinhos como garantia para que o modo tradicional de vida não se perca. Nesse sentido, pode-se destacar a continuidade do extrativismo da favela, ainda que em pouca quantidade, no território veredeiro, e a produção da farinha de mandioca, ainda que, atualmente tenha pouca representatividade econômica, mas que marca a centralidade no consumo e nas roças de Buraquinhos. No entanto, fragilidades existem nesse contexto, de modo que algumas coisas deixaram de ser consumidas devido à ocupação territorial característica da modernização conservadora.

A pesquisa demonstrou que a modernização conservadora no Cerrado Gerais da Chapada Gaúcha, precisamente em Buraquinhos, ocasionou diversas mudanças: nas práticas tradicionais/econômicas de se produzir e se alimentar; no meio ambiente, devido à contaminação do rio de uso da comunidade Buraquinhos, à degradação hídrica e à diminuição da sua disponibilidade; na paisagem e nas suas formas de uso, ao longo dos caminhos percorridos historicamente por essa população; no estabelecimento de estratégias, como resistência ao avanço da modernização sobre o território tradicional, com proteção legitimada pelo governo, através da autoidentificação quilombola, para acesso dos mesmos aos seus direitos - por mais que já os possuam e sejam povos de direitos; e na estratégia adotada para preservação do Cerrado na região do município de Chapada Gaúcha, com a criação de UCs, que também ocasionaram impactos aos povos tradicionais, não descaracterizando aqui a importância das mesmas para a conservação do bioma.

As narrativas dos moradores não deixam de acentuar que a experiência coletiva, que mantém viva a tradição do conhecimento popular no Cerrado, está cada vez mais frágil. É preciso salientar a responsabilidade governamental/municipal e da modernidade conservadora

em relação a essa fragilidade. Isso precisa ser seriamente refletido, principalmente, no que tange aos impactos socioculturais e ambientais, que afetam diretamente a saúde de moradores de Buraquinhos e de outros povos tradicionais. Neste trabalho, a memória não foi trazida para recuperar um “passado de atraso” ou para construir um discurso vitimizador sobre uma população tradicional ameaçada, mas para reconhecer as experiências históricas e culturais da comunidade diante dos conflitos socioambientais existentes e reconhecer as estratégias de resistência estabelecidas neste contexto.

Ficou evidente que, tendo em vista as consequências negativas em termos ambientais e sociais deste modelo produtivista, atualmente o modelo de ocupação e desenvolvimento econômico da agricultura permanece hegemônico e continua motivando a expansão da fronteira agrícola sobre as áreas cobertas pelo Cerrado.

Faz-se não apenas urgente, mas também indispensável, repensar as forma de progresso e modernidade. Ainda, a comunidade necessita do reconhecimento e delimitação da área de Buraquinhos por parte do INCRA e de ações diretas e tomadas de decisões no que cerne à contaminação do rio Pardo, visto que, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais já realizou análises e identificou insumos químicos de uso proibido no país, mas nenhuma ação municipal ou estadual foi realizada para impedir a continuidade da contaminação e nenhum esclarecimento foi prestado à comunidade a respeito do caso. É importante que se realize investigações dos efeitos ocasionados à Buraquinhos e que, possivelmente, prejudicam a saúde dessa comunidade diante das exposições recentes.

O presente estudo procurou contribuir com debates correntes acerca da necessidade de se valorizar, criar e fomentar formas de ocupação e exploração do Cerrado, que sejam ambiental, social e economicamente sustentáveis. Esforços que se fazem importantes, principalmente, frente ao atual estágio de degradação em que se encontra o bioma.

A primeira hipótese do estudo, de que as práticas produtivas e extrativistas tradicionais da comunidade Buraquinhos preservam e valorizam o ambiente e a diversidade do Cerrado, foi confirmada, principalmente, no que se refere à conservação das suas áreas e as formas de cuidado no uso do bioma. No entanto, suas atuações culturais e ambientais em prol da conservação do bioma não foram respeitadas pelas ações da modernização conservadora; visto que, não são reconhecidas como uma contribuição sociocultural de herança, já que parte do território tradicional de Buraquinhos deixou de existir, sem qualquer consideração das práticas tradicionais da comunidade nessa área.

A segunda hipótese, de que a difusão do padrão monocultural instituído pela modernização conservadora na região reduz a agrobiodiversidade do território quilombola, restringe o acesso aos recursos naturais, dissocia saberes e condiciona a comunidade de Buraquinhos à perda de fatores identitários, foi confirmada em parte. O padrão monocultural reduziu a agrobiodiversidade do território quilombola, pois a forma de ocupação territorial desse modelo desconsidera a vegetação do bioma Cerrado; de forma que, o acesso aos recursos naturais do Cerrado Gerais tornou-se restrito. No entanto, no caso de Buraquinhos, os fatores identitários da comunidade foram reforçados a partir da estratégia de autoidentificação quilombola; resistindo em suas ações tradicionais, ainda que, atualmente, impactadas e em menor escala, como a continuidade do extrativismo da favela e o cultivo da mandioca, aspectos geracionais importantes de seu histórico.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H., HERCULANO, S. E PÁDUA, J. A. (orgs.) **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.
- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento de seringueiros**. 2002. 826 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- ALENTEJANO, P. **Modernização da agricultura**. In CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 479-483.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade Amazonas. 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. de.; PEREIRA, D. D. de B. **As populações remanescentes de quilombos – direitos do passado ou garantia para o futuro?** Série Cadernos do CEJ, 24. Seminário Internacional – As minorias e o direito, 2008.
- ANDERSON, A. B.; POSEY, D. A. **Manejo de cerrado pelos índios Kayapó**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Botânica. Vol. 2(1), 1985, p. 77-98.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de pesquisa. São Paulo, v.45, p. 66-71, 2005.
- ARACRI, L. A. dos S.; AMARAL, G. M. de O.; LOURENÇO, T. C. M. **A expansão do cultivo de soja e as transformações do espaço agrário no cerrado mineiro**. Revista de Geografia – PPGEO – v. 2, no.1, 2011.
- ARAÚJO, M. A. C. **A SUDECO e seus gestores: o Estado como agente de produção na consolidação do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste**. 2009
- BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BANDEIRA, M. de L. **Terras negras: invisibilidade expropriada**. Textos e debates 1(2), p. 7 -24. Florianópolis: Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, 1991.
- BARBOSA, R. S.; SANTOS, F. D. **Unidades de Conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no norte de Minas**. UNIMONTES – Montes Claros, Minas Gerais, 2008.
- BATALHA, M. A. **O cerrado não é um bioma**. Biota Neotrop. 2011, 11 (1): 21-24.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I. magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BRANDÃO, C. R. **A comunidade tradicional**. In COSTA, J. B. de A.; OLIVEIRA, C. L. de (orgs). **Cerrados, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios, Montes Claros, Unimontes. P. 367 – 379, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. 62 p., Brasília, 2013.

BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B.; FARIAS, R. T. S.; BRITO, D. C; DIAS, G. A. C. **Conflitos socioambientais no século XXI**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, p. 51-58, 2011.

BRITO, I. C. B. de. **Ecologismo dos Gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado) – Centro de , Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 227 p., 2013

CARVALHO, I. S. H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas**. 2007. 165 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

COSTA FILHO, A. **Quilombos e Povos Tradicionais**. In: GESTA UFMG, 2010 Disponível em <http://www.conflitosambientaismg.Icc.ufmg.br> Acesso em 10 de Janeiro de 2015.

COUTINHO, L. M. **Contribuição ao conhecimento do papel ecológico das queimadas na floração de espécies do cerrado**. São Paulo: EDUSP, Tese (Livre Docência em Ecologia Vegetal), 1976. 173 p.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Universidade Internacional de Andalucia (Dissertação – Maestria em Agroecologia e Desarrollo Rural Sostenible). Setembro de 1998.

DELGADO, N.G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula**. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Brasil rural em debate*. Brasília: MDA, CONDRAF, 2010. p. 28-78.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo, 2001.

DINIZ, B. P. C. **O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia**. Universidade de São Paulo, Tese de doutorado ao Departamento de Geografia. São Paulo, 2006, 231 p.

DINIZ, J. D. A. S. **Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira: caso da castanha-do-Brasil.** Tese Doutorado (Centro de Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, 2008, p. 388.

DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. **Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Revisado por Cláudia Rubim. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 242 p.

DRUMMOND, J. A. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas.** Estudos, Sociedade e Agricultura, v.6, p. 115-137, 1996.

EITEN, G. **Formas fisionômicas do Cerrado.** Rev. Brasileira de Botânica. São Paulo, p. 139-148, 1972.

FAPESP. **Olhar amplo sobre a biodiversidade.** São Paulo, Litokromia, 2006. 40 p.

FARIA, M.E. Agricultura moderna, cerrado e meio ambiente. In DUARTE, L.M.; BRAGA, M. L. (Org). **Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade.** Brasília: Paralelo, 1998. p. 127-145.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente, 2008.

GIL, A. C. **Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para a coleta e análise de dados, como redigir o relatório.** São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, L. J. **Extrativismo e comercialização da fava-d'anta (*Dimorphandra sp.*):** Um estudo de caso na região de cerrado de Minas Gerais. 1998. Dissertação (Mestrado em Manejo Ambiental) - UFLA, Lavras-MG.

GONÇALVES, C. V. P. **Breve ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas.** In: DAYRELL, Carlos; A. LUZ. Cláudia (orgs.) Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros. Ed. Unimontes, 2000.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O novo rural brasileiro.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 7(1): 43-81, 1997.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

_____. **Questão agrária e ecologia.** 2ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROSA, J. G. **Correspondência com o Tradutor Italiano.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** GEOgraphia Vol. 4, nº 7, 2002.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, março, 2005, p. 6774-6792.

HOMMA, A. K. O. **A extração dos recursos naturais renováveis: o caso do extrativismo vegetal na Amazônica.** Doutorado em Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, 575p., 1989.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** Universidade Federal de Goiás – Instituto de estudos sócio ambientais. (Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia). 247 p. 2010, Goiânia –GO.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Biomas e de Vegetação. RESENDE, M. L. F.; GUIMARÃES, L. L. (orgs). **Inventários de biodiversidade do Bioma Cerrado: Biogeografia de Plantas.** Rio de Janeiro, 2007.

ISPPIR. **Guia de Políticas públicas para comunidades quilombolas.** Programa Brasil Quilombola, 2013. Secretaria de Políticas para Comunidade Tradicionais.

JESUS, L. C. F. de. **A ocupação dos Cerrados – O Polocentro e seus impactos em Minas Gerais.** Monografia (graduação). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, SP, 85 f., 1988.

LEROY, Jean-Pierre. A dívida ecológica brasileira: quem deve a quem? *In: Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático.* No. 6. Rio de Janeiro: FASE, 2003, P. 49-68.

LESCURE, J. P. **Algumas questões a respeito do extrativismo.** *In* EMPERAIRE, L. A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central. São Paulo: UNESP, p. 191-204, 2000.

LIMA, J. E. F. W.; SILVA, E. M. **Estimativa da produção hídrica superficial do Cerrado brasileiro.** *In:* SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C.; FELFILI, J. M. (Orgs). Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p. 63-72.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropóloga, Brasília, 2002.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Técnica de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração e análise de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAROTTI, P. S.; SANTOS, J. E. **Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma Unidade de Conservação.** *In:* SANTOS, J.E. dos, SATO, M. (Orgs.) A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. São Carlos: RIMA. 2001. p. 197-224.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, nº. 23, São Paulo, 1991.

MARTÍNEZ ALIER, J. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, São Paulo: Cortez, 1999.

MARTÍNEZ ALIER, J. **El ecologismo de los pobres**. 4ª ed., ampliada. Conflictos ambientales y valoración. Lima: Espiritrompa Ediciones, 416 p., 2010.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARTINS, G. I.; JÚNIOR, J. C. **As mudanças nas dinâmicas territoriais no Norte de Minas Gerais: o uso do território versus o território usado**. V Encontro de Grupos de Pesquisa – “Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais – 2009.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011, 298 p.

MATOS, P. O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura de Luiz Queiroz, Piracicaba, 2002, 184p.

MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. Ordenamento territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. In **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, Curitiba: Editora UFPR, 2009, pp. 89-109.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MELO, S. W. C. **Extrativismo vegetal como estratégia desenvolvimento rural no cerrado**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2013.

MENDONÇA, M. R. **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. 2004. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/789/812> Acesso em 6 de fevereiro de 2015.

MENEZES, A. J. E. **A importância da produção invisível para a agricultura familiar na Amazônia**: o caso dos projetos de assentamento agroextrativistas Praia Alta e Piranheira, município de Nova Ipixuna, Pará. *Novos Cadernos NAEA*. Belém, v. 4, n. 2., NAEA – UFPA, 2001.

Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável. Proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado, instituído pela Portaria MMA n.º 361 de 12 de setembro de 2003. Brasília-DF, 49 p., 2004.

_____. **Mapeamento de cobertura vegetal do bioma Cerrado**. Edital Probio 02/2014. Relatório final, Brasília, jun., 2007.

MOREIRA, A. M.; ARAÚJO, J. R. **Reflexões acerca dos impactos gerados pela monocultura de eucalipto na comunidade quilombola Indaiá.** 2014

MUELLER, C. C.; MARTINE, G. **Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil.** In: Revista Brasileira de Economia Política. São Paulo, Editora 34, 1997.

NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. A. **Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA).** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 65-82, UFPR: 2010.

NOGUEIRA, M. C. R. **Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no cerrado.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** 2009. 233 f. Tese (doutorado em antropologia)- ICS/DAN, UNB/ Brasília, 2009

OLIVEIRA, O. M. **Quilombo do Laudêncio, município de São Mateus (ES).** In: O'DWYER, E. C. (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, 296 p. Coedição – Associação Brasileira de Antropologia.

OLIVEIRA, T. H. **Parque Nacional Grande Sertão Veredas: o papel da população tradicional na conservação e nas decisões políticas sobre os rumos de seus territórios naturais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais), Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília. 2013, 33 p.

PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: Ministério do Interior; SUVALE, 1972.

PIRES, M. O. **Programas agrícolas na ocupação do Cerrado.** Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil.** Revista Econômica do Nordeste, v. 40, nº 03, 2009.

POZO, O. V. C. **Regime de propriedade e Recursos Naturais: A tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas.** Rio de Janeiro. ICHS - PDA/UFRRJ, tese de doutorado, 2002.

RIBEIRO, A. Q.; LEITE, J. P.; DANTAS-BARROS, A. M. **Perfil de utilização de fitoterápicos em farmácias comunitárias de Belo Horizonte sob a influência da legislação nacional.** Revista Brasileira de Farmacognosia, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 65-70, 2005.

RIBEIRO, R. F. **O eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado.** In: ALIMONDA, H. (Org.). Ecología Política. Naturaleza, Sociedad y Utopia. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 249-275.

_____. **Florestas anãs do sertão – O Cerrado na história de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Cerrado, o coração do Brasil.** In Farmacopéia do Cerrado. Articulação Pacari – Plantas medicinais do Cerrado. 1ª edição, Goiás, 2010, p. 26-31.

ROSA, M. V. de F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 112, 2008.

SALIM, C. A. **As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário de áreas de Cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas.** Cad. Dif. Tecnol.; Brasília, 3(2): 297-342, maio/ago. 1986.

SALGADO, C. L. **A prática educativa e o Desenvolvimento Territorial: um estudo de caso no município de Chapada Gaúcha, MG.** 2010. 133p. Dissertação de mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTOS, E. A. M. **Obtenção de rutina de dimophandra sp: do processamento dos frutos à obtenção de extrato enriquecido.** 2006. 78 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Materiais) – Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Rede Temática em Engenharia de Materiais, Ouro Preto-MG.

SANTOS, R. E. dos. **Quilombos.** In CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 652-658.

SARAIVA, R. C. F. Sertão, cerrado e identidades. In: **Oralidade e Outras Linguagens**, Ano IV, n. 15, Brasília: CEAM/UnB, dezembro de 2004.

_____. **Tradição e Sustentabilidade:** um estudo dos saberes tradicionais do Cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge – GO. Tese em Desenvolvimento Sustentável, Política e Gestão Ambiental – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006, 234 f.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro.** Texto para Discussão, n. 30. Brasília: Embrapa Informação e Tecnológica, 2008.

_____. **Terra e modernidade:** a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVOY, V. L. T. **Classificação dos agrotóxicos.** Biológico, São Paulo, v. 73, n.1, p.91-92, 2011.

SAWYER, D.; SCARDUA, F.; PINHEIRO, L. **Extrativismo vegetal no Cerrado: análise dados de produção, 1980-1993.** Brasília: ISPN/CMBBC. Pp., 1999.

SAWYER, D. **População, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Cerrado.** Brasília: Instituto Sociedade População e Natureza, 2000.

SAWYER, D.; LOBO, A. **O papel da sociedade no estabelecimento de políticas públicas paras as savanas.** In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. (Coords.) *Savanas: desafios e*

estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 1153-1181.

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. **Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações do governo e dinâmica do capital**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set/dez. 2010, p. 202-222.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, C. E. M. **Do Desenvolvimento Forasteiro ao Desenvolvimento dos Povos-Ecosistemas: A Perspectiva das Reservas Extrativistas no Cerrado Brasileiro**. In: SAUER, S. BALESTRO, M.V. (Coords.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 205-234.

SILVA, L. L. **O papel do estado no processo de ocupação das áreas do cerrado entre as décadas de 60 e 80**. Caminhos de Geografia 1(2), p. 24-36, dez. 2000.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, C. **O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: a “naturalização” do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), vol. 20, no. 59, p. 52-55, 2005.

THEODORO, S. H.; LEONARDOS, O. H.; DUARTE, L. M. G. **Cerrado: o celeiro saqueado**. In: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (orgs). *Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002, p. 145-176.

VERONEZZI, F. **Expansão do capital no espaço rural brasileiro: uma revisão de clássico da literatura que abordam a questão agrária no período militar (1964-1985)**. VI Seminário Estadual de Estudo Territoriais, II Jornada de Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZATZ, I. G. **Pesquisa-levantamento de fatores culturais: Serra das Araras – vivendo festas**. Brasília, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada a comunidade Buraquinhos

ROTEIRO SOCIOECONÔMICO/CUTURAL/AMBIENTAL COMUNIDADE QUILOMBOLA BURAQUINHOS

Prezado (a) Senhor (a),

O objetivo deste questionário é obter dados socioeconômicos e culturais da sua família e comunidade para o conhecimento da realidade e cotidiano em que vivem. A pesquisa é parte da minha dissertação para conclusão do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina. Algumas orientações:

- Fique à vontade para responder o que for questionado, sendo o mais verdadeiro possível.
- A participação na pesquisa é voluntária, sendo considerada muito importante.

1) PERFIL DA POPULAÇÃO

- Representante familiar:
- Número de pessoas na família:
- Faixa etária:

0 – 5 anos 6 – 10 anos 11 – 15 anos 16 – 20 anos
 21 – 25 anos 26 – 30 anos Acima de 30 anos

- Escolaridade:

Não frequentou a escola Fundamental incompleto Fundamental
 Médio incompleto Médio Cur. Superior
 Superior

- Ocupação profissional:

Venda de artesanato (1)
 Venda de produtos da roça (2)
 Aposentadoria (3) Diarista (5)
 Agricultor (4) Outros (6)

Renda familiar mensal

- < 1 salário mínimo () salário mínimo ()
 > 1 salário mínimo ()

2) INFRAESTRUTURA EXISTENTE NA COMUNIDADE

- Qual é a fonte de energia? (elétrica, óleo, outra)
 Elétrica Lâmparina (querosene) Outra:
- Como é o abastecimento de água da propriedade?
 Bomba d'água Outra:
 Captação no Rio

Tratamento da água para consumo

- Não tratada Outra:
 Filtro de cerâmica

- Saneamento básico

Destino dado aos dejetos humanos

- Jogados a céu aberto
 Fossa séptica

Destino dado ao lixo

- Jogado a céu aberto
 Outro:

- Quais são os serviços de saúde oferecidos?
- Comunicação: Tel. Particular Tel. Público Acesso à internet
- Propriedade e tipo de construção
 Palha (paredes e cobertura) Piso barro
 Adobe, reboco e coberta com palha Piso cimento
 Tijolo s/ reboco (coberta c/ telha) Tijolo c/ reboco, coberta c/ telhas

3) ATIVIDADES PRODUTIVAS

- A família cultiva produtos? Se sim, qual a área que é utilizada?
-
-

- Quais são os produtos cultivados?

<input type="checkbox"/> Feijão	<input type="checkbox"/> Arroz	<input type="checkbox"/> Outros:
<input type="checkbox"/> Mandioca	<input type="checkbox"/> Banana	
<input type="checkbox"/> Milho	<input type="checkbox"/> Abóbora	

- Quais os produtos que são comercializados?

- Comércio de produtos agrícolas

<input type="checkbox"/> Com associação	<input type="checkbox"/> Direto ao consumidor	<input type="checkbox"/> Cooperativa
<input type="checkbox"/> Com atravessador	<input type="checkbox"/> Comerciante de Chap. G.	<input type="checkbox"/> Outros destinos
<input type="checkbox"/> Na comunidade	<input type="checkbox"/> Feira livre	

4) A VIDA EM COMUNIDADE

- Quais são as organizações políticas da comunidade? A família ou representante familiar atua em alguma dessas?

<input type="checkbox"/>	Associação de moradores
<input type="checkbox"/>	Cooperativa
<input type="checkbox"/>	Sindicato de trabalhadores rurais

- Existem áreas de uso comunitário? Se sim, qual a importância você que elas têm e com quais fins existem?
- Como se dá o lazer na comunidade e como é praticado pela sua família?
- Quais são as manifestações culturais e religiosas da comunidade? A sua família participa em quais momentos?
- Como é o artesanato tradicional? Quais são os produtos finais?
- Qual é a sua religião?

5) AS FORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS

- Qual é a situação fundiária do território? (Terras devolutas, particulares, unidade de conservação).
- Como é/foi a distribuição das terras para a construção de cada propriedade?
- Há conflito com terceiros em relação ao território?

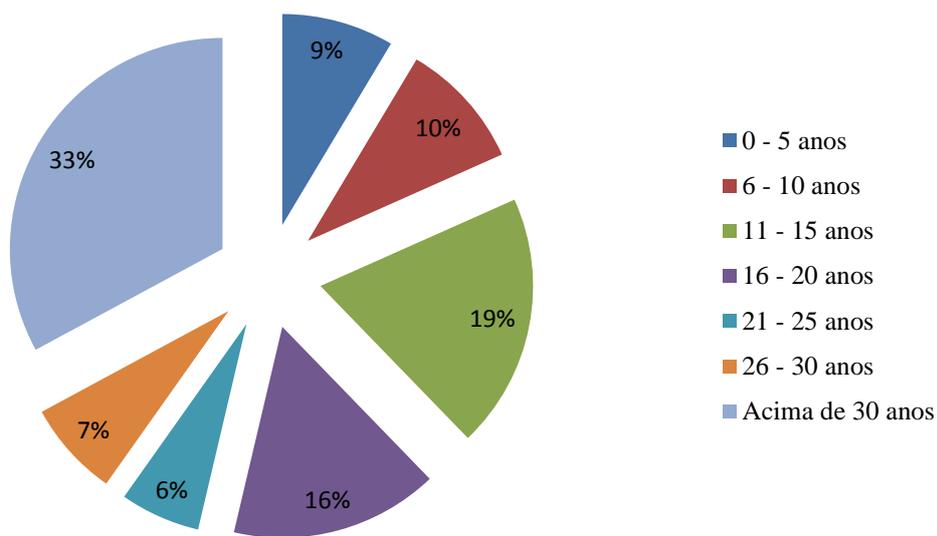
- Qual a área que é ocupada pela comunidade? E a área de Cerrado “original”? (**A partir da observação direta**)
- Quais são as características da vegetação local? (**A partir da observação direta**)
- Quais são as características do solo? (**A partir da observação direta**)

6) MODO DE VIDA TRADICIONAL

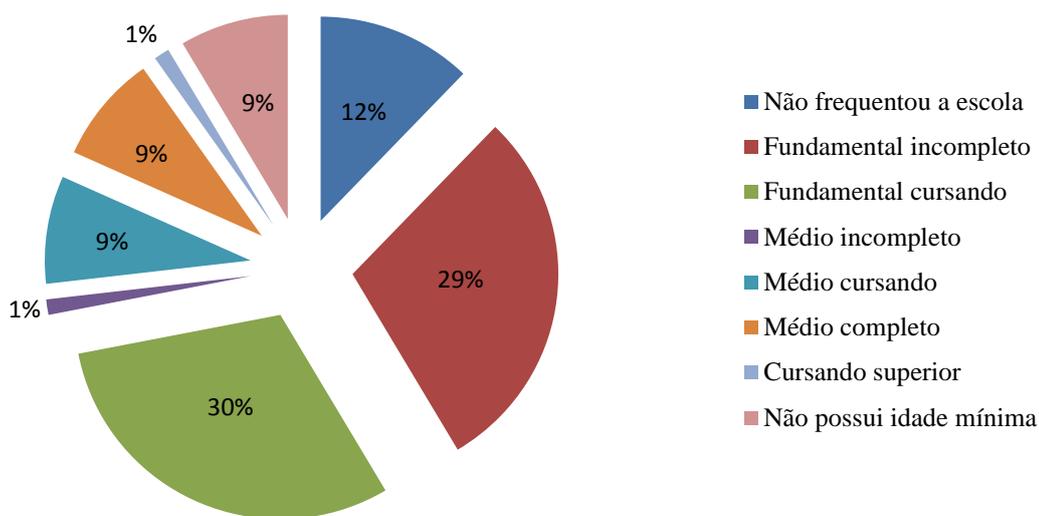
- Quais as culturas eram produzidas no território pelos seus ancestrais? E de que forma?
- Os recursos naturais e da “roça” tinham qual destino? (Venda, troca, subsistência, outros)
- Quais eram as principais formas de manejo do Cerrado? E dos recursos dos quintais?

APÊNDICE B. Gráficos referentes à faixa etária, escolaridade, renda familiar e tipos de construção em Buraquinhos

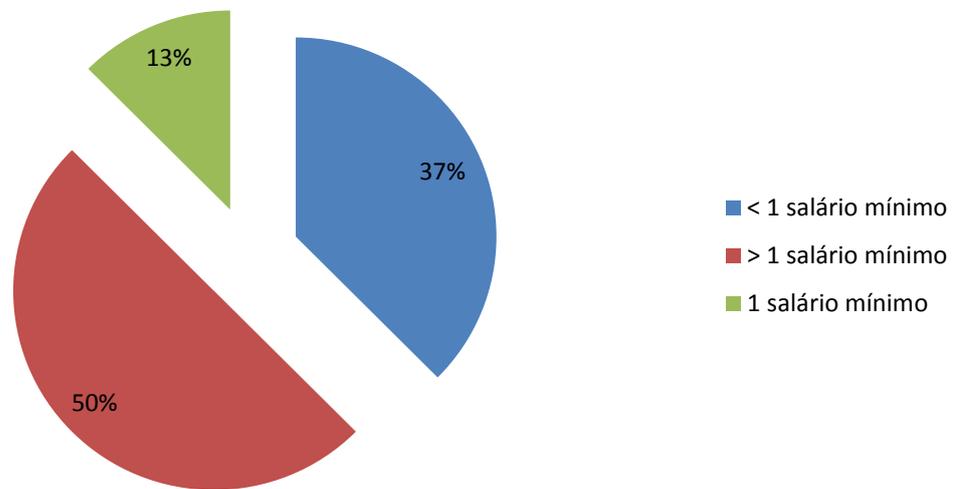
Faixa etária de Buraquinhos



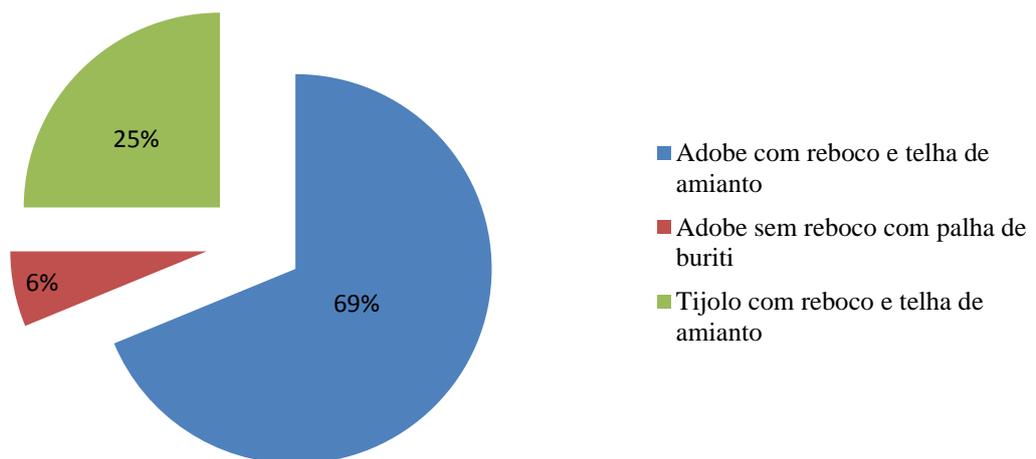
Escolaridade



Renda familiar



Tipos de construção das moradias de Buraquinhos



IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Ocupação profissional:

Há quantos anos vive na comunidade?

SOCIAL

Como se deu a formação da comunidade Buraquinhos?

Quais foram os primeiros moradores?

O que os atraíram para o território?

SOCIOPOLÍTICA

Quais são as formas de resistir aos problemas que existem? (Como a restrição no uso da palha do buriti, a contaminação do Rio Pardo, a dificuldade de acesso à comunidade, o desmatamento em áreas próximas à comunidade e outros problemas relacionados a modernização das áreas subjacentes a Buraquinhos). Há discussões coletivas que estabelecem estratégias de resistência?

ECONÔMICA

Quais eram os pontos de comércio das produções de Buraquinhos desde os primeiros moradores?

Quais os produtos eram comercializados?

Quais os meios de transporte utilizados?

Quais formas de venda eram frequentemente estabelecidas?

De que forma os produtos eram conservados e condicionados anterior à energia?

Descreva a rotina desde o cultivo à venda de produtos de Buraquinhos (formas de cultivos, organização das roças, conservação dos alimentos, meios de transporte, locais de venda, moeda comercial ou troca por quais produtos).

CULTURAL

Extrativismo: comércio da favela. Desde quando essa prática é presente na comunidade? Como era a rotina dessa extração e, principalmente, em quais áreas? Qual a frequência dessa extração? Como se iniciou o comércio desta espécie e quais eram os pontos? Quais são os custos econômicos (para extração e venda)? Houve alguma mudança ao longo do histórico desta prática (quantidade, condições de transporte, valores)? Se sim, quais os motivos você acha que influenciaram estas mudanças? Descreva as etapas dessa prática (ferramentas, extração, transporte, condicionamento, limpeza e venda).

Produção da farinha de mandioca. A produção nas áreas de Buraquinhos data de quando? Como se dá o cultivo dessa cultura? Em quais áreas? Qual a frequência de produção? A produção atual se diferencia de alguma forma da anterior (primeiras gerações)? Qual o uso principal, comércio ou subsistência? Descreva as etapas dessa produção (plantação, cultivo, manejo, colheita, processamento, transporte e venda).

Explorar as formas de uso do território e práticas anteriores à energia e módulos sanitários. Descreva quais eram os locais de banhos, necessidades fisiológicas, como os alimentos eram condicionados, etc. Afinal, quais práticas e usos foram modificados com a chegada destas mudanças? Você as considera como melhorias?

AMBIENTAL

Quais são as influências das Unidades de Conservação do município? Elas trazem alguma restrição ou benefício para a comunidade?

Quais são os usos do Rio Pardo? Como se dá essa relação de conservação? Como era e é considerado este recurso natural enquanto importância no histórico da comunidade?

Quais os conflitos ambientais que você identifica que se relacionam com o território?

Descreva as práticas e a rotina na área de Cerrado que hoje é área de monocultivo. De que forma era o uso deste Cerrado? O que deixou de existir enquanto prática devido a ausência desta área? O que deixou de ser extraído por não existir no território utilizado atualmente pela comunidade?

APÊNDICE D. Degravação morador 64 anos (01h 09min)

IDENTIFICAÇÃO

Idade: 64 anos e com cerca de 19 hectares em título registrado pela RURALMINAS e reconhecido em Cartório de Imóveis em Arinos – MG.

Naturalidade: Eu nasci aqui no Rio Pardo, aqui embaixo. Bem aqui perto, na época era São José e hoje é comunidade de Barro Vermelho, lá já é Chapada.

Ocupação profissional: Eu sou aposentado, mas não quieto não e ficar parado é ruim. Eu já acostumei! Eu naquele tempo que era pra estudar, eu não sei estudei. O estudo meu foi a roça, a valência mesmo, pai que ensinou eu a trabalhar. Quando nós mudamos daqui eu estava com 14, 15 anos.

Há quantos anos vive na comunidade? Tem 49 anos que moro aqui, vim com pai e mãe, eles morreram aqui.

SOCIAL

Como se deu a formação da comunidade Buraquinhos?

Quais foram os primeiros moradores?

O que os atraíram para o território?

Naquele tempo não tinha terra, tinha dia que os donos queriam né? Porque não tinha nada de direito de posse. A gente morava um ano, dois anos nos lugares e as vezes tinham que sair bem rápido. A gente sempre trabalhava nas terras dos outros. Quando a gente veio pra aqui, daqui um tempo a gente já tinha direito de posse. Aí um dos herdeiros deu de ir embora pra Arinos e decidiu vender. Agora se fosse uma pessoa ruim, a gente já tinha era direito de posse aqui, nem precisava comprar terra não. Mas a gente quis fazer tudo certinho, eles também eram bons pra gente.

A terra era de Zé de Pidú, esse velho vendeu pra Mariano Chave. O velho Mariano tinha duas fazendas, uma no ribeirão e outra aqui. Como ele tinha muito filho, quando ele morreu as coisas repartiram. Aqui parece que ficaram 3 ou eram 4 herdeiros, mas por fim foram vendendo e só ficaram dois. O primeiro vendeu e foi embora, o derradeiro que ficou vendeu pra gente e foi embora pra Arinos. Hoje não tem mais nada dessa família aqui. Quando meus pais vieram foi pra trabalhar na terra de Mariano, mas era pra gente. Só que a gente pagava uma renda pra ele

dependendo do que a gente colhia da roça, se não desse nada a gente nem pagava nada. Antes de Mariano morrer, ele vendeu a metade da terra pros Tochas, assim que a gente chamava sempre e conhecemos ele. Mas ele também vendeu a parte dele e foi embora pra Arinos. Aqui de Mariano era até onde hoje é João Grilo. A outra parte pra lá já era outra fazenda. Entenda, aqui eram duas fazendas: a fazenda Inhuma que era pra lá de João e pra cá a fazenda de Mariano, mas hoje é tudo comunidade de Buraquinhos. O povo foi chegando aqui assim, um bocado já era da terra mesmo, da região aqui, só fomos subindo Rio Pardo pra cá buscando lugar pra morar e trabalhar.

Aqui é quase tudo de uma família só, ou duas, poucos que não são das famílias são o que entraram nas mesmas famílias. Somos uma família só então. Aqui quem não é compadre é primo ou irmão.

SOCIOPOLÍTICA

Quais são as formas de resistir aos problemas que existem? (Como a restrição no uso da palha do buriti, a contaminação do Rio Pardo, a dificuldade de acesso à comunidade, o desmatamento em áreas próximas à comunidade e outros problemas relacionados a modernização das áreas subjacentes a Buraquinhos). Há discussões coletivas que estabelecem estratégias de resistência?

Telha atura maias, palha no máximo em 4 anos tem que estar trocando. Eu arrependi e não arrependi, essa telhinha esquenta demais. Olha, no correr do dia ninguém aguenta, pra isso tem que ficar debaixo das árvores mesmo. Mas entenda, as palhas ficaram perigosas porque veio a luz, aí é ruim com medo de fogo.

ECONÔMICA

Quais eram os pontos de comércio das produções de Buraquinhos desde os primeiros moradores?

Quais os produtos eram comercializados?

Quais os meios de transporte utilizados?

Quais formas de venda eram frequentemente estabelecidas?

De que forma os produtos eram conservados e condicionados anterior à energia?

Ô menina, era longe viu... Quando nós mudamos pra aqui mesmo era o comércio em São Joaquim, nós vendíamos a farinha, que foi que sempre foi forte dessa terra, pra quem tinha carro de boi, que de primeira eram 6 ou 8 bois, e pagava o frete. Assim, eles vendiam pra gente e vinha com o dinheiro, a gente pegava o animal e ia lá comprar alguma coisa. Mas quantas vezes a gente não foi a pé viu, quando as coisas estavam poucas, a gente botava uma farinha no animal e ia do lado, lá eram dois dias. Um dia pra ir e outro pra vir, saia cedinho daqui e chegava à noite, assim também voltava. A gente levava muita farinha e o toucinho do porco. Aí chegava lá era tudo a troco de outras coisas, porque naquele tempo não tinha de tudo. A gente preferia pegar rapadura, que é a nossa açúcar de hoje, o sal, o café e o tecido, porque menina, naquele tempo não tinha roupa feita não, a gente fazia as nossas era aqui na roça.

Aí depois de São Joaquim, apareceram uns mercadinhos em Serra das Araras. Esse era mais perto, já dava pra ir e voltar no mesmo dia. Mas imagina que era a mesma peleja, aí lá quando levava farinha e feijão catador, já dava pra gente levar a carne do porco porque eles já compravam as bandas. A gente matava o porco, arriava dois cavalos e botava as bandas e ia, chegava lá tudo pingando gordura. Pensa que era o mesmo jeito de levar, mas aí já dava pra vender outras coisas que não estragavam porque era mais perto. Daqui um pouco depois disso, chegou a Chapada.

Agora com a Chapada melhorou demais, a gente já vai em umas horas e volta. Agora uma coisa não mudou, toda vida a gente levava e hoje ainda leva farinha. As coisas que a gente deixou de ter foram por conta do tempo, “modo a chuva”, a gente podia plantar na terra seca que sabia que vinha a chuva. Era difícil a gente perder uma roça de arroz, nessa areia mesmo a gente conseguia. Mas aí foi minguando tudo, hoje nem muito milho a gente está colhendo. Sabe que tem vez que tenho que comprar milho pras minhas galinhas. Hoje, a mandioca aqui que aguenta, que essa dá em tudo que é lugar mesmo. Olha, esse ano eu plantei digo pra você que 20 kg de milho, não deu nada disso. Esse tempo mudou, uns falam que a chuva minguou por conta do desmate, mas sobre isso aí eu não sei mesmo não. Desde que eu me entendo por gente que chovia muito aqui, esse terreno ficava todo verde. Mas a água diminuiu demais, até a água do Rio minguou com tudo isso. Tem comunidade aqui perto que tinha água alta, hoje estão tendo que abrir poço artesiano, teve um caso que o poço secou e agora só com caminhão pipa. E essas coisas todas eu conheci, eu fui criado aqui, e olha... A água minguou demais, diferenciou muito. Agora o Rio Pardo, eu acho que aquela lavoura lá de cima prejudicou muito nossa cabeceira.

Jogaram muita areia na cabeceira, depois que abriram umas barragens pra não descer mais areia, mas aí já tinha mudado muito. Agora o veneno eu não sei viu, porque eles plantam até na beira lá.

CULTURAL

Extrativismo: comércio da favela. Desde quando essa prática é presente na comunidade? Como era a rotina dessa extração e, principalmente, em quais áreas? Qual a frequência dessa extração? Como se iniciou o comércio desta espécie e quais eram os pontos? Quais são os custos econômicos (para extração e venda)? Houve alguma mudança ao longo do histórico desta prática (quantidade, condições de transporte, valores)? Se sim, quais os motivos você acha que influenciaram estas mudanças? Descreva as etapas dessa prática (ferramentas, extração, transporte, condicionamento, limpeza e venda).

Produção da farinha de mandioca. A produção nas áreas de Buraquinhos data de quando? Como se dá o cultivo dessa cultura? Em quais áreas? Qual a frequência de produção? A produção atual se diferencia de alguma forma da anterior (primeiras gerações)? Qual o uso principal, comércio ou subsistência? Descreva as etapas dessa produção (plantação, cultivo, manejo, colheita, processamento, transporte e venda).

Explorar as formas de uso do território e práticas anteriores à energia e módulos sanitários. Descreva quais eram os locais de banhos, necessidades fisiológicas, como os alimentos eram condicionados, etc. Afinal, quais práticas e usos foram modificados com a chegada destas mudanças? Você as considera como melhorias?

A colheita da favela tem muitos anos, desde o tempo de pai, moça. A gente apanhava e vendia pra Valdemar. E hoje a gente está vendendo pros Otila ali da Serra, mas minguou muito. A gente apanhava favela lá em cima, mas desmatou foi tudo. Tem um tempo que vai brotando de novo, mas nem cresce não que eles vão lá e derrubam. Antigamente eles não gostavam de favela muita madura não, hoje não tem mais isso. Começa em fevereiro, de fevereiro pra março. A gente apanha ela ainda molinha e bota pra secar, aí ela fica assim como um papel e acaba que pra um kg tem que apanhar bastante. Agora tem uma coisa, pagam baratinho demais, valia a pena quando gente tinha muito. Hoje mesmo eu não mexo mais, paga pouco demais. Olha, pagam 0,70 centavos no kg da favela, até que não demora não pra juntar porque hoje já aceitam

madura. Mas de primeira dava porque era favela demais, a gente apanhava lá fora e lá mesmo levava pra ele. Tinha isso, era muito e já pegavam lá, isso facilitava demais pra gente. Agora é assim, a gente apanha aqui e leva ali pra cima da Serra, aí o pessoal vem buscar lá em cima. Antigamente um pé dava a um saco ou dois de favela, isso é 50 a 60 kg mais ou menos. “Aqueles pezão” de favela... Todo galho era carregado, mas foram lá com motosserra e derrubaram tudo.

A produção de farinha quando eu nasci eu já achei, olha que tem tempo isso viu. Antigamente ia com um carro de boi pra São Joaquim só de farinha e todo mundo queria farinha, hoje está difícil isso viu. Fazia um jirau aí, vinha um caminhão enchia e enchia e às vezes davam duas viagens e tudo cheio, mas hoje não... Aqui todo mundo faz farinha, o que tem de roça é mandioca. Eu mesmo tenho mandioca de 2 anos lá e nem de meia eu estou achando quem queira fazer, porque não tem quem compre de quem faça. Hoje mesmo as pessoas fazem pra comer e tem pra quando aparece uma compra, sempre tem. Naquele tempo na produção era puxando pra ralar a mandioca no braço, na roda que tem ali na casa de farinha. Sempre tinha alguém pra ajudar a puxar, hoje está difícil de ver quem queira ajudar até no motor. A gente passava o dia roçando, trazia pra casa de farinha no iníciozinho da noite e começava a fazer a farinha, às vezes a gente parava com o galo cantando. A mandioca pra ficar boa pra farinha desde o plantio é de um ano e meio, às vezes a roça é perto de casa, às vezes é um pouco mais distante, sempre é maior que as outras roças. Olha, farinha aqui era comendo e vendendo, era bom demais. Antigamente as pessoas já vinham falando: “pode fazer tantos sacos de farinha que eu vou comprar”, sempre tinha encomenda. Hoje é só no contrato pra alguém fazer, porque não adianta fazer pra ir oferecendo porque ninguém vende. Hoje o pessoal de São Francisco está comprando, mas têm uns problemas, eles pagam pouco e ainda é fiado, também nunca sabe se vai comprar ou não.

De primeira, a gente iluminava com querosene, depois foi com óleo diesel. A gente fazia os candieiros e botava o óleo, isso iluminava a casa toda. E hoje deixa a luz faltar pra você ver, a gente coloca uma velhinha e olha o tanto que a gente acha ruim. Eu não acreditava que ia chegar luz aqui não, sempre era uma promessa de que: “vai vir energia... agora não vai ter como vir mais. Sempre assim”. Até um momento que disseram “vamos fazer a picada, vocês vão ter que ajudar mostrando onde que vai passar a rede”. Logo eu pensei: “ô meu Deus do céu, com essa gente aqui a gente vai ter que matar frango, como que dá pra eles só feijão com arroz?!”. Aí fizemos a picada, logo eu pensei “é já que nós temos energia na casa, vai ser bom demais”.

Depois disso, passou um ano e nada, até que passaram 4 anos e aí eles disseram “nesses dias vão vir fazer a faixa de rede da energia”. Eu pensei “agora a luz vem mesmo”. Então, pediram pra gente ir ajudar a turma que vinha trabalhar, receber lá na cascalheira pra ir mostrar a picada que a gente tinha feito há 4 anos atrás. Mas aí cadê a picada? Já tinha quase que acabado. Só a gente mesmo que sabia onde estava, e olha que eles estavam com os papéis todinhos. Aí fomos lá recebê-los, saímos daqui cedinho com as foices na mão e subimos essa ladeira. Logo o caminhão da CEMIG chegou, aí eles disseram pra gente ir cedo no outro dia, porque naquele dia não dava jeito não. Isso foi no dia 1º de Junho. Tornemos ir no outro dia, todo mundo alegre né?! Foi um tanto de homem, bem uns 10. Chegamos lá e eles já estavam tirando no lugar errado, aí a gente deu atenção pra onde era o lugar certo e assim fomos trabalhando juntos. Aí prometeram que na outra semana iam os postes, foi aí que a gente acreditou que vinha mesmo a luz. Então instalaram as luzes dentro das casas, os postes e tudo por aqui. Quando deu um mês de instaladas as luzes, disseram que a tarde ia ligar pra gente. Eu pensei “será, meu Deus, que vão ligar essas luzes?”. Quando foi meio-dia... As lâmpadas clarearam tudo! Ô menina, quando iluminou, até foguete nós soltamos. Foi uma alegria só! Olha, antigamente aqui era difícil, você pensar que hoje as coisas ainda são complicadas, mas o carro desce aqui, hoje tem luz e aí vieram as reuniões pros banheiros. Disseram pra gente: “Vai sair banheiro pras casas, todo mundo vai ter um banheiro”. E eu pensei cá comigo “Ô gente, pra quê esses banheiros na roça?”, mas ninguém nem falou nada pra eles não né?! Vieram e fizeram, depois que fez todo mundo achou bom. Mas olha, nem todo mundo usa não. Não vou dizer que eu uso o meu sempre não, eu “banho” mais é no Rio Pardo. Uso mesmo no tempo da chuva que a água vem suja de areia.

Aqui na minha terra tem sepultura, pai está enterrado aqui. Tem a cruzinha dele lá. Aqui tem pai, a minha primeira mulher, um irmão e uma cunhada.

AMBIENTAL

Quais são as influências das Unidades de Conservação do município? Elas trazem alguma restrição ou benefício para a comunidade?

Quais são os usos do Rio Pardo? Como se dá essa relação de conservação? Como era e é considerado este recurso natural enquanto importância no histórico da comunidade?

Quais os conflitos ambientais que você identifica que se relacionam com o território?

Descreva as práticas e a rotina na área de Cerrado que hoje é área de monocultivo. De que forma era o uso deste Cerrado? O que deixou de existir enquanto prática devido a ausência desta área? O que deixou de ser extraído por não existir no território utilizado atualmente pela comunidade?

O Cerrado lá era bonito. Aí primeiro veio a “desmatção” de machado e motosserra pra fazer carvão né?! Nós conhecíamos aquela terra como ausente, porque não tinha dono no papel, mas quem usava era a gente. Mas depois dessa “desmatção” pra cá, lá ficou um Cerradão feio, limpão tudo. Derrubaram nossos paus, eles derrubaram até pequi. De primeira tinham uns que deixavam uns pequis pelo menos, outros tiravam até os pezinhos pequenos. Aquilo ali é uma confusão, uma hora é de um e outra de outro. Só que eu sei que agora o negócio lá é de trator com uma tira de ferro, eles derrubam tudo mesmo. Hoje pode dizer que mudou foi tudo, ano passado mesmo eu não achei nenhum pequi lá, tinham poucos pés mas deu só flor, o fruto não deu não. Também tem outra, quando a gente dá fé a disputa pelo pouquinho que ficou lá é grande, quando a gente pensa que vai comer um pequi, as araras já derrubaram. Até a natureza diferenciou.

As plantas do Cerrado a gente já usou mais. Olha uma coisa, você pensa que naquele tempo não tinha aposentadoria, esse negócio de bolsa família, a gente quase não tinha dinheiro nenhum. Então a gente usava era as coisas de cá mesmo, do mato. Hoje não, hoje é a farmácia pra comprar uns vidrinhos de remédio e um tanto de comprimido.

Outro dia mesmo, nós indo pra Chapada e a soja já madura, alguma secando aqui ou acolá. No dia eles estavam batendo veneno, de um dia pro outro quando a gente viu, já estava tudo seca pra colher. Eu falei pros meninos lá de casa “tá vendo? Vocês não gostam de comer com a gordura de porco e olha aí a soja aí que vocês gostam de fritar as coisas lá em casa. Tá vendo como são as coisas?”.

APÊNDICE E. Degravação morador 62 anos (01h 07min)

IDENTIFICAÇÃO

Idade: 62 anos

Naturalidade: Nascido na Fazenda Inhumá, que hoje é a mesma comunidade Buraquinhos.

Nasci e me criei aqui, nunca mudei pra fora nem uns meses.

Ocupação profissional: Aposentado

Há quantos anos vive na comunidade? Uns 53 anos, vim pra cá com 9 anos.

SOCIAL

Como se deu a formação da comunidade Buraquinhos?

Quais foram os primeiros moradores?

O que os atraíram para o território?

O meu pai era vaqueiro aqui na Fazenda Inhumá. Ele veio prá cá do Sumidouro, que fica perto de São Joaquim, nisso tinha só dois filhos com mãe, os outros 9 filhos nasceram aqui mesmo. O primeirinho, que a gente tem de conhecimento, que esteve nessa terra aqui foi o falecido Zé de Pidú, ele morava ali encima. Aí depois dele aqui foi de Mariano Chave, que ficou por um bom tempo criando gado e mexendo na roça. Depois dele que vendeu pro Zé Tocha uma parte, que morreu ele e a mulher por aí mesmo. Os filhos dele saíram tudo, foram morar em uma outra comunidade. Meu pai já trabalhava na terra, aí ele não saiu não e foi formando e criando os filhos aqui.

SOCIOPOLÍTICA

Quais são as formas de resistir aos problemas que existem? (Como a restrição no uso da palha do buriti, a contaminação do Rio Pardo, a dificuldade de acesso à comunidade, o desmatamento em áreas próximas à comunidade e outros problemas relacionados à modernização das áreas subjacentes a Buraquinhos). Há discussões coletivas que estabelecem estratégias de resistência?

Aqui é o seguinte, a gente podia tirar muita palha do buriti, mas aí esses órgãos do Ibama exigiram pra gente não usar mais as palhas. Aí as pessoas tiveram mais uma condição e acabou que trocamos por essa telha (amianto), mas eu achei ruim por demais. É muito quente, você

debaixo de uma casa de palha era o mesmo que estar debaixo de um pé de árvore desse aí, mas com essa telha não. Não pode nem comparar, você não aguenta ficar dentro no correr do dia.

Olha, aquela parte ali que foi desmatada acho que hoje era ser vista tudo como terreno da gente, porque se a gente tivesse algum conhecimento talvez não estava daquele jeito. Se ainda fosse da gente, talvez não estaria daquele jeito, aliás... Não tinha como estar daquele jeito. Pra ficar daquele jeito ali, só com muito dinheiro e esses maquinários deles. Mas quando chegou no conhecimento da gente, eles já estavam derrubando por fora. Todo mundo diz que a gente tinha esse direito de lá, porque os pais nossos apanhava o gado lá fora, colhia as coisas.

A gente conversa os problemas daqui no dia das reuniões da Associação, mas não tem uma organização certa pra ir muita gente contra o que estão fazendo não. Igual, o negócio do rio teve um moço aqui pra ver qual o veneno que tinha na nossa água, mas depois que acharam nunca deram nenhuma resposta pra gente. Eu acho assim, com rico o pobre não tem muito o que fazer não.

ECONÔMICA

Quais eram os pontos de comércio das produções de Buraquinhos desde os primeiros moradores? Quais produtos eram comercializados? Quais os meios de transporte utilizados? Quais formas de venda eram frequentemente estabelecidas? De que forma os produtos eram conservados e condicionados anterior à energia?

Os primeiros moradores tinham mais produção, eles tinham arroz, bastante feijão, colhiam milho, mas aí você pensa também que tinha mais chuva e eles plantavam nos brejos. Hoje nós não plantamos arroz e o milho aqui algum lugar que dá. Então de um tempo pra cá teve uma coisa que não mudou, a produção de farinha mesmo. Quando em São Joaquim ainda não tinha muito mercado, as pessoas vendiam em Januária. Pra lá eram de 8 a 10 dias de carro de boi, levava nele a farinha de mandioca, o arroz pilado e o toucinho do porco. Quando dava na época de venda, as minhas irmãs já se preparavam pra pilar o arroz. Aí eles faziam tudo nessa ida, trocavam e compravam, a compra era mais do tecido, porque de primeiro não existia uma blusa pronta, e do arame e o restante das coisas eram na troca de mantimentos, alguma rapadura, o sal, café, querosene... Depois de Januária já foi aparecendo mercado em São Joaquim, aí já eram dois ou três dias de viagem pra ir e voltar. Depois na Serra das Araras já melhorou com os negociantes e a gente já levava as coisas em uma um dia e meio pra ida e volta, levando sempre

a nossa farinha, por isso demorava mais porque o carro de boi é mais demorado, mas se fosse à cavalo era até mais rápido. Depois foi a Chapada, que agora a gente só vende e compra de 15 em 15 dias, umas 3 horas de viagem.

CULTURAL

Extrativismo: comércio da favela. Desde quando essa prática é presente na comunidade? Como era a rotina dessa extração e, principalmente, em quais áreas? Qual a frequência dessa extração? Como se iniciou o comércio desta espécie e quais eram os pontos? Quais são os custos econômicos (para extração e venda)? Houve alguma mudança ao longo do histórico desta prática (quantidade, condições de transporte, valores)? Se sim, quais os motivos você acha que influenciaram estas mudanças? Descreva as etapas dessa prática (ferramentas, extração, transporte, condicionamento, limpeza e venda).

Produção da farinha de mandioca. A produção nas áreas de Buraquinhos data de quando? Como se dá o cultivo dessa cultura? Em quais áreas? Qual a frequência de produção? A produção atual se diferencia de alguma forma da anterior (primeiras gerações)? Qual o uso principal, comércio ou subsistência? Descreva as etapas dessa produção (plantação, cultivo, manejo, colheita, processamento, transporte e venda).

Explorar as formas de uso do território e práticas anteriores à energia e módulos sanitários. Descreva quais eram os locais de banhos, necessidades fisiológicas, como os alimentos eram condicionados, etc. Afinal, quais práticas e usos foram modificados com a chegada destas mudanças? Você as considera como melhorias?

Colher favela aqui é desde o tempo que pai morava aqui para trás, mas não era igual hoje, porque eles tinham mais envolvimento de venda. Esse ano mesmo colheu bastante favela, não como no tempo de meus pais porque eles colhiam mais. O trem é muito fácil né?! É uma coisa que você não planta, não vai tratar dela, só ir lá e colher a semente que o Cerrado dá pra gente na época certa, então fica muito fácil e a gente investia muito nisso. A gente começa a colher no mês de abril até enquanto estiver verde, porque quando começa a madurar já não serve mais para vender. Só que tem uma coisa, onde dava pra colher muito mesmo era na parte de Cerrado que a gente perdeu, aquela lavoura lá de cima, porque a favela é melhor de dar no Cerrado lá de cima do que aqui do “boqueirão” mesmo, lá ela carregava mais. E outra, tem lugar aqui que

não dá jeito de tirar porque ela é muito alta, lá no Cerrado ela já era mais rasteira e baixa. Aí a gente conseguia tirar de monte, era só catando e botando no animal. Lá era bem mais fácil de catar e era muito mais, ali era muito cheio dela. Se a gente subir ainda acha alguns pés, mas é bem mais longe e em umas beiras de Cerrado que ainda restou, ali estourou muita coisa do que a gente tinha viu?! Hoje a nossa venda é assim, tem que colher ela, secar, ensacar e levar ali pra cima da serra onde o pessoal que compra vem buscar, tem duas firmas que compram mais, uma da Serra e outra da Chapada. Mudou muito sabe? Tinha muito lugar que existia a favela que foi devorado e desmatado, faz muita falta. Aqui mesmo a quantidade nossa diminuiu bastante, porque é uma árvore fraca e que morre muito. Aí a gente tem que ter o nosso cuidado pra catar, não quebrar o galho dela e deixar tudo certo para o próximo ano, mas nem todo mundo tem esse carinho e aí acontece que do pouco que restou pra gente morrer um pé ou outro. Isso aí não mudou não, a gente hoje usa a mesma ferramenta que pai usava, ela é tipo uma foice e que vai cortando os cachinhos da favela, então a gente nem mexe com o galho dela. O comércio bem de primeira tinha que tocar com o carro de boi pra São Joaquim ou pra Serra das Araras, depois já buscavam na beira da linha da estrada lá fora, mas como acabou lá e a gente tira mais aqui dentro, a gente tem que subir com o produto pra serra. Então o transporte mudou um pouco né?!

Na produção da farinha, na época dos meus pais vendiam “mais pouco” porque eles plantavam menos mandioca porque tinham mais coisas nas roças. Tinha o feijão, o arroz, tinha o milho... O que era da casa e comestível todo mundo tinha, o negócio era pra comprar outra coisa igual um tecido, um aparelho de boi ou um animal. Aí era mais fácil porque eles não dependiam de muita coisa, mas hoje o que é mais fácil pra gente é a distância que ficou menor, mas nossas coisas já são do mercado e não da roça. O lugar da nossa roça de mandioca sempre é mais perto da casa, não tem como a gente apanhar antes porque é um produto pesado né.

Eu acho que o terreno vai “enfraqueando” com os tempos, por isso as coisas da roça que meus pais plantavam e que a gente planta mudou tanto. Olha, igual naquela época mesmo, quem tinha um terreno fresco pra trabalhar na beira de um brejo, uma coisa assim, então eles plantavam qualquer coisa em qualquer tempo, nas águas ou no correr da seca. Hoje as áreas “enfraqueou” mais o terreno e não dá mais aquilo que dava, com a falta de água que está tendo o povo compreende mais e já não vai mexendo mais tanto nas áreas do Rio. Então, a gente colhe “mais pouco” e até as nossas coisas já são de mercado. Uma coisa que está muito complicado é a falta da chuva, qualquer coisa que você plantar naquele morro ali dava pra colher se tivesse chuva,

mas quase a gente não tem mais, o mantimento não aguenta. Hoje não dá mais o que a gente colhia de primeira.

Sem a energia aqui? Hm... Era difícil! Você não pensava nem em guardar uma carne, os ovos, não guardava nada. A gordura do porco que toda vida a gente usou pra temperar e quando a gente abate ele consegue armazenar no balde, fica de um ao outro bonzinho. A carne era assim, fechava o balde e ficava assim. Hoje é bem diferente, a gente guarda o leite, os ovos, a carne... Eu digo que a geladeira é uma mãe (risos), toda hora que a gente abre pra comer tem alguma coisa lá boa de usar, graças a Deus.

AMBIENTAL

Quais são as influências das Unidades de Conservação do município? Elas trazem alguma restrição ou benefício para a comunidade?

Quais são os usos do Rio Pardo? Como se dá essa relação de conservação? Como era e é considerado este recurso natural enquanto importância no histórico da comunidade?

Quais os conflitos ambientais que você identifica que se relacionam com o território?

Descreva as práticas e a rotina na área de Cerrado que hoje é área de monocultivo. De que forma era o uso deste Cerrado? O que deixou de existir enquanto prática devido a ausência desta área? O que deixou de ser extraído por não existir no território utilizado atualmente pela comunidade?

Olha, esse Cerrado é rico pra gente. Aqui a gente também cuida, eu mesmo não gosto de ver a minha área queimada. A gente daqui usa muita coisa, mas tudo no seu tempo, a gente usa pra saúde mesmo da gente um pau com nome pimenteira, que uns chamam de pimenta de macaco, usa pra azia e gastrite. O pacari também, se fizer um chá uns dias, conforme for, pode comer o que for que não sente azia. Aqui o que mais a gente toma é chá, tem muito pau que a gente usa.

O que faz o Rio secar mais ligeiro é trabalhar perto dele, desmatando, e a queimada. Pelo menos é isso que eu acho sabe?! Como mora o perigo lá em cima, aquilo ali não tem fim. Olha, tem um Rio que cai no Rio Pardo que chama Campo de Dentro. Moça, esse Rio era outro antes da lavoura... Lá na comunidade que ele passa, eles tinham peixe, bastante água, mas aí derrubaram lá de ponta a ponta do Cerrado que ia por fora dos morros. Depois da lavoura que fizeram, quando deu a chuva, o Rio não dava um palmo, acabou todos os poços que tinham. Limpou das cabeceiras até ficar bem planinho e diminuir o que cai no Rio Pardo, porque eles pegaram bem mesmo na nascente do Campo de Dentro e até a cor da água diferenciou.

Aquele trem ali já mudou de dono não sei nem quantas vezes. Quando esse que está hoje entrou, ali já tinha muita parte desmatada porque era um carvoeiro. Sempre vindo um ou outro e vendendo o Cerrado, tiveram uns que desmataram e carregaram as lenhas tudo. Ai sobrou mesmo um ou outro pequizeiro, mas com um pouco chegou outro e já desmatou mais um pouco. Então é assim, cada um que vai chegando vai derrubando um pouco. A gente usava lá muito pra catar pequi e favela, quando acertava de pegar mangaba e cabeça de nego também (araticum). Na época de meu pai usavam lá pra catar as coisas e também pra tocar gado, no mesmo tempo de Zé de Pidú, mas de Mariano Chave pra cá já deixou de ter criação lá e a gente usava mesmo pra coleta. Mas aí quando o povo começou com desmate lá as coisas já foram ficando um pouco mais complicadas pra gente, porque de primeira derrubaram logo o Cerrado que era mais encostado aqui na gente, aí tínhamos que ir um pouco mais longe. Aí nós fomos soltando mais de lá, hoje a gente ainda acha uma coisa ou outra, mas coisa pouca. Só que quem tem dinheiro, ninguém pode mexer com eles porque eles têm mais poder que a gente né?! Quando a gente pegava pequi de muito lá, a gente tirava o óleo e vendia na Serra, o que a gente cata hoje dá só pra comer em casa mesmo, mas nem é naquela fartura que a gente tinha. Além da colheita da favela que diminuiu muito, que agora é mais as daqui de dentro mesmo. Tem uma coisa que a gente ainda acha lá em cima, mas é bem longe lá por bem de trás da lavoura, a cabeça de nego. Essa a gente ainda sobe pra catar em fevereiro e março, só porque é gostosa mesmo... Mas custa viu, aí a gente vai à cavalo ou as vezes quando dá vai de moto.

Muitas coisas foram ficando fáceis sabe, porque nem a energia a gente acreditava chegar aqui na gente. Pode-se dizer que mais fácil que no tempo de pai, como a estrada mesmo que quebraram a serra e agora passa até carro. Porque de primeira, quantas mulheres a gente não apanhava na rede pra levar pra ganhar menino? Eram muitas. Mas umas coisas foram ficando

complicadas, igual onde a gente vai catar as nossas coisas e a chuva que não chega mais pra gente. Mas pra Deus não tem nada difícil, só que a gente tem que fazer a parte nossa. Eu acho que o tempo está triste desse jeito porque o homem só quer trabalhar igual esse povo lá de cima, eles querem desmatar tudo. Como que aonde não desmata chove tanto? Tem alguma coisa aí né?! A parte do Brasil que está desmatada está com menos chuva, a cada ano que passa vai diminuindo. Ano passado mesmo já tinha chovido pra gente, era pouco mas tinha chovido. Esse ano nem esse pouco.

APÊNDICE F. Degravação morador 65 anos (01h 13min)

IDENTIFICAÇÃO

Idade: 65 anos

Naturalidade: Nasci em São Joaquim

Ocupação profissional: Hoje eu sou aposentado

Há quantos anos vive na comunidade? Vai fazer 50 anos que moro nessa comunidade.

SOCIAL

Como se deu a formação da comunidade Buraquinhos?

Quais foram os primeiros moradores?

O que os atraíram para o território?

Essas terras aqui é o seguinte, ela era de um senhor por nome de Zé de Pidu, essa área aqui que eu moro e lá pra cima tudo. Zé de Pidu vendeu para Mariano Chave, o Mariano Chave é pai de um cunhado meu, que é casado com a minha irmã, e aí o Mariano Chave tinha dado pro meu pai vir pra aqui. Quando era no ano que meu pai estava projetando pra vir, ele faleceu. Mas aí ele garantiu pra minha mãe que o que tinha garantido pra meu pai, ele garantia pra ela. Aí nós viemos pra aqui... Aí o velho (o pai) tinha uma terrinha lá no Ribeirão, que ele morava lá e lá ele não vendeu, chegou aqui ele adoeceu e tudo era difícil demais. Porque hoje ainda está difícil, é difícil é, mas você olha aqui e naquele tempo era muito mais difícil. Isso aqui... Quantas pessoas eu não ajudei a carregar aqui na rede pra poder levar lá fora na linha pra pegar a condução pra poder levar pro tratamento, porque não tinha. E hoje não, o carro encosta na porta aqui. Ele vendeu aquela parte do lado ali do Rio e ali naquela grotinha passando da escola pra cima, ficou daquela parte pra aqui pro meu cunhado, mas o velho não passou nada no papel e quando ele morreu uns herdaram lá no Ribeirão e outros herdaram aqui. Os herdeiros daqui venderam para um senhor por nome de José Gobira, aí a mulher dele largou ele aí e foi embora pra Chapada e falou que se ele quisesse viver com ela que ele fosse pra lá também, se não fosse que ela pra aqui não vinha mais. Aí eu vim plantar um arroz aqui, porque eu morava mais embaixo, e aí Zé Gobira foi e falou comigo pra eu tomar de conta aqui pra ele, mas ele não me pagava nada não, mas eu podia plantar de tudo, colher de tudo e criar de tudo que eu quisesse. E se precisasse de fazer um serviço particular pra ele, ele me pagava. E aí eu fiquei, mas quando estava inteirando um ano ele morreu em um acidente. E ele fez um documento constando como

ele me dava ajuda de sessenta reais, aí a esposa mandou me chamar lá e perguntou que combinação eu tinha mais Zé, eu falei “a combinação que eu tinha mais Zé tá aqui no papel e a senhora tem esse mesmo papel aí também, pode olhar nos papéis dele aí.” Como estava constando uma ajuda de sessenta reais, o genro dela foi e perguntou quanto que eles estavam me devendo. Mas só tinha aquilo ali pra ter um papel, mas ele não me pagava nada não, mas ninguém sabia, era só eu e ele. Aí eu falei: “Não gente, vocês estão falando sobre uma ajuda de sessenta reais que tem aí? Eu não recebo esse dinheiro não, ele não me pagava esse dinheiro não. Esse dinheiro aí foi pra fazer o documento, porque como é que tem uma pessoa que trabalha pro outro e ele não paga nada né?” E eu disse pra ela que só tinha uma coisa, que só eu e ele sabia, ele falou pra mim que no dia que ele vendesse aquelas terras, ele me dava uma grana boa pra eu comprar pra eu morar. Aí ela falou: “o que ele falou com o senhor a gente garante”.

Aí eu morava nessa casa ali em cima, aí foi no tempo da rede de luz que eu perguntei pra ela onde que ela ia tirar minha posse, porque a luz estava vindo, se não eu ficava sem. E ela disse pra eu tirar aqui onde eu estou, no começo da divisa. Tem uns dois anos que veio a medição por conta do Estado mesmo, medindo as terras tudo, aí ali na frente tem uns arames onde marcaram a terra que uma herdeira ficou e eles me deram 25 ha, mas eu disse que tinha que ser marcando próximo do Rio, porque a gente tudo precisa do Rio aqui. Acaba que depois essa medição não valeu nada não. Então aqui foi assim, Zé de Pidu só tinha alguma documentação quando ele vendeu pra Mariano, porque aqui era o seguinte antes de Chapada Gaúcha, atravessou o Rio pra lá era Januária e do lado daqui que nós estamos era São Francisco.

Então dizem que ele tinha coisas de documento do município de Januária. Isso aqui era tudo terra de posse, as famílias iam chegando tudo pra trabalhar nessas veredas aqui e quem tinha a posse quando saia passava pra quem trabalhava ou vendia. Igual assim, ali pra cima era tudo de posse do meu cunhado, aí o velho que morava ali que era o pai de Manoel e tudo, comprou as terras na mão de meu cunhado. E aí foi os filhos que ajudaram a pagar e o velho pegou e tirou os pedaços da posse e deu pros filhos, aí vieram os netos e o pai (Sr. Manoel) já tirou o pedaço de terra das filhas, que são da 3ª geração já. Mas é tudo de posse mesmo, porque escritura aqui ninguém tinha nada. Tem uns 4 aqui que fizeram documento da terra acho que foi na Chapada. Eu mesmo tenho uma declaração de posse feita no Sindicato Rural de 25 ha. A minha mãe trabalhou aqui nessa terra e tinha as mesmas coisas plantadas aqui, ela trabalhou muito aqui e morreu com quase 90 anos.

SOCIOPOLÍTICA

Quais são as formas de resistir aos problemas que existem? (Como a restrição no uso da palha do buriti, a contaminação do Rio Pardo, a dificuldade de acesso à comunidade, o desmatamento em áreas próximas à comunidade e outros problemas relacionados a modernização das áreas subjacentes a Buraquinhos). Há discussões coletivas que estabelecem estratégias de resistência?

A gente conserva as beiras do Rio aqui, se a senhora ver aqui está tudo conservado né? Ninguém vai lá botar roça lá, não vai mexer lá na beira. As rampas da serra, da rocha também pode olhar que a floresta está completa, a gente deixa. Mas como eu tenho falado, não adianta nós aqui fazer a parte nossa aqui, se as nascentes lá tá só o chão, porque os grandes tá tudo ali em cima, lá fora. Desmata tudo, essas margens das nascentes de Rio que tem fora tá tudo desmatado. Então o que me preocupa é isso, o que eu quero dizer, o rico ele não assunta o pobre, a conversa do pobre pro rico é zero. Então eles chegam e fazem o que fazem aí e tudo, e quando acabar que o trem arruína, eles voltam pra terra deles e quem fica prejudicado é nós, que posso dizer que sou nascido e criado aqui e não tenho intenção de mudar daqui pra lugar nenhum, porque hoje eu não tenho a força de fazer o que eu já fiz e quero ficar sossegado no meu canto. Tem as nossas discussões na reunião da associação, mas não dá pra organizar tudo pra ir pra frente porque falta até um conhecimento pra gente.

ECONÔMICA

Quais eram os pontos de comércio das produções de Buraquinhos desde os primeiros moradores?

Quais os produtos eram comercializados?

Quais os meios de transporte utilizados?

Quais formas de venda eram frequentemente estabelecidas?

De que forma os produtos eram conservados e condicionados anterior à energia?

Eu cultivo feijão de arranca, mandioca e milho, a mandioca é em uma roça separada. Agora arroz tem a base de uns 10 anos que eu não planto, tem um problema aqui você plantava arroz e no mesmo tempo que nascer você tem que vigiar se não os bichos arrancam tudinho, o pássaro preto arranca tudo mesmo. Aí você vai ficar ali vigiando uns 15 e 20 dias, quando ele solta o cacho e que ele começa a dobrar o cacho já tem que cair na vigia e aí são 30 a 40 dias de vigia,

se não o bicho come tudo. Aí eu parei para pensar “eu sou um sozinho, não posso colocar os meninos na vigia porque estudam e eu ficava 30 dias preso lá. E aí eu falei: sabe de uma? Eu vou plantar uma coisa que eu posso cuidar mais perto de casa”. De todos, o que eu vendo é a farinha da mandioca que faz lá naquela oficina lá de cima. Aquilo lá era menor, era do avô de Ana e Maria, mas a FUNATURA teve um projeto e melhorou lá. Sabe aquela roda que ainda tem? Era nela que fazia, tudo era no braço. Mas aí nós arrumamos o motor, uma carroça e arrumamos a casa lá. Lá é uma casa comunitária, quase todo mundo de mim pra lá usa aquela casinha. Agora eu já estou preguiçoso pra sair e estou fazendo uma aqui mesmo, no quintal daqui de casa. E tudo que eu plano é aqui na porta e eu uso os bois para levar as coisas lá na serra ou para apanhar as coisas que estiverem lá. A farinha de mandioca eu vendia lá no mercado, mas agora está muito ruim que ninguém mais quer comprar. A Chapada de todos é o mais ruim pra comércio de farinha, toda vida assim. Antigamente a gente vendia em São Joaquim e Serra das Araras. Depois da Chapada Gaúcha, que criou a cidade aí, ninguém foi mais pra São Joaquim não, porque pra ir pra lá de carro de boi era de uns 3 dias a viagem pra ir e voltar, aqui eu fui com carroça umas poucas vezes na Chapada, eu saía daqui 3h da manhã e ia pra lá e quando era um 00h eu estava aqui outra vez, mas agora a gente tem um caminhão aí que faz essa linha duas vezes por mês. Ele chega aí 4h da manhã, cá em riba da serra, aí o pessoal junta lá e quando é umas 6h ele leva o pessoal pra fazer compra e quando é umas 2h da tarde o caminhão volta. Agora carroça é só pra ir pra riba da serra. O pessoal aqui da comunidade vai tudo, a gente espera por esse dia pra fazer compra e a maioria vai.

CULTURAL

Extrativismo: comércio da favela. Desde quando essa prática é presente na comunidade? Como era a rotina dessa extração e, principalmente, em quais áreas? Qual a frequência dessa extração? Como se iniciou o comércio desta espécie e quais eram os pontos? Quais são os custos econômicos (para extração e venda)? Houve alguma mudança ao longo do histórico desta prática (quantidade, condições de transporte, valores)? Se sim, quais os motivos você acha que influenciaram estas mudanças? Descreva as etapas dessa prática (ferramentas, extração, transporte, condicionamento, limpeza e venda).

Produção da farinha de mandioca. A produção nas áreas de Buraquinhos data de quando? Como se dá o cultivo dessa cultura? Em quais áreas? Qual a frequência de produção? A produção atual se diferencia de alguma forma da anterior (primeiras

gerações)? Qual o uso principal, comércio ou subsistência? Descreva as etapas dessa produção (plantação, cultivo, manejo, colheita, processamento, transporte e venda).

Explorar as formas de uso do território e práticas anteriores à energia e módulos sanitários. Descreva quais eram os locais de banhos, necessidades fisiológicas, como os alimentos eram condicionados, etc. Afinal, quais práticas e usos foram modificados com a chegada destas mudanças? Você as considera como melhorias?

A gente teve um projeto de artesanato de seis mil reais, a gente fez muita esteira, peneira, carocha... Eu trabalhava com 12 mulheres e 20 alunos, só trabalhavam no fim de semana, porque no correr da semana os meninos estavam estudando né?! As esteiras e as peneiras eram da palha, da casca e do talo do buriti, a gente aproveitava tudo. A carocha é uma capa que a gente faz para chuva, que antigamente não existiam essas capas que a gente vê hoje, esses plásticos não tinha. Então, o pessoal fazia assim, tiravam o olho do buriti e destalava e fazia a capa, saia nas Folias de Reis cada um amarrado com uma na garupa do cavalo. Mas ai também pode a água cair do jeito que chover que não molha, de maneira nenhuma. Essas coisas até tem venda, vale a pena, mas tem que ter um projeto né?! Porque se não tiver um projeto, não tem jeito não. Até pra gente mexer também, sem o projeto é ruim por causa do IEF e tendo o projeto não. Dessa vez mesmo desse projeto que falei pra vocês, não sei porque razão foi, que dedaram eu lá no IEF desse projeto, mas aí eu tinha tudo registrado. Eu fui um dia na Chapada, até não sabia de nada não, aí um cara me chamou assim no particular e eu falei “Não, rapaz... Eu estou executando o projeto lá mesmo, mas essa não é a primeira vez que eu utilizo do buriti não, eu sei o que é o meio ambiente. E eu tenho tudo registrado, porque o que eu passo lá no fim de semana tá tudo no computador da Prefeitura, é só ir lá e ver, porque eu registrava tudo com a máquina. E eu disse a ele: você está com pressa? Se estiver, vai lá na Prefeitura ver. Se não tiver, você vai mais eu lá em casa e eu tenho animal lá, a gente monta no cavalo e levo você de ponto em ponto onde eu estou coletando e você vai ver se eu estou estragando o meio ambiente”. Essas coisas acaba que bloqueia um pouco da gente trabalhar com o Cerrado, as coisas são complicadas demais pro lado da gente.

Aqui o forte de vender é farinha mesmo, milho e feijão a gente colhe mais pouco. Então aqui uma qualquer roça de mandioca dá um banho de farinha. Mas esse comércio só vem acabando pra gente. Agora do Cerrado mesmo, o forte aqui era muita favela. No mês de abril, maio e junho... Quieta! Se vocês vissem aqui umas 15 toneladas de favela vendia tudo, era dinheiro na

hora. Esse ano mesmo os meninos venderam, mas apanha pouco aqui dentro. A favela a gente apanhava pra vender né?! A favela disse que eles fazem um remédio dele e faz também esses produtos de perfume, dá o remédio e dá o perfume. A gente pega ela, tira ela e seca todinha e o comprador vem buscar naquela casinha lá em cima da serra, ai bota lá e vende, tem as firmas que vem compra e leva pra lá.

AMBIENTAL

Quais são as influências das Unidades de Conservação do município? Elas trazem alguma restrição ou benefício para a comunidade?

Quais são os usos do Rio Pardo? Como se dá essa relação de conservação? Como era e é considerado este recurso natural enquanto importância no histórico da comunidade?

Quais os conflitos ambientais que você identifica que se relacionam com o território?

Descreva as práticas e a rotina na área de Cerrado que hoje é área de monocultivo. De que forma era o uso deste Cerrado? O que deixou de existir enquanto prática devido a ausência desta área? O que deixou de ser extraído por não existir no território utilizado atualmente pela comunidade?

Aqui mesmo, encostado ali, vocês viram como que está ali né? Que aquilo ali era um Cerrado, ali tinha muito pequiizeiro, ali tinha cabeça de nego, tinha mangaba, favela, que é uma planta que dá dinheiro né?!, existia tudo e hoje não existe mais nada. A gente usava, a gente coletava era lá, porque aqui dentro não tem pequiizeiro, tem algum pezinho, aqui mesmo nessa área minha parece que tem três pezinhos. O pequizal era lá fora, a gente apanhava era lá fora pra comer, pra vender não que a gente não mexia com isso não. Já tem uns 4 a 5 anos que a gente não apanha nada lá, porque aquele Cerrado ali acabou. Mas ali mesmo, vocês saindo da Chapada e descendo da Chapada pra cá e antes de descer aquela ladeira, a nascente desse Rio Pardo é lá, a nascente desse Rio que vocês atravessaram ai, e olha lá como é que está. Só está a terra lá, capim e esse tipo de coisa. Se tem uma nascente aqui, mas se eu não conservo a cabeceira dela aqui, ela não vai aguentar não. Aquilo ali, eu acho que foi grilada aquela terra, tem umas pessoas ai que grilam a terra e ficam sendo donas e acabar vende pra outra, esse que é dono agora ele já comprou com uma parte desmatada, que o outro já tinha desmatada, mas ele já desmatou também. Aqui a gente desmata só a rocinha, aqui nós não desmatamos com o

trator, aqui a máquina nossa é foice, machado e inchada e a gradezinha de tocar boi pra manear mais o serviço pra gente, mas todo mundo aqui monta as roças pequenas porque ninguém aqui tem braço pra muito.

O rapaz veio aqui e falou que essa água do Rio podia estar com problema, mas o jeito é beber dela né, porque não tem outro meio. Disse que a água está contaminada com um veneno, agora esse veneno que disse que água está contaminada no Brasil não tem esse veneno, aí quer saber quem que está usando esse remédio. Parece que só tem no Paraguai, ai eu te falo, quem mexe com veneno aqui? Quem mexe é esse povo lá das lavouras lá, porque nós aqui não mexemos com esse veneno.

O lixo umas coisas a gente queima e outras a gente enterra, plástico e um bando de coisa a gente enterra. A gente tem um buraco aqui, vai juntando lá e aí uma vez por semana a gente queima. É uma coisa que a gente queima, mas está fazendo fora do padrão do meio ambiente, mas aqui a gente não junta muito lixo e maior parte do lixo a gente traz tudo do mercado.

Aqui mudou muita coisa, as estradas pra gente, a escola que não tinha aqui, nunca ficou um ano sem escola depois da Chapada, o transporte também mudou, com toda a dificuldade da saúde, mas tem atendido a gente e se for um problema que não jeito tem um carro pra levar a gente pra outro lugar. Se não fosse essa Chapada aí, a gente estava aqui na pior do mesmo jeito, porque São Francisco não olhava pra nós aqui e Januária era pior... Nós era um povo aqui, que você votava e nem sabia pra quem estava votando. Agora as lavouras preocupam muito a gente, o Cerrado que a gente nasceu e criou a gente não está vendo mais ele em pé, porque está acabando. Me preocupa isso, porque não é uma coisa que desmata um pouco e deixa de pé a maioria, quando eles pegam pra derrubar, eles derrubam tudo. Essas crianças que estão nascendo hoje, vai conhecer um Cerrado na vida deles? Igual eu conheci? Eu te digo que não vai, não vai... Outra coisa que me preocupa também é o veneno, porque isso tudo deságua pra nascente, quando não vem pra nossa vai pra outra, mas sempre prejudicando nascente e aí quando a chuva bate esse negócio vai embora tudo. Outra coisa, que esse povão rico mesmo, eles vão bater um veneno aí no mato e no campo e bate de avião, o avião onde fizer a curva o que tiver embaixo vai de embrulho, se tiver Rio embaixo vai junto. Uma vez fizeram o desmate lá pra cima e aí quando choveu a terra veio pra dentro do nosso Rio, aí desceu tudo aí abaixo. Nessa ocasião que eu estou falando, quando a gente estava passando com a Folia lá na casa do derradeiro, lá no final, lá onde tinha água de Rio só estava a praia, porque lá já era raso e foi e aconteceu esse trem todo.

Tirando toda essa parte de veneno, o Rio nosso é ativo, ele não mostra a água que ele tem tudo. A gente passa e vê aquela água pouca, você que é só aquilo ali, mas não é não. A maioria da água dele está debaixo do chão, você pode bater a cavadeira aí que você vê a água do Rio. Quem olha o olho d'água que é a nascente não acha que é esse Rio aqui, porque aqui tem uns córregos que desce nele, vai fortalecendo ele e quando ele já vai chegando lá em São Joaquim ele já está um "rião" perigoso. Ele chega no São Francisco, disse que quando ele está cheio ele corta o São Francisco até no meio.

Aquela área que é lavoura faz falta das coisas que a gente viu ali, das belezas que a gente viu. Porque você vai viajando ai com um sol quente desse, você vai parar num lugar que não tem sombra? Você nem descansa, mas essa sombra ninguém nem vê mais. Então faz falta, faz falta das frutas, o que a gente utilizava e o que a gente não utilizava os bichos utilizavam elas né?! E cadê? Faz falta demais da conta, menina!

APÊNDICE H – Fotos registradas nas atividades de campo em Buraquinhos – MG



Escola Municipal Santa Terezinha – Buraquinhos, Chapada Gaúcha – MG



Charrete utilizada dentro da comunidade como transporte dos alunos



Trecho do Rio Pardo na comunidade Buraquinhos



Caminho e morada em Buraquinhos



Usos do Rio Pardo



Buritis no caminho em Buraquinhos



Morador com o carro de boi e carga de mandioca para produção de farinha



Tipo de construção inicial em Buraquinhos com cobertura de palha de buriti